Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

ODEIBLER SANTO GUIDUGLI

A GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO URBANA: ASPECTOS TEÓRICOS E O
CASO MARÍLIA SP

VOLUME 1

SÃO PAULO

1979

ÍNDICE ANALÍTICO.

	página
<u>INTRODUÇÃO</u>	1
A dinâmica populacional urbana: significância e conceituação	1
Marília - S.P., seu espaço e sua população	7
Variações e padrões de mobilidade populacional	13
Os movimentos	18
As migrações intra-urbanas	20
O desenvolvimento da tese	21
Os agradecimentos	28
 Capítulo I - <u>A GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO: Levantamentos, Comentários e Ponto de vista</u>	32
 A literatura consultada e as tendências gerais	33
Os estudos clássicos e seus problemas	56
Tendências atuais nos estudos da população e a orientação desta pesquisa	70
 Capítulo II - <u>A GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO URBANA: Avaliação e Propósitos de uma Especialização</u>	76
 População urbana como um subtema da geografia da população	78
A dinâmica urbana espacial	83
A proveniência da população	84
A relação entre o tamanho da cidade e a incidência de seu crescimento	87
A dinâmica da população urbana	89
A dinâmica demográfica	91

A dinâmica sócio-econômica	95
A dinâmica espacial	96
As formas de abordagem de população urbana numa análise de periódicos	99
A busca das fontes	107
Os textos numa caracterização geral	118
Estudo das variações populacionais para <u>con</u> junto de cidades	123
Estudos sobre variações de cidades isoladas ou de regiões metropolitanas	128
As variações dos números	129
Distribuição espacial dos números de população urbana e de seus atributos	134
O estudo das densidades populacionais	140
Mobilidade populacional e a dinâmica urbana espacial	144
As migrações para a cidade	147
As migrações intra-urbanas	148
Os movimentos intra-urbanos de população	150
Métodos e técnicas de investigação	154
As técnicas estatísticas, representações <u>grá</u> ficas e cartográficas	155
Estudos teóricos a propósito do tema população em geografia	158
 Capítulo III - <u>MARÍLIA E A REGIÃO: Forma e Caracte</u> <u>rização de uma Estrutura Populacio-</u> <u>nal</u>	 165
A produção do espaço político administrativo da micro-região da Alta Paulista: a região de Marília	177
Uma área de história nova	180
O caráter diferencial do avanço das ferrovias	191
Partilhas territoriais e formação administrativa	195
Crescimento...declínio e...DECLÍNIO da população na região de Marília - S.P.	210

As alterações nos valores globais de população	216
Crescimento e declínio populacional nas diferentes unidades espaciais	230
As populações rurais e urbanas: questão de declínio ou de simples redistribuição?	256
O papel das migrações nas variações da população micro-regional	269

Capítulo IV - A DINÂMICA POPULACIONAL URBANA DE MARÍLIA - S.P. 280

Marília: dos três patrimônios aos 120 bairros urbanos	288
A evolução do espaço: o centro e os bairros	295
A expansão das construções e a distribuição da população	308
A população urbana de Marília: as variações verticais e a espacialização dos valores	321
As variações dos números populacionais em Marília	323
As razões do crescimento populacional de Marília	331
Origem dos migrantes	352
Populações transferidas e atividade econômica exercida	363
População economicamente ativa e estrutura etária urbana	367
Evolução da população economicamente ativa	369
População e espaço	386
Distribuição espacial das densidades e os perfis de população	390
Desvios na distribuição espacial da população	397
Distribuição espacial de empregos na cidade de Marília	404
Mobilidade e espaço: estudo dos movimentos para o trabalho e das migrações intra-urbanas	414
Os movimentos e as migrações: considerações gerais	420

O estudo do movimento para o trabalho em Marília	422
Migrações intra-urbanas em Marília	434
<u>CONCLUSÃO</u>	452
O estudo da geografia da população urbana, seu sentido prático e significado como medida de valor.	454
As questões de planejamento	458
Reflexões finais	469
DADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS	V
ILUSTRAÇÕES	X
<u>BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	472
<u>ANEXO I</u>	
Relação dos periódicos inventariados	499
<u>ANEXO II</u>	
Relação dos textos selecionados dos periódicos	502
<u>ANEXO III</u>	
Distribuição dos textos inventariados segundo a classificação estabelecida	534
<u>ANEXO IV</u>	
Modelo de questionário aplicado em pesquisa de campo	536
<u>ANEXO V</u>	
Tabela das áreas, populações e densidades demográficas dos setores censitários urbanos de 1960 e 1970	542

DADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

<u>Número</u>	<u>Página.</u>
1 Combinação dos valores absolutos com a modalidade relativa de crescimento das populações rurais e urbanas	93
2 Distribuição dos periódicos pela responsabilidade editorial	109
3 Distribuição dos periódicos segundo os diferentes países	111
4 Distribuição dos artigos sobre população urbana e não urbana segundo as diferentes publicações	114
5 A distribuição dos trabalhos sobre população em geral e população urbana no período de 1960 a 1975	115
6 As datas de criação dos distritos e municípios da micro-região da Alta Paulista	187
7 Variação negativa das populações da micro-região no Estado de São Paulo	212
8 Relação entre os números absolutos das populações do estado e da micro-região	214
9 Evolução da população de fato na micro-região	220
10 Projeção da população para 1980	221
11 Variação percentual dos valores populacionais da micro-região da Alta Paulista	223
12 População esperada na região em 1960 e 1970	225
13 Valores absolutos de população da micro-região e do estado e a velocidade de alteração	228
14 Percentual de variação das populações dos municípios da micro-região	231
15 Densidades demográficas simples dos municípios da micro-região da Alta Paulista	238
16 Participação da população de cada município em relação à micro-região	240
17 Densidade de população rural da micro-região	251

18	Quociente de localização de população	254
19	Distribuição da população rural e urbana da micro-região e a participação relativa no conjunto	257
20	Distribuição absoluta e relativa da população rural e urbana	259
21	Valor relativo das populações rurais e <u>acumulação percentual</u>	262
22	Localidades rurais e urbanas e a velocidade de mudanças	263
23	Porcentagem de população em lugares urbanos na micro-região	266
24	Índice de relação rural-urbana da população	268
25	Relação entre crescimento vegetativo, população esperada e valores das migrações	271
26	Relação global entre o crescimento vegetativo e emigração	273
27	Origem dos residentes provenientes de outros estados da Federação	275
28	O processo de criação dos lotes urbanos em <u>Marília</u> e os respectivos anos	301
29	Número absoluto de prédios existentes entre 1929 e 1970	311
30	Número de construções de madeira e de alvenaria entre 1970 e 1978	312
31	Relação pessoas/domicílio na cidade de Marília	313
32	Comparação entre a população do estado, da micro-região, do município e da cidade	324
33	Evolução da população absoluta de Marília e das três maiores cidades da micro-região	327
34	Diferença absoluta e relativa entre a população de Marília e a das três maiores cidades da micro-região	328
35	Evolução da população absoluta de Marília e das três menores cidades da micro-região	329
36	Diferença absoluta e relativa entre a população de Marília e das três menores cidades da micro-região	328
37	O comportamento do crescimento absoluto e relativo da população de Marília e das demais cidades da região	329

38	Coeficiente de preponderância de Marília em relação a três cidades	330
39	Crescimento relativo da população da cidade de Marília a partir dos valores de cada censo	333
40	Evolução da população do município de Marília devido ao movimento migratório e crescimento vegetativo	335
41	Relação entre o modelo de dinâmica demográfica do município e o da cidade de Marília	336
42	Número absoluto de nascimentos e mortes na cidade de Marília entre 1940 e 1974	338
43	As taxas brutas de natalidade e mortalidade em Marília	339
44	Variação de taxa de natalidade, mortalidade e de crescimento da cidade de Marília	340
45	Número de migrantes em Marília segundo o tempo de residência	343
46	Número de migrantes registrados segundo o último domicílio	345
47	Número de não naturais de Marília segundo os estados de naturalidade	347
48	Número de eleitores transferidos de Marília para outras localidades	352
49	Transferências eleitorais para Marília segundo a origem e a cidade de nascimento	353
50	Municípios paulistas que apresentaram mais de dez transferências eleitorais para Marília	356
51	Municípios paulistas que apresentaram dez ou mais transferências eleitorais para Marília, de pessoas deles naturais	357
52	Distribuição dos migrantes segundo o ano de nascimento	358
53	Classificação da população migrante por categoria de atividade	365
54	Distribuição da população do município de Marília segundo faixas etárias e os índices de juventude	371
55	Evolução absoluta e relativa da população e da população economicamente ativa da micro-região e do município de Marília	375
56	População urbana e rural da micro-região e do município de Marília	377

57	Composição da população economicamente ativa urbana de Marília quanto à participação em atividades industriais	380
58	População do município de Marília segundo a condição de ativa ou não	383
59	Distribuição da população urbana segundo classes de densidades demográficas	401
60	Número absoluto e relativo de empregos por diferentes categorias	407
61	Número absoluto e relativo de empregos por diferentes categorias - Relação dos 2/3	408
62	Composição das diferentes faixas etárias quanto à participação do pai, mãe e outro na família	424
63	Distância percorrida para o trabalho pelas diferentes categorias de entrevistados	426
64	Distribuição dos trabalhadores, segundo as faixas etárias pelas distâncias percorridas	427
65	Relação entre as diferentes classes de renda e as distâncias percorridas para o trabalho	428
66	Distribuição do movimento para o trabalho segundo as distâncias de deslocamentos	429
67	Número de deslocamentos diários para o trabalho	430
68	Distribuição dos deslocamentos diários para o trabalho segundo as diferentes classes de tempo dispendido	431
69	Tipos de locomoção para o trabalho utilizados em Marília	432
70	Relação entre distâncias percorridas e número de deslocamentos diários	433
71	Distribuição dos migrantes intra-urbanos em Marília segundo as categorias de renda	437
72	Distribuição dos migrantes intra-urbanos em Marília segundo a condição de ocupação da moradia	438
73	Relação entre a classe de renda e a condição de moradia para os migrantes intra-urbanos	439
74	Distribuição dos migrantes intra-urbanos segundo as distâncias de deslocamentos	441
75	Distribuição dos migrantes intra-urbanos segundo a razão principal de deslocamento	442
76	Decomposição da categoria "outras razões" para os migrantes intra-urbanos	442

77	Preferências espaciais dos residentes em Marília	447
78	Evolução da produção de café e algodão no estado de S. Paulo e no município de Marília entre 1940 e 1970	463
79	Evolução do número de estabelecimentos industriais e comerciais no estado de S. Paulo e no município de Marília entre 1940 e 1970	465

ILUSTRAÇÕES

<u>Gráficos</u>	<u>Página.</u>
1 Relação entre a intensidade de crescimento e o tamanho da população urbana	88
2 A decomposição da dinâmica espacial urbana	91
3 Relação entre volume populacional e comportamento de crescimento em população rural e urbana	94
4 Percentagem de publicação segundo a responsabilidade editorial	110
5 Participação dos estudos brasileiros sobre população e em específico sobre população urbana	112
6 Frequência de artigos sobre população urbana e não urbana no período de 1960-1975	116
7 Distribuição dos temas dos periódicos inventariados, segundo a classificação estabelecida	122
8 Diferenciação entre migração e movimento intraurbano	145
9 Evolução temporal do espaço - representação teórica	176
10 Relação entre o ano de criação do distrito e o do município	190
11 Dinâmica política da micro-região da Alta Paulista	197
12 Criação dos municípios da micro-região da Alta Paulista nos diferentes anos	198
13 O processo de criação dos 17 municípios da micro-região da Alta Paulista	199
14 Percentagem acumulada dos valores populacionais dos municípios da micro-região da Alta Paulista	241
15 Variação das densidades populacionais globais e das densidades rurais	252
16 Categoria de variação por percentuais de participação da população rural e urbana	264
17 Relação entre crescimento vegetativo e o comportamento migratório da micro-região	272

18	Valores acumulados relativos à ocorrência de <u>lo</u> teamentos na cidade de Marília - S.P.	303
19	Total de prédios existentes entre 1929 e 1955	310
20	Evolução do comportamento das populações do es- tado, da micro-região, do município, urbana da micro-região e urbana de Marília	325
21	Modelo demográfico de Marília - S.P.	331
22	Pessoas não naturais do município de acordo com o tempo de residência em Marília e na micro-re- gião	344
23	Participação dos migrantes para Marília segundo áreas de proveniência e grupos de idades	359
24	Distribuição relativa de <u>eleitores</u> de outros es- tados transferidos para Marília - S.P.	360
25	Distribuição total de transferências eleitorais para Marília	362
26	Pirâmide de idades do município de Marília - 1940	369
27	Pirâmide de idades do município de Marília - 1970	370
28	Variação da população economicamente ativa (ru- ral e urbana) do município e da micro-região	378
29	Distribuição da população total do município de Marília em diferentes classes de atividade ou não para 1940 e 1970	382
30	Relação entre densidade e distância da área cen- tral em Marília 1960 e 1970	395
31	Relação entre o índice de ocupação não residen- cial e a distância da área central em 1960 e 1970	396
32	Valores acumulados de área e população na cida- de de Marília	398
33	Comparação entre volume de população e a área da cidade de Marília em 1960 e 1970	400
34	Distribuição relativa da população segundo clas- ses de densidades demográficas	402
35	Número absoluto e relativo de empregos por cate- goria (pesquisa de campo)	408
36	Número absoluto e relativo de empregos por cate- goria (relação dos 2/3)	409

37	Relação entre a posição do entrevistado na família e a faixa etária a que pertence	425
38	Relação entre a distância percorrida para o trabalho e a posição na família	426
39	Valores acumulados das modalidades de locomoção para o trabalho em Marília	432
40	Razões das migrações em Marília	443
41	Relação entre o percentual da migração intra-urbana e a distância percorrida	446
42	Evolução da produção de café e algodão no Estado de S. Paulo e no município de Marília, entre 1940 e 1970	464
43	Evolução do número de estabelecimentos industriais e comerciais no estado de S. Paulo e no Município de Marília - S.P. entre 1940 e 1970	466

Mapas

1	A geração do espaço	163
2	Carta de relação entre a criação dos municípios da região da Alta Paulista e os das regiões vizinhas	188
3	Carta da evolução das ferrovias no oeste do estado	193
4	Carta das localidades da região registradas em 1929 e 1941	202
5	Carta da micro-região da Alta Paulista: unidas políticas existentes em 1925	203
6	Carta da micro-região da Alta Paulista: unidas políticas existentes em 1930	204
7	Carta da micro-região da Alta Paulista: unidas políticas existentes em 1935	205
8	Carta da micro-região da Alta Paulista: unidas políticas existentes em 1945	206
9	Carta da micro-região da Alta Paulista: unidas políticas existentes em 1955	207
10	Carta da micro-região da Alta Paulista: origem dos municípios	208

11	Carta da micro-região da Alta Paulista: mudança de população 1940-1950	232
12	Carta da micro-região da Alta Paulista: mudança de população 1950-1960	233
13	Carta da micro-região da Alta Paulista: mudança de população 1960-1970	234
14	Carta da micro-região da Alta Paulista: tendências das alterações 1970-1980	235
15	Carta da micro-região da Alta Paulista: densidade demográficas 1950	247
16	Carta da micro-região da Alta Paulista: densidade demográficas 1970	248
17	Carta da micro-região da Alta Paulista: densidade demográficas da população rural 1950	249
18	Carta da micro-região da Alta Paulista: densidade demográficas da população rural 1970	250
19	Os patrimônios formadores da cidade de Marília - S. P.	294
20	Carta dos loteamentos urbanos	302
21	Setores censitários urbanos - residenciais/Km ² em 1960	317
22	Setores censitários urbanos - residenciais/Km ² em 1970	318
23	Carta das cidades de procedência de eleitores para Marília	364
24	Carta de densidades demográficas - 1960	390
25	Carta de densidades demográficas - 1970	391
26	Carta de densidades de ocupação não residencial no solo urbano - 1960	393
27	Carta de densidades de ocupação não residencial no solo urbano - 1970	394
28	Carta da distribuição espacial de empregos na cidade	411
29	Carta da distribuição espacial das migrações intra-urbanas em Marília - S.P.	444
30	Carta da distribuição espacial das áreas intra-urbanas preferidas pela população de Marília - S.P.	449

I N T R O D U Ç Ã O

"O sexto planeta era dez vezes maior. Era ha bitado por um velho que escrevia livros enor mes.

- Bravo! eis um explorador! exclamou ele, lo go que viu o principezinho.

O principezinho assentou-se na mesa ofegante. Já viajara tanto!

- De onde vens? perguntou-lhe o velho.

- Que livro é esse? perguntou-lhe o principe zinho. Que faz o senhor aqui?

- Sou geógrafo, respondeu o velho.

- Que é um geógrafo? perguntou o principezi nho.

- É um sábio que sabe onde se encontram os ma res, os rios, as cidades, as montanhas, os de sertos.

- É bem interessante, disse o principezinho .
Eis, afinal, uma verdadeira profissão ! " (Exu péry, 1963 : 55)

A dinâmica populacional urbana:

significância e conceituação

O vazio do mundo imaginário de Exupéry, levou-o a destacar várias características físicas da terra e apenas uma característica social: a cidade.

A geografia da atualidade, já não é mais a dos li vros enormes, mas é a que elabora estudos sobre uma acumula -
ção sem precedentes dos homens e suas ações coletivas, os

quais, apropriando-se do espaço, alteram-no com inúmeras construções e, mais ainda, com suas destruições. A primeira evidência deste comportamento está nos "stresses" que se manifestam já em escala mundial, tanto para os sistemas naturais quanto para os sistemas sociais.

Quando observamos, mesmo que apenas uma parcela de um território, constatamos uma sucessão de problemas como um conjunto de questões a espera de soluções. Existem, muitas vezes, correlações entre a dimensão da área observada e o volume de problemas registrados. Entretanto, isto não pode ser considerado como uma relação de causa e efeito correta pois, na atualidade, não são os grandes espaços os detentores das maiores concentrações de problemas.

Espaços diminutos apresentam grande concentração deles e, nesta categoria, poderíamos incluir as linhas de limites e zonas de fronteiras, os espaços industriais e as cidades. Os últimos como o principal fator da dinâmica da modelagem da sociedade humana e do espaço tornado social.

As áreas urbanas, em todas as suas manifestações, estão se tornando "habitat" predominante da humanidade, uma vez que as curvas que representam estes crescimentos tornam-se cada vez menos ajustadas às do crescimento da população total da área onde se encontram. Como consequência deste desajuste, entre crescimento quantitativo e qualitativo associado às variações da dinâmica espacial, as cidades estão se tornando um lugar de uma indiscutível justaposição de pobreza e riqueza, de doenças e de saúde, de frustrações sociais, dos sucessos e das fraquezas da humanidade, em um grande grau de proximidade espacial. O estudioso destas áreas percebe também, e isto é mais significativo do que qualquer outra mudança, que a sociedade urbana, a pretexto de livrar o homem da "submissão" ao meio natural, está fazendo-o perder muito de suas liberdades sociais.

Podemos, por isto mesmo, nos perguntar se, neste século de mudanças tumultuadas, com grande intensidade, estamos nos esquecendo de manter o humanismo e a

liberdade, nos tipos de cidades que estamos vendo surgir, ou naquelas para as quais contribuímos com o crescimento. Estudar dinâmica de população urbana é avaliar este tipo de coisas, pois ela é, antes de tudo, uma dinâmica de natureza social.

As intensas mudanças a que estamos assistindo nos espaços urbanos, não são simplesmente a dos lugares onde as pessoas vivem, ou seja, as alterações nos "endereços espaciais" dos valores demográficos. Se assim fosse, os nossos parâmetros de estudo sobre as populações urbanas estariam certamente centrados na equação de população: fertilidade, mortalidade e migração. Seria este um raciocínio demasiadamente simplista, por supor que alterações numéricas de três variáveis seriam suficientes para explicar todo o conjunto de mudanças observadas nas estruturas e processos de população.

Não poderemos, entretanto, negar que esta equação de população é um dos fundamentos da análise do lugar urbano, mas também o é de qualquer área não urbana. Reconhecer diferenciações em seu interior é principiar por avaliar a amplitude e a significância de cada um dos seus componentes. As diferenças populacionais entre lugares urbanos e não urbanos, não são apenas de quantidades de pessoas ou de sua distribuição espacial, mas, sim, a do produto obtido como resultado das variações no comportamento de cada variável que interfere direta ou indiretamente, na equação de população.

Assim é, que, alguns aspectos podem e devem ser considerados na análise destes problemas:

1ª uma observação cuidadosa mostra que é, no esqueleto dos lugares urbanos, onde iremos encontrar não apenas os processos de nascimentos, de crescimentos, de mudanças migratórias e de mortes, mas, também, um conjunto de ocorrências de efeitos agrupados, onde, o grau de proximidade espacial entre todos os fenômenos é muito grande. Isto é, em si mesmo, uma das razões de sua complexidade;

2ª apesar dos aspectos: natalidade e mortalidade se

rem registrados em todo o espaço urbano, evidenciam, entretanto, grandes contrastes. Os contrastes demográficos detectados por sua vez, acham-se associados aos contrastes sócio-econômicos, o que leva a um grande grau de diversidade entre o comportamento das duas variáveis em área central ou em área suburbana;

3^a proporcionalmente à dimensão espacial que ocupam, é nas cidades onde observamos maior incidência de todos os tipos de mobilidade numérica.

Associados a este conjunto de variações, temos as oscilações de densidades residenciais, de população, de circulação, de redistribuição de atividades, de despovoamento setorial e de alterações nas estruturas etárias para as diferentes parcelas do território urbano. Como estas variações assumem combinações diversas, necessitam de métodos e técnicas específicas, no sentido de se poder diferenciar o essencial do acidental, para a explicação da população estudada.

No conjunto, verifica-se que, dentro das cidades, um elenco de forças sociais, culturais e econômicas atuam de forma associada, produzindo um vasto mosaico onde, cada parcela do território exibe texturas variadas de população. Buttimer (1967: 27), apresentando algumas considerações sobre a forma de abordar a questão da análise geográfica dos espaços sociais, afirmou que eles devem ser vistos sob duas perspectivas básicas: 1) pelos seus elementos objetivos representados pelo meio ambiente, e 2) pelos seus elementos subjetivos representados pelos agrupamentos populacionais.

São os elementos subjetivos que compõem o quadro da dinâmica social e, mais, especificamente, da dinâmica social urbana. Na verdade, no processo de crescimento e de desenvolvimento urbano, o que conta são as populações e não o meio ambiente. Cada vez mais, a ação social do homem mascara as paisagens naturais. Em Childe (1946: 72), encontramos apoio para este nosso raciocínio:

"En la perspectiva del tiempo, pues las ciudades parecen haber sido el cambio de un tipo de organización y co

munidad social a otro, y no simplemente un cambio de grado".

Quanto aos estudos que especificamente a geografia desenvolve sobre os lugares urbanos, percebe-se que, tradicionalmente, não se tem procurado compreender em profundidade as questões demográficas que os envolvem, as quais deveriam incluir uma compreensão total de sua natureza, circunstância e caráter. Há, na verdade, uma forte tendência para estudos das formas urbanas ou das relações econômicas entre cidades, negligenciando-se as populações.

Uma análise desta natureza, propõe ao pesquisador o problema da avaliação da importância das coisas que a geografia estuda e, uma delas, são as cidades.

Chisholm (1979:145), avaliando o aspecto da importância do que se estuda, afirmou que as investigações geográficas devem ser "pertinentes", isto é, relacionáveis aos eventos importantes, e identificáveis. Mas, segundo ele, isto é um assunto que esbarra em algumas dificuldades. Que é capaz de julgar o que é importante para quem? indaga o autor. Certamente, uma forma de responder à indagação do autor é considerar que a ação do homem é o fato mais importante para os próprios homens. Há, por isto, um duplo dinamismo para definir a importância daquilo que é estudado em dinâmica populacional urbana: o dos homens e o de suas ações espaciais. A pesquisa proposta procura investigar, quer de maneira teórica, quer de maneira prática, esta dupla dinâmica circunscrita ao espaço urbano.

No caso brasileiro, ao pretendermos abordar aspectos da dinâmica da população dos lugares urbanos, especialmente os que apresentam intenso crescimento, deparamo-nos com o fato de que é a intensa mobilidade rural-urbana⁽¹⁾ que vem produzindo o crescimento dos mesmos. Deve-se, pois, ser cuidadoso no estudo de uma população urbana, constituída por grande volume de indivíduos de procedência rural. Nestes casos, é difícil falar-se em populações urbanas propriamente ditas, a não ser que estejamos apenas nos referindo estritamente aos locais em que elas, na ocasião do estudo, estejam

---

(1) é também preciso considerar de maneira adequada a questão da migração urbana-urbana, especialmente quanto à classificação da população como tal. Verificamos que muitas cidades da região de Marília perderam, por processos migratórios, volumes populacionais superiores ao seu próprio crescimento vegetativo. Qual a origem da população migrante?

assentadas.

Em 1970 (i), segundo os dados do censo do Sudeste, o número de migrantes intra regionais, era de aproximadamente 11 milhões de pessoas. O Estado de S. Paulo apresentava para as migrações do tipo rural-urbana e urbana-urbana, cerca de 78% de toda a mobilidade de sua população. Esta realidade demonstra a necessidade de cuidados quanto às maneiras de se desenvolver estudos de populações classificadas estatísticamente como urbanas.

Além do problema de caracterização da origem social das populações urbanas, deve-se considerar também o da escala da análise que, no caso das áreas urbanas, pode ser desdobrado numa tríplice perspectiva:

- a escala areal de apropriação social do espaço;
- a escala das quantidades da população,
- a escala das qualidades.

Em nossa investigação, a explanação da dinâmica de população a nível destas três escalas está, diferencialmente, distribuída no conjunto. Enquanto as questões referentes às escalas das quantidades e das qualidades envolvem a maior parte da pesquisa, quer em seus aspectos teóricos quer em seus aspectos práticos, a escala do espaço sócial, onde os valores demográficos foram alocados através de processos sócio-econômicos, aparece mais nitidamente na conclusão do trabalho.

Estamos simultaneamente preocupados em inventariar, descrever e explicar as idéias existentes sobre problemas de dinâmica populacional urbana e, igualmente, interessados em desenvolver estudos num mundo real, representado por um espaço, um volume e uma dinâmica de população do tipo micro-escalar, como é o caso de Marília, em S. Paulo.

O que vai se buscar com o estudo, são as mudanças nas quantidades das pessoas, nas qualidades das quantidades e na ação recíproca entre as duas. Em resumo, todo este in

---

(i) Recenseamento Geral do Brasil - Censo Demográfico -1970.

terrelacionamento produz uma hierarquia de dinâmica demográfica, onde a diferenciação se acentua e a sequência de conflitos tem a oportunidade de surgir.

Marília-SP., seu espaço e sua população.

Em 1940, o município de Marília representava 0,9% do total da população do Estado e, em 1970, esta participação decrescia para o valor de 0,6%. Entretanto, na micro-região onde está situado, sua participação, que foi de 25% em 1950, cresceu para 33% em 1970 (i). Duas contradições aparentes de um comportamento demográfico. Estamos diante de uma dinâmica que comporta duas direções: de um lado, a diminuição de 33% na participação do conjunto e, de outro, com seu papel aglutinador regional, um aumento de 30% dentro da Micro-Região da Alta Paulista.

Como fenômeno demográfico, isso representa um processo de expansão do crescimento, urbano na área, ou o último resíduo de espaço com algum crescimento na micro região onde existe? As respostas a estas indagações envolvem, assim, uma dupla direção de análise: os processos demográficos na cidade de Marília e os mesmos processos no contexto regional.

Qual a significância do tema "dinâmica de população" nos estudos de uma cidade do interior paulista? Que tipo de particularidades se espera que ele revele? Em que medida a compreensão e a explanação dos processos da dinâmica populacional, nela contidos, refletem também as características de outras cidades de igual ou de tamanho diverso? Quais as relações entre a história da área e a trajetória da sua demografia urbana?

As respostas às questões apresentadas necessitam

(i) Recenseamento Geral do Brasil - Censos Demográficos de 1940, 50 e 70.

que sejam considerados alguns pressupostos básicos:

1- o período de tempo no qual o processo de ocupação da área teve lugar, suas características em relação ao restante do Estado e mais particularmente no Oeste Paulista;

2- a forma de avanço das fronteiras agrícolas e sua relação com o avanço da cafeicultura;

3- o deslocamento das fronteiras demográficas se guido do das fronteiras urbanas e a sucessão temporal destas vagas de deslocamentos;

4- o deslocamento do processo de partilha territorial para oeste e suas repercussões no conjunto da área, sobretudo em Marília;

5- a desigualdade de forças que, atuando sobre a á rea, resultou na especificidade populacional urbana de Marília.

Trata-se, assim, da análise de um conjunto de va riáveis cujo comportamento diversificado produziu o tipo de espaço em estudo e, o seu desenvolvimento desigual, em relação a outras áreas próximas.

O Oeste Paulista teve, quanto ao processo de sua ocupação, uma história acelerada, diversa assim daquela do centro leste do Estado, ou do Vale do Paraíba. Além de ser de ocupação recente, em pouco mais de vinte anos (1920-1940), toda ela foi percorrida pela cultura cafeeira que alterou profundamente seu equilíbrio ecológico, a distribuição da terra para fins econômicos, a distribuição da população, a dinâmica social e, em conjunto, o próprio significado desse espaço no conjunto do Estado.

O município de Marília, conforme classificação proposta por Sodero (1941), surgiu numa quarta etapa da constituição dos municípios paulistas: a primeira, que foi de 1532 a 1637; a segunda, de 1637 a 1787; a terceira, de 1816 a 1889 e a quarta, a da criação de Marília, compreendendo o período 1890 a 1929. Este período corresponde ao da conquista pio

neira do Oeste Paulista com o avanço, apogeu e declínio da cultura do café. O desenvolvimento desta cultura, fator de origem de Marília, marcou sua história caracterizada por: ser um município que não era preexistente ao café mas , que, surgiu com o seu avanço e com a criação dos patrimônios que representaram a expressão urbana desta atividade econômica;

a grande velocidade no processo das alterações políticas e administrativas, fazendo com que o povoado rapidamente atingisse a condição de comarca (i).

O quadro baseado no fluxo de mudanças, demonstra a rapidez das alterações verificadas na área do município como produto do dinamismo provocado por uma atividade econômica , a da cafeicultura:

1913 - ligação por estrada rudimentar entre a área da Sorocabana e a da Noroeste, atravessando, então, o território que viria a constituir-se, logo mais, no município de Marília;

1915 - ocorrem as primeiras plantações de café, na área da fazenda Cincinatina (atualmente esta área faz parte do espaço central da cidade);

1916 - colocação, pela então Cia. Paulista de Estradas de Ferro, do marco no lugar onde seria, no futuro, a estação de Marília;

1922 - formação do Patrimônio do Alto Cafezal; (ii)

(i) sede de poder judiciário.

(ii) Patrimônio designava, no Oeste Paulista, o princípio de organização de núcleo urbano com caráter religioso ou não, em porção de território geralmente doado para a formação de nova paróquia. Mais tarde os patrimônios desvincularam-se de suas características religiosas - França, A (1960) A marcha do café - pág. 184.

1926 - formação do Patrimônio de Vila Barbosa;

1926 - criação do Distrito de Paz de Marília;

1927 - formação do Patrimônio de Marília;

1928 - criação do município de Marília e a fusão dos patrimônios;

1933 - criação da comarca de Marília.

Assim, vinte anos bastaram para Marília percorrer vários estágios de seu desenvolvimento, os quais, em outras áreas, foram alcançados em um maior espaço de tempo. Este dinamismo que é, a um só tempo, administrativo, econômico e demográfico, foi bem retratado nas expressões de Mattos (1974,36:37):

"Tudo gira em torno do ouro verde, dele tudo emana e a ele tudo se destina, homens, animais e máquinas. A terra cansada que ele abandona, se despoeva e empobrece, definha; a terra virgem que ele deflora, logo se emprenha de vida ativa, enriquece e progride".

Num confronto com outros municípios do Centro-Oeste paulista, Marília, criado em 1928, foi o que exibiu maior dinamismo demográfico dentre todos os criados após esta data. A tabela abaixo, organizada com base nos dados censitários e em publicações esparsas, sobre a cidade de Marília, revela bem a intensidade das mudanças:

1935 - 13.000 habitantes

1938 - 19.000 habitantes

1940 - 23.000 habitantes

1942 - 27.000 habitantes

1950 - 37.000 habitantes

1960 - 54.000 habitantes

1970 - 77.000 habitantes

Os números indicam um crescimento rápido. Entre 1940 e 1970, a cidade de Marília cresceu em aproximadamente 298%, sendo que distributivamente 62% entre 1940 e 1950, 48% entre 50 e 60 e 42% entre 60 e 70 (i). Neste mesmo período, os Censos do Estado que indicaram os valores de 7.180.000 habitantes para 1940 e 18.100.000 para 1970, exibiam um crescimento da ordem de 252% e, distributivamente, 27% entre 40-50, 42% entre 50-60 e 36% entre 60 e 70. Assim, verificamos que a dinâmica demográfica da cidade de Marília foi superior, quer no conjunto do período considerado face ao Estado, quer nos diferentes segmentos.

Entretanto, a dinâmica observada para a cidade de Marília é bastante diversa daquela de sua região, bem como da registrada para o seu próprio município.

A combinação de crescimento absoluto e crescimento relativo, diminuição absoluta e relativa da população, neste curto período de tempo, evidenciam mudanças nos tipos, direções e intensidades das forças responsáveis pelos padrões populacionais da região, do município de Marília, bem como da própria cidade.

Milliet (1946, 64:65), avaliando este rápido fenômeno de ocupação rural e de formação de cidades nesta faixa pioneira do Oeste Paulista, descreveu:

"até 1935, não se cuidou, na região, de outra coisa a não ser de café. Posteriormente, o algodão veio compensar a queda dos preços daquele produto, revigorando o impulso progressista que se via ameaçado de morrer do próprio parto. Marília, por exemplo, após um surto rápido, conhece acentuada decadência que se prolonga até 1935. A saúde da região se restabeleceu realmente em 1937 com as magníficas safras algodoeiras e os preços excelentes do produto nos mercados interna

---

(i) Recenseamentos Gerais do Brasil - Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970 - I.B.G.E.

cionais".

Marília, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 1940, ocupava o 12º lugar em volume populacional dentre as cidades paulistas, incluindo-se aqui a capital do Estado. No Censo de 1950, sua posição passava para 11º no mesmo conjunto mas, em 1970, este posicionamento caía para o 23º lugar. Temos, assim, uma grande ascensão entre 1930 e 1950 contra um declínio na posição relativa, a partir da década de 50, agravando-se na de 60-70. Esta evidência, comprova que o processo de crescimento da população do Estado foi feito de forma redistributiva, com características e tendências acentuadamente desiguais.

A esta dinâmica quantitativa de sua população acrescenta-se, para o estudo urbano o da dinâmica espacial. Dois aspectos são significativos para a sua explicação: um primeiro, relacionado ao espaço físico, sobre o qual está assentada a cidade, de Marília além do uso que sua população faz dele, o outro envolvendo o processo interno de conversão de terras rurais em terras urbanas.

O sítio da cidade de Marília, apresenta uma característica peculiar, que interfere no uso que o homem faz do espaço: a existência de inúmeras escarpas na periferia urbana. Em seu processo de expansão, a cidade já atingiu, em determinadas direções, as bordas dos localmente denominados "paredões" ou escarpas, como, por exemplo, às margens da ligação perimetral em direção a Tupã, nas proximidades do núcleo Costa e Silva, na Vila Palmital e no Jardim Aeroporto.

Segundo Coutard, Journaux e outros (1978), o sítio da cidade de Marília está sobre um platô com altitudes oscilando entre 670 metros a leste e 610, a oeste. Esses platôs constituem restos de superfícies de erosão do terciário médio, delimitados por escarpas e cornijas que nos separam de uma área colinosa ao longo do vale do rio do Peixe, com altitudes abaixo de 500 metros. Trata-se de uma configuração e contraste capazes de, possivelmente impedir a expansão da cidade em várias direções.

Em boa parcela deste espaço, a urbanização já atingiu os limites impostos pela natureza, como nos bairros citados. Em outras, o avanço caminha para os mesmos limites, como na área do Campus Universitário e Jardim Acapulco.

Sobre esta paisagem física irregular e, sob este aspecto resistente à ocupação humana, constatamos já na atualidade, a existência de significativas parcelas do espaço urbano que, apesar de estarem fronteiriças, não dispõem da possibilidade de comunicação fácil, implicando isto em extensas trajetórias na tentativa de ir-se de uma área para outra. Nestas condições, temos de um lado, os Jardins Marambaia e Vila Barros e, de outro, o Jardim Aeroporto e Luciana, ou, ainda, os Jardins Planalto e Monte Castelo, face ao Campus Universitário e Jardim Acapulco, de outro. A continuidade do atual processo de expansão territorial urbana poderá agravar uma situação que, no momento, dá suas mostras iniciais de existência.

O segundo aspecto, o processo de conversão de terra rural em urbana, tem se intensificado e sido orientado por dois parâmetros, o da especulação sobre o custo da terra urbana e a característica já mencionada. Evidentemente, estes aspectos poderão ser observados quando do estudo da cidade através das variações das densidades, dos movimentos intra-urbanos e pela percepção diferenciada do espaço por parte da população urbana.

Variações e padrões de mobilidade populacional

O que deve ser incluído num estudo sobre dinâmica populacional para a avaliação da mobilidade e dos padrões de repetições de determinadas características?

Os padrões de população urbana e suas variações de

correm de um conjunto de mudanças que produzem espacialmente características que podem ser observadas e medidas.

A mobilidade populacional - aqui considerada como sendo o deslocamento espacial, ou seja, a transferência permanente do local de residência bem como aquele quando não ocorre esta transferência - está relacionada a outro aspecto do mesmo problema, o da dinâmica do crescimento. Trata-se da verificação espacial dos processos sociais de ação e reação que exige um cuidadoso detalhamento para sua análise. Wooten (1972:271) constatou esta complexidade ao estudar o problema das mudanças sociais e o papel dos processos de migração intra-urbana. Sobre este aspecto afirma:

"Many of the difficulties in studying change in a social geographic study stem from the complex nature of society itself, Even when the problems of adequately defining an measuring any social phenomenon are satisfactorily overcome, the researcher is often forced to make too broad generalizations in the search for explanation of changes".

Entendemos que a dinâmica populacional urbana possa ser conceituada como um conjunto de processos demográficos (de crescimento, diminuição ou de transferência) de origem endógena ou exógena, que ocorrem dentro dos lugares urbanos, bem como de sua significância, das inter-relações que produzem e das suas funções como explicadoras dos padrões sociais de distribuição e de mobilidade das pessoas nestes espaços. Em sentido simplificado, seria o estudo das características diversas das populações urbanas que levam aos processos de concentração ou dispersão espacial de novas populações em novos arranjos.

A análise das variações é que pode permitir o reconhecimento dos padrões de mobilidade, incluindo, neste caso, o dos componentes que os produzem. Poderemos, para efeito de estudo, agrupar estas variações em: 1- alterações de natureza vertical, compreendendo o crescimento global, crescimento diferenciado dentro do espaço urbano, as alterações da nata

lidade e da mortalidade e as das densidades. Numa análise de processos, cada uma destas variáveis registradas sucessivamente, em dois momentos, revelarão características de diminuição, estabilidade ou de crescimento. Quanto os momentos de registros dos mesmos processos forem três ou mais, certamente, teremos identificado as tendências das mudanças e os padrões gerados; 2- alterações de natureza horizontal, onde o componente espacial não é, como no primeiro caso, tomado como espaço de suportaçãõ dos fenômenos, mas, sim, como espaço de deslocamento. Nesta situação, temos as migrações intra urbanas e os movimentos (para o trabalho, estudo, satisfação de necessidades básicas, etc.).(1)

Em seu conjunto, as variações tanto de natureza vertical quanto horizontal devem, numa análise, poder contemplar uma sucessão de situações, as quais têm possibilidades de ser combinadas ou não. Assim teríamos:

1- estabelecimento de parâmetros dos padrões quantitativos numa tentativa de verificar a existência dos mesmos, de maneira nitidamente individualizada;

2- a avaliação dos padrões existentes como interferidores nos processos sócio-econômicos;

3- a dominância de uma ou mais características demográficas como método para a delimitação do padrão;

4- a modalidade de distribuição espacial dos padrões dentro do espaço urbano.

Gibbs (1963), abordando de maneira genérica a questão da evolução da concentração das populações, propõe à nossa reflexão o reconhecimento de uma sequência de estágios explicadores da alta concentração de população nas cidades, especialmente nas chamadas grandes cidades. Para ele, as cidades em contínuo crescimento passariam pelos seguintes estágios :

---

(1) a propósito veja-se o conceito de espaço- de localização e de relação bem como as questões tempo e número propostos por George (1969: 30-67).

1^a- quando a percentagem de crescimento da população rural é maior do que a da população urbana;

2^a- quando a percentagem de crescimento da população urbana começa a ser maior do que a da população rural;

3^a- a população rural se estabiliza e começa a de crescer;

4^a- a população das pequenas cidades se estabiliza e começa a decrescer;

5^a- tendência para homogeneização das diferenças dentro de determinadas unidades de área.

Também para Gibbs, os estágios não são mutuamente exclusivos, sendo possível, para uma sociedade, encontrar-se em dois ou mais estágios, simultaneamente. É isto o que será demonstrado para o município de Marília e região, no capítulo III.

Esta análise diferencial proposta, pode ser de igual maneira aplicada em sentido restrito às populações urbanas. As cidades têm um crescimento alométrico. Villeneuve (1975), estabeleceu significativa correlação entre a desigualdade de crescimento populacional e a dinâmica do espaço. O crescimento populacional dentro do espaço urbano é diferenciado de parte para parte, em função do volume e estrutura da população. Por outro lado, a mobilidade em termos de movimento e migrações intra-urbanas pode também ser diferenciada em cada subárea do espaço urbano, ou dentro de uma mesma área de um período para o outro.

Poderíamos exemplificar estas afirmativas com o estudo do caráter diferencial da natalidade em áreas centrais ou periféricas, ou com a capacidade das áreas centrais ou periféricas pr atuarem, segundo certas circunstâncias, ora como lugar de atração de população ora como de repulsão. Nas grandes cidades, as taxas de natalidade nas áreas centrais são, geralmente, insignificantes, enquanto, as da periferia, onde é grande a quantidade de população importada, são eleva

das.

Os padrões de densidades demográficas funcionam como um indicador da mobilidade populacional, especialmente, quando analisados sucessivamente. Eles são produtos das relações entre os quantitativos populacionais e os atributos do espaço (físicos, sociais, econômicos, etc.) como fatores de concentração ou de dispersão humana. Desta forma, um espaço urbano que possa, episodicamente, ser considerado como de alta densidade, após a utilização da técnica, poderá apresentar maior disponibilidade de uso, alterando, desta maneira, as relações população e espaço.

Quanto ao grupo de componentes de dinâmica horizontal, dois se destacam pelos resultados que produzem no espaço: o das migrações intra-urbanas e os dos deslocamentos que, cada vez mais, caracterizam a vida social da cidade. No primeiro caso, a transferência de residência no espaço intra-urbano, tem relação com o ciclo de vida, alterações nos padrões de renda, busca de amenidades, etc. Já, os deslocamentos ou movimentos recíprocos (i), são provocados, em primeiro lugar, pela dicotomia entre o local de trabalho e o de residência e, secundariamente, entre este e os de abastecimento, lazer ou outros.

No conjunto, a associação entre a migração e a mobilidade intra-urbana torna possível a classificação dos residentes urbanos como um conjunto de indivíduos com características de intensa mobilidade. Residimos nas cidades ou somos ambulantes urbanos?

Cada uma destas características, isoladamente, assumem variações e gradações dentro de um mesmo espaço urbano, de uma época para outra, ou de uma cidade para outra. Quando associadas, acabam por produzir os padrões, não só dos movimentos, mas de toda a dinâmica urbana.

Pode-se, a partir das observações efetuadas, infe

(i) movimento recíproco é todo o movimento que, estabelecendo dois ou mais centros de gravidade, apresenta inversão de direção dos fluxos.

rir que o crescimento populacional nas pequenas cidades é vegetativo e mais equidistribuído espacialmente. Nas médias e grandes, ele está associado ou dominado pela importação dos indivíduos, dos seus comportamentos reprodutivos e apresenta distribuição desigual em sua manifestação espacial. Marília pode ser enquadrada na segunda alternativa.

As migrações e os movimentos intra-urbanos são praticamente nulos nas pequenas cidades. Nas de maior porte, apresentam estágios segundo o tamanho populacional e o nível de desenvolvimento econômico em que se encontram. Pode-se concluir que, tanto no caso da migração quanto no da mobili-
dade, estariam relacionados com a especialização do uso do solo urbano e a capacidade de uma população em avaliar a uti-
lidade do lugar (i).

Analisaremos a seguir, com maior detalhe, dois dos aspectos mencionados e que serão abordados em caráter aplica-
do, para a cidade de Marília: a dinâmica dos movimentos e a das migrações intra-urbanas.

Os movimentos

O processo de urbanização intensa tem apresentado como característica associada, uma incidência maior de movi-
mentos dentro das cidades. Já há algum tempo, o tema da mobilidade intra-urbana vem atraindo a atenção dos geógrafos. Isto pode ser comprovado através da análise das contribuições de Lucchi (1966) avaliando as migrações alternadas na região de Paris; Bailly (1974) estabelecendo relações entre percep-
ção do espaço urbano e os níveis de deslocamentos de suas populações; e Clark (1968) correlacionando mobilidade intra-

---

(i) utilidade do lugar é a capacidade que tem um determinado lugar em atrair e em seguida manter, dentro dele, deter-
minados volumes de população.

urbana com motivações de natureza econômica.

Qualquer que seja o enfoque dado ao estudo, está correto afirmar-se que este tipo de mobilidade não significa apenas a transferência de números mas, sim, um aumento significativo da mobilidade social da população, criando a possibilidade de uma ampla escolha de profissões ou de ocupações, ao mesmo tempo em que promove alterações nos arranjos espaciais. O nível desta mobilidade é uma função do modo de vida da população, de suas necessidades tanto naturais quanto culturais e econômicas e do grau de desenvolvimento dos transportes e das comunicações.

Dentre os movimentos intra-urbanos mais intensamente estudados e que mais impactos provocam, está o da mobilidade para o trabalho. O seu estudo envolve questões de mercado de residências urbanas, distribuição espacial de empregos e os níveis de acessibilidade de uma coisa face a outra.

Nas cidades em crescimento, o mapeamento das áreas residenciais é, ao longo do tempo, evidenciado como essencialmente dinâmico. Com isto, as forças geradoras dos movimentos "caminham" pelo espaço urbano, fazendo variar o significado de cada área como parte deste processo. Também, os locais de trabalho sofrem, guardadas as devidas diferenças, problemas semelhantes quanto à utilização dos espaços centrais ou peri-urbanos. Uma análise do aspecto trabalho dentro das cidades mostrará os padrões de variação das atividades dentro do C.B.D., dos bairros periféricos ao centro, ou dos subúrbios. Esta dinâmica é outra parte provocadora de uma mudança nas direções, intensidades e características das populações que se movem para trabalho no espaço intra-urbano.

Com o crescimento da cidade, associado com a expansão e variação de suas atividades, torna-se possível identificar algumas tipologias destes movimentos como o das pessoas que se dirigem para trabalhos na periferia urbana (atividades industriais ou outras) e o caso de muitos residentes das áreas periféricas que se dirigem para o centro (exercendo atividades terciárias).

As migrações intra-urbanas

Embora a migração intra-urbana, em função da relocação da residência de cada família possa ser estudada, de certa forma, separada da dos movimentos, tem neles, contudo, boa parcela de sua justificativa. Na verdade, migra-se na cidade sempre que as razões para a locomoção do local de residência sejam maiores que as de mover-se sem mudar de moradia.

Conceitualmente, migração intra-urbana deve ser entendida como a transferência do local de residência, dentro de um mesmo espaço urbano, provocada por um ou mais motivos dominantes, que forcem o residente a abandonar determinado ponto da cidade, mais do que nele permanecer.

Embora menos perceptíveis do que os movimentos, este tipo de mobilidade é significativa para a compreensão do espaço urbano em função da quantidade, duração e distância dos fluxos migratórios. A geografia também tem se interessado por este segmento de estudo da população: Adams (1972) , Pampalon (1975) e Guest (1972) analisaram as questões de distribuição de população em áreas centrais, os processos de especialização no uso do espaço e as relações entre a história das cidades e os padrões residenciais existentes.

Ao contrário dos estudos sobre os movimentos onde os dados podem facilmente ser coletados através de inquéritos aplicados nos locais de trabalho, os migrantes intra-urbanos são de mais difícil avaliação. Nem todos os que migram dentro da cidade, o fazem em função do trabalho, ou, simplemente, trabalham. Nesta situação, teríamos a migração pelo ciclo de vida, envolvendo o casamento, casais idosos, aposentadoria do chefe da família, etc.. Lamentavelmente, nenhum dos serviços urbanos registram a transferência de residência, como é o caso de ligações de energia elétrica e de água, registros eleitorais ou de companhias telefônicas. Assim, é muito mais difícil avaliar este aspecto da dinâmica populacional

urbana.

A propósito das questões que envolvem migrações intra-urbanas, Simmons (1968) detalhou aspectos para uma melhor compreensão deste tipo de mobilidade, realçando a importância prática do estudo bem como os processos de delimitação dos fluxos de uma área para outra, para tornar possível classificar e solucionar problemas.

O estudo de Marília, envolve não só os dois aspectos mais destacados mas, também, a questão do crescimento populacional e o da distribuição espacial através do estudo das densidades.

O desenvolvimento da tese

A constatação de um número crescente de conflitos envolvendo crescimento e distribuição de população, tem-se constituído em motivação para que, todos aqueles, que militando na ciência geográfica, desenvolvam, de maneira mais intensa, estudos e investigações que permitam a compreensão destes conflitos, suas origens, expansão, alternativas de solução ou de minimização.

Problemas populacionais, como os fluxos migratórios intensos, distribuição espacial de força de trabalho, crescimento excessivo das médias e grandes cidades, povoamento e despovoamento, incorporam-se na atualidade, de maneira mais intensa, aos estudos da ciência.

No caso brasileiro, a distribuição da população pelo território, a orientação espacial de seu crescimento, o desenvolvimento das cidades, o despovoamento rural, representam significativos e prementes problemas, uma vez que se relacionam com múltiplos aspectos de nossa economia. Nossa população é participante simultânea de processos de produção como força de trabalho e como força consumidora.

Os estudos de população, no âmbito da ciência geográfica, podem assim, ser encarados de maneira diversificada, quer em escala nacional, regional ou local, quer quanto às características consideradas.

O nosso propósito é o de estudar, tanto de maneira teórica quanto prática, o problema da dinâmica populacional urbana.

Do ponto de vista teórico, a tese propõe como objetivos principais: 1) o de avaliar diferentes tipos de estudos que, tanto no passado como na atualidade, estão sendo e laborados dentro da ciência no segmento população;

2) refletir, de maneira sistemática, sobre tipos e proveniências das fundamentações teóricas e metodológicas, dos estudos de população, desenvolvidos pela geografia;

3) através da ordenação do material inventariado, contribuir para os estudos em desenvolvimento ou futuros, no campo da geografia da população.

Na pesquisa, o objetivo é o estudo de uma cidade - Marília. História curta, variações demográficas significativas para seu tamanho, dinâmica interna intensa e repercussões variadas sobre a morfologia urbana.

A temática proposta envolvendo dinâmica de população urbana bem como o estudo da cidade de Marília, S.P., decorrem em primeiro lugar do reconhecimento de que a maneira dos homens organizarem seus espaços, tem sido marcada por uma grande aceleração de mudanças. Estas mudanças, que têm ocorrido como as relacionadas ao uso dos recursos naturais, da tecnologia do conhecimento científico, etc., são indissociáveis das dimensões : população e espaço.

Zelinsky (1970:503), em um texto onde aborda questões referentes aos tipos de estudos efetuados por geógrafos, a propósito de um mundo em permanente crescimento, afirmou:

"We must begin to learn how to study this new geography of mounting population pressures, clearly, analyti

cally and without the incubus of myth or obsolete dogma".

As mudanças que estão ocorrendo, cada vez mais intensas, e em períodos cada vez mais curtos, oferecem a oportunidade para todas as ciências sociais de participarem da interpretação destes quadros. Com isto, tenta-se entender melhor os espaços sociais, no sentido de melhorá-los, de torná-los produtivos e de permitir que a sociedade tenha uma qualidade de vida também melhor

A segunda premissa, na qual se fundamenta a tese, é a da abordagem da geografia como uma importante ciência social, embora venha ela participando de maneira um pouco tímida como contribuidora do estudo dos diferentes tipos de padrões sociais (i). gerados pelo comportamento da humanidade. Os padrões de dinâmica populacional objeto de análise na cidade de Marília, envolvem, segundo a classificação de Fielding, os padrões dinâmicos e os normativos. É uma tentativa de converter a geografia num instrumento eficaz e útil para a reflexão sobre problemas espaciais de população.

Desta maneira, espera-se que os conhecimentos resultantes da investigação efetuada sirvam não apenas como um inventário, uma descrição de ocorrências, mas que se convertam em conhecimentos úteis nas tarefas de produzir um melhor ajuste dos homens sobre o limitado espaço terrestre. Por estas razões verificamos a importância e a necessidade de que

---

(i) O entendimento que damos aqui e em toda a tese para o termo padrão e seus tipos foi o exposto por Fielding (.. 1974: 28):

Padrão é uma associação de ocorrências que pode indicar processos causais. Reconhece-se 4 tipos de padrões - a) padrões estáticos - o estudo de um padrão representando um determinado período de tempo, b) padrão dinâmico, representando a distribuição de ocorrências em diferentes períodos de tempo, c) padrões de conexões, definidos por limites ou ligações, d) padrões normativos - o padrão que deveria ser, dada uma certa condição.

os temas de população, dentre vários outros que a ciência geográfica procura abordar (urbanos, agrários, políticos, etc.), sejam colocados em posição de destaque. Isto porque as características urbanas, agrárias, políticas, etc., dependem do volume e do "peso específico" (i) das populações, as quais influem, com seus próprios valores, e com sua forma de comportamento espacial.

A tese, apesar de unitária em seus objetivos, pode ser avaliada em dois grandes conjuntos: 1ª) o dos estudos teóricos sobre população, especialmente o das populações urbanas, suas características básicas, tipos de estudos, métodos e técnicas de análise;

2ª) o estudo da dinâmica populacional da cidade de Marília - S.P..

Nesta segunda parte, não se trata apenas de testar no todo ou em parte, um conjunto de conhecimentos teóricos, às características populacionais da cidade, mas, sim, o de utilizar conhecimentos teóricos e as técnicas de análise e interpretação para poder melhor compreender, de forma mais satisfatória, uma realidade.

A primeira parte da tese compreende dois capítulos, em relação aos quais indicaremos suas linhas mestras de desenvolvimento. O primeiro, de natureza teórica, aborda a questão do posicionamento da geografia da população dentro dos quadros da ciência geográfica. Após referências sobre a significância ou não dos estudos de população efetuados por autores tradicionais como Brunhes, La Blache e Sorre, passa-se à análise daqueles que elaboraram obras explicitamente sobre geografia da população. Analisa-se então, o aparecimento do termo "geografia da população" e as contribuições de cinco

---

(i) "peso específico" é a somatória do conjunto de atributos qualitativos dominantes em uma dada população, os quais, no conjunto, se expressam por uma série de características sociais, políticas, econômicas, etc., interrelacionadas espacialmente.

autores: Pierre George, através do texto "Geografia da População"; Jacqueline Beaujeu-Garnier com "Géographie de la population"; Glenn Trewartha, "Geografia da População - padrão mundial"; Wilbur Zelinsky - "Introdução à Geografia da População" e John I. Clarke, "Population Geography, and developing countries".

Através deles, é que foi possível estabelecer-se um de lineamento básico sobre os objetivos e a amplitude da geogra fia da população, o caráter diferencial das proposições de cada um e a relativa indefinição conceitual ainda existente. Chega-se, ao final deste capítulo, a um entendimento, mesmo que incompleto, sobre o conjunto dos conhecimentos classifica dos como geografia da população. Isto vale menos como uma preocupação sobre a delimitação do que é, face ao que não é geografia da população, do que como uma diretriz para a sele ção de conteúdos e para tratamento de informações.

O segundo capítulo, ainda de natureza teórica - A geografia da população urbana - aprofunda a análise reflexi va em textos e reduz a dimensão espacial aos espaços urbanos. A grande diversidade de estudos sobre a dinâmica urbana. fa ce aos das demais áreas não urbanas, está na elevada concen tração das variáveis que compõem o complexo de característi cas das populações destas áreas.

A geografia da população urbana é, então, vista como um tema que pode ser justificado pelo caráter repetitivo, como vem sendo tratado pelos geógrafos. Também poderíamos acres centar como justificativa para o seu desenvolvimento, o fato de que as repercussões que o dinamismo populacional urbano impõe aos espaços das cidades, ou aos espaços rurais, são de masiadamente significativos para serem ignorados.

O capítulo, em termos de trabalho de gabinete, en volveu um vasto inventário de periódicos para que pudesse ser desenvolvido. A necessidade deste inventário, aparentemente extensivo, encontra justificativa na quase ausência absoluta de livros em geografia da população, focalizando áreas urba nas. O campo é efetivamente novo, embora seja possível citar,

na atualidade, trabalhos pioneiros de grande valor. Neste caso temos as contribuições de Salling (1973) - "Town size and growth in a space of towns, two hypothesis and an empirical test in Southeastern Ohio 1870- 1900"; Zimmerman (1973) "Urban residential structure and mental disorders: an analogies of spatial association within Buffalo"; Brozowski (1977)- "Revealed preferences in intra urban migration"; Rudzitis (1977)- "Locational determinants of the Older population in a metropolitan area". Todos eles resultantes de pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos, ou em outros países, mas todos acentuadamente úteis quanto à perspectiva em que abordam o campo da geografia da população e seu uso prático para a solução de problemas espaciais.

O desenvolvimento da investigação demonstrou que os textos indicados como totalmente voltados para estudos em geografia da população e que serviram de início às nossas reflexões, não ofereciam, entretanto, contribuições em nível de detalhe a propósito de populações urbanas. Esta categoria de estudos só foi encontrada em publicações esparsas, os periódicos, especialmente os de língua inglesa, provenientes dos Estados Unidos, Austrália e N. Zelândia, embora, contribuições de língua francesa estivessem representadas, especialmente aquelas originadas da província de Quebec- Canadá.

A avaliação dos periódicos em seu todo envolveu 31 diferentes títulos, num total de 1484 números, dos quais 214 nacionais. Deles, foram extraídos 592 artigos sobre geografia da população em geral, sendo que, finalmente 271 foram definitivamente selecionados para os estudos dos vários aspectos que envolvem a geografia da população urbana.

Através deles, foi obtida uma fundamentação teórica e uma metodologia para os estudos da população urbana de Marília. Percebeu-se que as preocupações metodológicas são muito comuns nos trabalhos que tratam de densidades urbanas, padrões residenciais, modelos de crescimento urbano, ciclos de vida e migrações intra-urbanas, etc.

A segunda parte da tese, também organizada em dois

capítulos, estuda a dinâmica populacional de uma das cidades pioneiras da primeira metade do século XX, no Oeste Paulista: Marília. A divisão desta parte em dois capítulos teve por objetivo tornar possível a avaliação do comportamento da dinâmica de Marília, em contraste com o comportamento demográfico da micro-região da qual faz parte, para, finalmente, no último capítulo, avaliar a dinâmica da população da cidade de Marília. Repete-se aqui, o esquema de detalhamento da análise e redução da área considerada: a micro-região e a cidade.

O terceiro capítulo - A dinâmica populacional de Marília, procura, através da análise de processos, comparar o desenvolvimento demográfico de Marília face ao dos demais municípios compreendidos na micro-região homogênea da Alta Paulista. Iniciando com alguns informes sobre a ocupação da área, avalia, em seguida, o processo de geração daquele espaço político, abordando a questão dos desmembramentos territoriais.

Na análise da dinâmica demográfica avalia-se, toda a alteração global e sua decomposição em população rural e urbana, para toda região, verificando-se também as tendências da área.

O quarto capítulo, tem como escopo avaliar a dinâmica populacional intra-urbana de Marília. Para tanto, o estudo envolve vários aspectos desta dinâmica populacional:

1- o processo de crescimento ou declínio, e o modelo demográfico produzido;

2- o papel das migrações intra-urbanas no espaço urbano;

3- os padrões de densidades populacionais e as tendências espaciais observadas;

4- as relações de mobilidade da população com o espaço;

5- as tendências dos diferentes aspectos considerados.

Não se pretendeu conduzir o estudo da população urbana de Marília ao nível do excepcionalismo. Se assim tivéssemos feito, certamente, não estaríamos fazendo geografia. Ao contrário, procurou nele certas peculiaridades populacionais, ao lado de similitudes, com exemplos do Oeste Paulista.

Este estudo de dinâmica espacial urbana levou-nos à pesquisa de campo, com a aplicação de mais de 3.000 questionários, cujo modelo está anexo à tese, para poder avaliar-se as migrações intra-urbanas e a mobilidade interna da população, bem como aspectos da percepção espacial desenvolvidos pelos moradores.

Como conclusão, a tese procura confrontar o dinamismo populacional interno de Marília com suas características espaciais: as relações entre o crescimento populacional e o crescimento espacial, distribuição residencial desequilibrada face às disponibilidades espaciais e aos elementos de intervenção para o estabelecimento, junto com outros componentes, de um processo de planejamento para a cidade. Ao final, uma autocrítica e uma crítica do autor.

Os agradecimentos

A ação de fazer agradecimentos obriga-nos, em primeiro lugar, a refletir sobre as condições gerais da pesquisa e as condições em que foi feita esta. Inicialmente, lembramo-nos que, em um país onde o processo de informação é moroso, desarticulado e muitas vezes insuficiente, faz do trabalho do pesquisador é uma atividade de polir pedra bruta, sem equipamento adequado. Isto é um mal, pois, a mais atingida é a própria sociedade, que necessita dos informes e dos estudos para a solução de seus problemas mais essenciais.

Todos aqueles que, no campo das ciências sociais, se propuseram a debruçar sobre a natureza, o desenvolvimen

to e as consequências dos problemas sociais , evidentemente tropeçarão com as dificuldades de uma informática às avessas.

Por isto, o pesquisador verifica que, de forma diretamente proporcional em que os informes são inexistentes, incompletos ou superados, precisa ele converter-se, não num analista de informes, num inferidor de relações, mas num coletor de dados, diretamente, onde eles são gerados. Como consequência desta situação, esta pesquisa, ao invés de, por meio de uma tecnologia moderna, dispende menos tempo no inventário do que na reflexão do inventariado, processou-se , até certo ponto ao inverso.

Assim, estabelecer ou fazer agradecimentos numa tarefa de pesquisa desenvolvida sob estas condições, significa apresentar um rol bastante amplo de nomes cuja boa vontade foi colocada à prova, e que se dispuseram, sem ter ao final o mérito do pesquisador, a caminhar conosco, oferecendo facilidades ou assumindo mesmo parte do nosso trabalho. Neste caso, agradecer, torna-se uma tarefa difícil em virtude do grande número de pessoas que nos forneceram assistência, encorajamento, e ajuda efetiva, nas várias etapas do trabalho. Foram muitos os operários desta tarefa e, em relação à vários deles, nossa memória manteve-se atualizada. Assim, eles serão aqui citados sem contudo deixarmos de estender nossos agradecimentos à muitos, cujos nomes não ficaram na memória e nem poderiam ficar, como o caso das 3.000 famílias de Marília que, recebendo-nos em suas casas, responderam, em sua maioria com dedicação, um questionário que, afinal, envolvia 28 diferentes questões.

Nominalmente, citaremos alguns, cujos nomes foram retidos pelas facilidades que nos criaram ou a orientação que nos forneceram:

Da. Nilza Dolores de Carvalho que, na direção da Biblioteca Central do IBGE no Rio de Janeiro, colocou, à nossa disposição, todas as facilidades, enquanto lá estivemos investigando periódicos;

Sr. Antonio Tânios Abibe, Diretor da Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal do IBGE, de quem pudemos obter não só orientação em entrevistas mantidas mas, as facilidades para a obtenção das cópias das cadernetas censitárias de 1960 e 1970, para a elaboração das cartas de densidades populacionais de Marília;

Srta. Elizabeth Tripotti Batistetti que, na Divisão de Cadastro da Prefeitura Municipal de Marília, pacientemente nos auxiliou na pesquisa de reconstrução dos loteamentos urbanos, a partir do primeiro e, hoje, em número superior a 120. Foi um paciente e difícil trabalho de volta ao passado;

Da. Edna Fakhoury que, na Chefia do Cartório Eleitoral de Marília, nos prestou assistência durante todo o período em que investigamos aspectos de imigração, através de consulta acerca de 10.000 fichas eleitorais;

Ao Sr. Weide Juliano, Diretor da Divisão de Despesa de Pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado e Da. Odete dos Santos Gimenes, Chefe da Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Marília, os quais, em suas respectivas áreas de atuação, efetuaram detalhado levantamento sobre a distribuição dos locais de trabalho de centenas de servidores públicos, nossa gratidão por tanta presteza e amabilidade;

A Sra. Diretora do Setor de Dados Demográficos da Coordenadoria de Análise de Dados da Secretaria de Planejamento do Estado, por nos ter oferecido todas as facilidades para a obtenção de informes, mesmo os não publicados, os quais permitiram uma avaliação da população regional de Marília, a partir de 1940.

Nossos agradecimentos também se estendem ao Sindicato dos Empregados do Comércio, às entidades diversas como escolas, hospitais e estabelecimentos financeiros pelas in

formações prestadas.

A valiosa equipe de alunos, mais de 50. que, num trabalho de colméia, desenvolveram a atividade de aplicação dos questionários.

Os últimos agradecimentos são para três pessoas que, se tornaram o sólido alicerce para este trabalho: meu orientador, professor Dr. Armando Corrêa da Silva, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo que, com sua orientação segura, permanente e eficaz, ofereceu nos todo o apoio científico para que esta pesquisa fosse desenvolvida. Não foi um orientador apenas, foi antes de tudo um amigo. Minha esposa Marta, que pacientemente suportou, durante todo este tempo, meu silêncio, meu recolhimento ao trabalho, não negando em nenhum momento sua ajuda nas correções dos textos mas, também, com sua compreensão. Junto com ela, minha filha, Larissa, tão pequena, mas que a seu modo, muito contribuiu, não tendo impaciência com um pai distante e envolto em estudos intermináveis.

Devo ainda registrar meus agradecimentos ao "Consejo Latinoamericano de ciencias sociales" que através da Comisión de Desarrollo Urbano y Regional" emprestou seu apoio financeiro para a elaboração desta pesquisa.

Capítulo I - A Geografia da População

"it is impossible to call any worker ,
past or present, a geographer, until we
can say what geography is, and then deci
de wheter he has been doing it or not..."
(Minshull, 1970 : 10)

O que é geografia? O que pretende? Qual é seu va
lor prático?... Conjunto de questões até certo ponto contro
vertidas, para os seus cientistas, embora devamos nos recor
dar, para evitar dúvidas futuras, que estas controversias
são comuns a muitas outras ciências, em especial, às ciên
cias sociais.

Isto, provavelmente, decorre da maneira equivó
ca como encaramos a questão da natureza e amplitude de uma
ciência. Geralmente, pretendemos obter uma definição permanen
te, alguns parâmetros dela e, só depois, é que nos preocupamos
com o que ela estuda, como, e o que é mais significativo ,
que tipo de questões ela se propõe a responder na prática .
Se invertêssemos os processos de nosso raciocínio, certamen
te, as respostas seriam mais fáceis e mais contribuidoras pa
ra a própria ciência.

Buscar a compreensão da totalidade de uma ciência,
apenas através de algum conceito, geralmente proposto num de
terminado momento e sob certas circunstâncias, pode ser algo
decepcionante como afirma Harrison e Larsen:

"Geographers remain frustated over the
lack of a common definition for the dis
cipline to the point that the question:
But is it geography? has become a cli
che..." (1977 : 139).

O primeiro e fundamental passo para se obter uma resposta satisfatória, ou dirimir dúvidas, é "olhar" para o que estão fazendo os geógrafos, e para o que fizeram, mais do que pelo que se diz que seja a ciência geográfica.

O propósito deste capítulo é o de inventariar e avaliar o que vem sendo feito no campo dos estudos de população pelos geógrafos, o que vem sendo acumulado através dos tempos, pelos trabalhos de muitos, revelando mudanças nos conteúdos, nas abordagens e nas técnicas utilizadas. Nos conteúdos, porque o espaço social, objeto de estudo da geografia, é acentuadamente dinâmico. Apesar de ser possível acompanhar a trajetória de uma sociedade no tempo, não se pode, contudo, retroceder muito no estudo dos espaços atuais, uma vez que, com isto, teríamos o mergulho no desnecessário. Os espaços atuais estão ordenados sob princípios diversos do passado, como é o caso do espaço industrial, ou o urbano metropolitano. Nas abordagens, porque no conjunto geral do conhecimento científico, a geografia prossegue não na busca de um fim. Não há um final a alcançar para qualquer ciência. O que ela procura, é apresentar novas maneiras de estudar aquilo que pretende ver explicado, e que julga ter importância. Nas técnicas, como fruto do progresso geral de todas as ciências.

A literatura consultada e as tendências gerais.

A tese tem como objetivo principal o de analisar a dinâmica populacional urbana em Marília - S.P.. Entretanto, considerando-se que a geografia da população urbana é parte indissociável de um conjunto maior, o da geografia da população, e este, de um outro mais amplo, o da geografia humana, e, finalmente, este, da ciência geográfica em seu todo, necessitamos refletir não sobre um passado ilimitado, mas sobre um período de tempo que nos permita estabelecer ligações entre

o pequeno segmento a que nos propomos estudar, a população urbana, com o todo no qual ela está contida.

A geografia é uma ciência de estruturação recente, ou, mesmo ainda, em estruturação, calcada sobre um corpo de conhecimentos, de história bastante longa. Há, efetivamente, uma longa história e uma variada bibliografia sobre este acúmulo de conhecimentos práticos ou teóricos, rotulados em caráter : permanente como geografia.. Lendo e analisando Estrabão, com sua contribuição, no ano 7A.C., estaremos lendo uma "geografia"; utilizando a vasta coleção dirigida por La Blache e publicada entre 1925-1949, estaremos nos relacionando com uma "geografia universal"; ou interpretando o " Explanation in Geography" de David Harvey, datado de 1969, estaremos variando de autor, de lugar e de época, mas com uma coisa em comum: os textos apresentaram a denominação de geografia e cada um procurou transmitir o que entendeu como ciência.

O que cada um deles propôs como geografia? Dentro desta multiplicidade, temos uma unicidade, ou a geografia de Estrabão nada tem a ver com a de Vidal e esta com a de Harvey? Se assim o for, quando surgiu e quando desapareceu cada geografia? Qual a geografia que está em "vigor"?

Esta longa história do acúmulo de conhecimentos práticos ou teóricos, rotulados de geografia, é marcada por contradições e crises. Estas contradições e crises resultaram: das diferentes reflexões feitas em diferentes momentos sobre a terra e sobre o homem; das diferentes contribuições do progresso das ciências em geral e da maneira como todas estas ocorrências interferiram, ou foram incorporadas, no seu conjunto de conhecimentos.

Em caráter de síntese, poderemos dizer que foram todos esses trabalhos de seus estudiosos que fizeram dela o que ela é hoje. Reconhecemos, entretanto, que não é muito fácil dizer o que ela é hoje, quer nos utilizemos de longas definições, ou mesmo de curtos conceitos. Não se pode, sob pena de cometer sérios danos, tentar enquadrar algo tão complexo como a geografia, em conceitos de poucas palavras.

Entretanto, é preciso, numa pesquisa, partir-se da aceitação como válido, de algum conceito em relação ao qual julgamos ser possível assumir uma posição de defesa. Considerando que, no âmbito da geografia, nos preocupamos com a descrição e explanação, com a localização e com as ocorrências espaciais, numa perspectiva dinâmica, adotamos como referencial o conceito proposto por Kox (1972):

"Geography is concerned with the description and explanation of locational patterns of static or moving phenomena on the surface of the earth.

Human Geography, therefore, is concerned with the description and analysis of locational patterns of static ou moving phenomena of human origin on the face of the earth" (p.3)

O conceito de geografia proposto por Kox é, na sua abrangência, bastante amplo e flexível e, por isso, menos sujeito às controvérsias daqueles mais rígidos. Em seu conteúdo, estão implícitas as propostas de descrição e de explanação, a referência espacial, cerne da geografia, os padrões locais e as noções de estrutura e processo. A geografia humana, é para ele, o estudo, nas mesmas perspectivas, dos fenômenos de origem humana. É também, um conceito aplicável ao passado espacial, embora, na atualidade, a superfície da terra apresente padrões locais relacionados de forma muito complexa, muitas vezes inexistentes no passado.

O estudo dos padrões populacionais, na superfície da terra, quer numa visão momentânea, quer numa visão dinâmica (padrões estáticos e padrões dinâmicos), podem ser vistos dentro do esquema proposto por Kox. Aqui, importa avaliar como estes padrões de população foram vistos e ponderados por diferentes estudiosos no passado e como o estão sendo na atualidade, as diferenças entre ambos e as razões delas.

Indagações deste tipo, levam-nos a penetrar mais

amplamente em aspectos da evolução da ciência, onde poderá ser posto em evidência, desde uma geografia preocupada com os atributos físicos da terra, ou aquela focalizada na organização dos espaços ocupados pelo homem, ou, finalmente, nos próprios homens. Esta pesquisa volta-se predominantemente para a última alternativa.

Quando procuramos, numa visão linear, efetuar reflexões sobre as diferentes maneiras pelas quais a história da geografia foi vista, deparamo-nos com uma escassez de contribuições. Nossa análise considerou as de Clozier (1949), Wooldridge e East (1967), Lebon (1966), De Martonne (1953), Broek (1967), Claval (1976) e Chisholm (1979).

Delas, delineamos sem excessivos detalhes, alguns aspectos básicos do desenvolvimento da ciência. Dentre elas, apenas Clozier elaborou uma história da geografia, limitada, entretanto, ao que ele denominou de geografia moderna, anterior a década de cinquenta. Os trabalhos de Wooldridge, Lebon, De Martonne e Broek referem-se à capitulos num conjunto muito variado, que tratam da evolução da geografia. As contribuições de Claval e Chisholm tratam, de maneira específica, da evolução da geografia humana, o primeiro reconhecendo sua divisão em clássica e moderna, enquanto, o segundo, de uma maneira particular, procura mostrar, sem um caráter sequencial de tempo, como a geografia, em geral, e a humana, em particular, evoluíram até o presente estado e posição.

Assim, excetuando-se as duas últimas contribuições, todas as demais, de uma forma mais ou menos explícita, procuraram avaliar o conjunto da história da ciência em três fases:

a- a da descoberta e reconhecimento de terras, ampliação dos horizontes, medidas de terra e elaboração de mapas. Isto, segundo Broek, De Martonne e Lebon envolvendo os períodos denominados de antiguidade, idade média e moderna. Nesta fase, o que se percebe é que o avanço da geografia era tomado como o do avanço da cartografia. Também, a contribui

ção para a ciência tinha origem, não apenas, em geógrafos, mas em historiadores, etnógrafos e filósofos. Esta fase se estende até os trabalhos de Humbolt e Ritter no século 19, embora, a exploração das grandes regiões interiores dos continentes e de áreas afastadas tivessem ocorrido posteriormente;

b- a da institucionalização da geografia como preocupação fundamental e com a busca de semelhanças e diferenças entre os lugares. Os pensamentos de Humboldt e Ritter serviram como ponto de partida e de posicionamento da geografia, no conjunto das demais ciências. Entretanto, segundo Wooldridge e East, os dois contribuíram para fundar a geografia, mas haviam deixado sem solução muitos de seus problemas essenciais. Desta fase, é bastante ampla, face a importância da ciência na época, o número de contribuições abordando questões sobre a natureza da geografia.

Através das contribuições não só de Humboldt e Ritter, mas de Powell, Davis, Penck, Koppen e outros, fica evidente a ênfase no estudo de uma ciência caracterizada como ciência da terra. À exceção de Ratzel, que era alemão, devemos aos geógrafos franceses, reflexões mais profundas sobre a geografia como ciência humana. Assim, Reclus, Sorre, Gottman, La Blache e outros não criaram a geografia, mas, sim, iniciaram por fornecer-lhe as feições que ela tem hoje;

c- a terceira fase, mais detalhada por alguns, corresponde ao contemporâneo recente, ou seja, a partir da década de 40, quando as idéias de localização relativa, de quantificação e de teorização da geografia surgem com suas primeiras raízes. A geografia da população, em sua origem e evolução, toma vulto nesta fase.

O período de Humboldt e Ritter é um período de minimização do significado do homem, em geografia. A ênfase estava no estudo das características físicas e biológicas da terra e na verificação de como o homem, com todo o seu equipamento mental e material, se dispunha e se adaptava ao "habitat" ou dele se utilizava. Estas colocações, confirmam, de

uma certa maneira, a posição anterior de Varenius (1650) que, em sua "Geographia Generalis", propunha a existência de duas geografias: uma geografia geral, cuidando dos aspectos físicos da terra e para os quais era possível a formulação de leis universais; e uma geografia especial ou regional, incluindo o homem que, segundo ele, era imprevisível e, em relação ao qual, só era possível a descrição.

Talvez, dentro deste conjunto, é que tenhamos as justificativas para o aparecimento tardio dos estudos de população em geografia. Isto pode ser comprovado em George (.. 1951), de quem tivemos a contribuição "Introduction à l'étude géographique de la population", que foi a primeira aparição de um texto cujo título indicava expressamente que a população estava sendo estudada pela geografia. Em 1959, do mesmo autor, "Questions de Géographie de la population" introduz definitivamente a expressão geografia da população. A primeira contribuição é uma indicação do que a geografia deveria fornecer para o estudo da população; enquanto, a segunda, é uma tentativa de caracterização de um campo específico do estudo na ciência geográfica.

Os estudos de população em geografia não eram totalmente inexistentes à época da contribuição de George. Muitos princípios, fundamentos e tratados tinham sido já divulgados em geografia humana e, contemplando, mesmo que sem destaque, a temática da população.

Os elementos que nos permitiram inferir sobre as diferentes maneiras como as populações foram consideradas, nas contribuições gerais denominadas de geografia humana, foram obtidos dos trabalhos de La Blache, "Principes de Géographie Humaine" (1922), Sorre- "Les Fondements de la géographie humaine" (1942-1952) e de Brunhes- "La géographie Humaine" (1910). Todos eles foram influenciados por sua época, deixaram marcas significativas no seu tempo e as transferiram para o futuro.

O que foi que cada um deles acrescentou à ciência denominada de geografia? Quais os caminhos que seguiram e as

formulações teóricas que fizeram, além de uma simples acumulação de fatos? Finalmente, como cada um abordou o estudo da população no conjunto da obra geográfica que produziu?

Reconhecemos que a análise de contribuições de estudos efetuados, quer numa visão geral da ciência, quer apenas em um de seus segmentos, é um difícil exercício de debruçar-se sobre sua história. Difícil por não se tratar de uma simples comparação com vistas à constatação de semelhanças e diferenças entre autores. A análise, para ser válida, precisa procurar obter, dentro da multiplicidade de contribuições, a unidade do pensamento e a síntese dos progressos efetuados por diferentes pesquisadores, bem como as tendências que projetaram para o futuro.

Os textos dos autores indicados, a partir dos quais elaboramos nossa análise, foram os correspondentes à edição portuguesa do livro de Vidal, à tradução nacional da obra de Brunhes e ao texto original de Sorre. É interessante que, inicialmente, apresentemos as diferentes partes que constituem os livros, tendo em vista a análise que se fará em seguida.

PRINCÍPIOS DE GEOGRAFIA HUMANA

Paul Vidal de La Blache - 390 pp.

Introdução

Significado do objeto da geografia humana.

1ª parte: A distribuição dos homens no globo.

- cap. I - Vista de conjunto.
- cap. II - Formação de densidade.
- cap. III - As grandes aglomerações humanas: África e Ásia.
- cap. IV - A aglomeração Européia.
- cap. V - Regiões mediterrâneas.
- cap. VI - Conclusões: resultados e contingências.

2ª parte: As formas de civilização.

- cap. I - Os grupos e os meios.
- cap. II - Os instrumentos e o material.
- cap. III - Os modos de alimentação.
- cap. IV - Os materiais de construção.
- cap. V - Os estabelecimentos humanos.
- cap. VI - A evolução das civilizações.

3ª parte: A circulação.

- cap. I - Os meios de transportes.
- cap. II - A estrada.
- cap. III - Os caminhos de ferro.
- cap. IV - O mar.

Fragmentos:

- I - Formação de raças.
- II - A difusão das invenções: o arado e a roda.
- III - Modos de vida e domínios de civilização.
- IV - A cidade.

GEOGRAFIA HUMANA

Jean Brunhes - 507 pp.

- Cap. I - Que é geografia humana?
Relações gerais entre a Geografia Humana e a Geografia Física.
- Cap. II - Como agrupar e classificar os fatos de Geografia Humana.
- Cap. III - Fatos essenciais de Geografia Humana.
- Primeiro Grupo: fatos de ocupação improdutiva do solo - casas e caminhos.
- Cap. IV - Fatos essenciais de Geografia Humana -
- Segundo Grupo: fatos de conquista vegetal e animal - culturas e criações.
- Cap. V - Fatos essenciais de Geografia Humana (continuação e conclusão).
- Terceiro Grupo: fatos de ocupação destrutiva - devastações vegetais e animais. Explorações minerais.
- Cap. VI - Monografias sintéticas de Geografia Humana.
Primeiro exemplo: "Ilhas do Deserto". Os oásis do Suf e do M'zab (Saara Sul-Argeliano).
- Cap. VII - Monografias sintéticas de Geografia Humana.
Segundo exemplo: Uma "ilha" Excepcional de alta montanha Alpina - O "val" de Anniviers (Suíça).
- Cap. VIII - Além dos fatos essenciais - Geografia Regional - Etnografia - Geografia Social - Geografia da História.
- Cap. IX - O espírito geográfico.

LES FONDEMENTS DE LA GÉOGRAPHIE HUMAINE

Max Sorre - (1943-1952).

Tomo I - Livre Premier: Le climat et L'Homme.

cap. I - Le climat.

cap. II - Éléments du climat et fonctions organiques.

cap. III - La formation de L'oekoumène.

Livre II: Le milieu vivant et l'alimentation de
l'homme..

cap. I - Les associations de l'homme. Formation et évolu
tion.

cap. II - De l'espèce sauvage à l'espèce cultivée.

cap. III - Condition de maintien et d'équilibre des associa
tions de l'homme.

cap. IV - Les besoins de l'organisme et le milieu vivant.

cap. V - Géographie des régimes alimentaires.

Livre III: L'organisme Humain en lutte contre le
milieu vivant.

cap. I - Les complexes pathogènes.

cap. II - La vie des complexes pathogènes.

cap. III - Principes généraux de la géographie médicale. Géo
graphie médicale et oekoumène.

Tomo II - Les fondements techniques.

1^{re} parte - Les techniques de la vie sociale.

cap. I - De quelques données essentielles des techniques
sociales.

cap. II - Les groupes antérieurs à l'État moderne.

cap. III - Les nations et les États. Leurs conditions géogra
phiques.

cap. IV - Structures politiques et économiques et géographie

cap. V - Les Empires.

2^a partie - Les techniques et la Géographie de l'énergie.

cap. I - Les moteurs animés.

cap. II - Les problèmes géographiques actuels du travail humain.

cap. III - La géographie des sources naturelles d'énergie.

cap. IV - Les premières formes de l'utilisation des énergies naturelles.

cap. V - Progrès techniques et géographie de l'énergie.

3^a partie - La conquête de l'espace.

cap. I - Principes généraux.

cap. II - La circulation continentale de surface.

cap. III - La circulation océanique.

cap. IV - La circulation aérienne. Le transport de la pensée.

cap. V - La circulation. Le réseau universel. Les régions de circulation.

cap. VI - Les effets géographiques de la circulation.

Tomo II - 2^a partie - Les fondements techniques.

4^a partie - Les techniques de production et de transformation des matières premières.

cap. I - L'exploitation du règne animal.

cap. II - La formation des techniques d'exploitation du sol.

cap. III - La formation des techniques d'utilisation du sol. Les techniques d l'eau.

cap. IV - Les techniques de la fertilité des sols.

cap. V - Les systèmes de culture et d'élevage et leurs produits.

cap. VI - Les matières premières d'origine minérale. Leurs transformations initiales.

cap. VII - Les créations de l'homme dans le domaine des ma

tières premières.

- cap. VIII- Transformation des matières premières et besoins essentiels: alimentation, abri.
- cap. IX - La satisfaction des besoins essentiels. Technique et géographie des textiles.
- cap. X - La transformation des matières premières. Les industries de L'outillage.

Tomo III - L'habitat.

- cap. I - La notion de genre de vie et son évolution.
- cap. II - L'habitat rural: les problèmes, les faits.
- cap. III - L'habitat rural: théorie de l'habitat.
- cap. IV - L'habitation rurale, l'écologie rurale.
- cap. V - De l'habitat rural à l'habitat urbain.
- cap. VI - Conditions historiques et géographiques du développment urbain.
- cap. VII - Les fonctions urbaines.
- cap. VIII- Le paysage et la vie des villes.
- cap. IX - Les métropoles.
- cap. X - La structure des grandes villes.
- cap. XI - La population des grandes villes. Leurs fonctions internes.
- cap. XII - Les grandes villes, milieu humain.
- cap. XIII- Villes et campagnes.
- Conclusion générale.

Os três textos que serviram de subsídio para a análise são amplos, especialmente a contribuição de Sorre. Entretanto, nosso propósito não é o de efetuar uma detalhada análise dos seus diversificados conteúdos. Isto seria uma outra investigação. Nosso interesse termina com a investigação sobre conceituação de geografia e a avaliação da significancia que o estudo de população teve para cada um deles. Além disto, quando da análise dos textos sobre geografia da popu

lação, avaliar-se como estes autores exerceram alguma influência de maneira explícita, ou não, nos que os sucederam.

Inicialmente deveremos considerar que o trabalho de cada um foi fruto da época em que viveram e de com quem conviveram. O mundo das idéias que precede a atuação de Vidal de La Blache na França, é o da rescensão da ciência. Foi por isto que Hartshorne (1969), destacou que, após a morte de Humboldt e Ritter, coincidentemente em 1859, a geografia passa à uma situação de grande vazío. Quase nada da geografia feita na França, nesta época, merece destaque. Talvez convenha indicar apenas a contribuição de Malte Brun que, entre 1810 e 1820, produziu uma *Géographie Universelle* que, ao lado de tantas outras geografias universais, teve uma divulgação um pouco mais acentuada. Na opinião da maioria dos historiadores da ciência geográfica, estas geografias universais, surgem como compilações enciclopédicas do mundo, não contribuindo como uma reflexão organizada sobre a utilização do espaço pelo homem, a não ser sob a forma de extensas descrições sobre espaços administrativos.

Analisaremos de maneira sequencial, os trabalhos de Brunhes, Vidal e Sorre. Embora Vidal de La Blache antecesse, com suas atividades geográficas, a Jean Brunhes, só depois de publicado o trabalho deste, em 1910, é que ele, em 1922, tornou público seu trabalho ainda incompleto "*Principes de Géographie Humaine*". Isto, ainda feito, após sua morte e pela coordenação de De Martonne. Assim Brunhes, discípulo de La Blache, apresenta suas idéias geográficas, evidentemente influenciadas pelas do mestre, antes da publicação de qualquer outra obra com o título de geografia humana.

A contribuição de Sorre, situa-se em um contexto diferente, tanto na sua época como na evolução da geografia humana. Vidal e Brunhes foram os primeiros a apresentar obras sob um título de "geografia humana". Precedendo-os, tivemos a contribuição de Ratzel (1882-1891), mas denominada Antropogeografia.

Assim, Brunhes teve o mérito de substituir, na geo

grafia, a palavra Antropogeografia, utilizada anteriormente por Ratzel, por Geografia Humana. Esta mudança foi tão significativa que Vidal, ao apresentar o trabalho, Geografia Humana, na Academia de Ciências Humanas e Políticas da França assim se expressou:

"Tenho a honra de apresentar à Academia, a Geografia Humana de Jean Brunhes. O nome de Geografia Humana, que sem dúvida será preferido ao de Antropogeografia lançado por Frédéric Ratzel, exprime bem uma das questões que há longo tempo preocupava o espírito humano: o das relações recíprocas entre o homem e a terra. É certo que, depois de Hipócrates, Teófrasto, Políbio, Estrabão e, mesmo depois de Montesquieu e Karl Ritter, a questão mudou notavelmente de aspecto : um novo nome convém a um novo fato" (Brunhes, 1962: 21).

A importância dada aos estudos de população na sua geografia denominada Geografia Humana, pode ser deduzida da precedência que ele estabeleceu para os estudos das atividades humanas, sobre os estudos dos homens:

"A Geografia Humana inicial e fundamental ou, geografia humana propriamente dita, deve ser, de início, a geografia das obras humanas materiais; dessa maneira, ela prepara a geografia das massas e das raças" (Brunhes, 1962: 77).

Embora as aparências não comprovem que ele tenha se esquecido do homem nos seus estudos, constata-se entretanto que procurou classificar os espaços não em função dos dados populacionais mas pelas diferentes formas segundo as quais o homem o ocupava. Tem-se a nítida impressão de que a

famosa frase de Vidal (1922) "A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens, foi seguida rigorosamente por ele, avaliando as formas de ocupação humana segundo a estabilidade das formas e segundo uma ordem de complexidade crescente. Partiu das simples necessidades vitais básicas (necessidades fisiológicas, como comer, dormir e vestir-se) até as mais complexas, como as do âmbito da geografia política, em seu sentido mais geral, e da geografia da história.

Poderemos dizer que, Brunhes, mesmo como discípulo de Vidal, deixa transparecer o ambientalismo presente em seu trabalho. Nos escassos registros que fez, caracterizando o que poderíamos classificar como uma forma primitiva de geografia da população, buscando a explicação da distribuição da população mundial, Brunhes afirmou:

"Nem por isso é menos verdade que um mapa geral de precipitações é a representação de um fato terrestre cuja distribuição real dirige, no mais alto grau, a geografia do homem", e continua dando seu conceito de fator geográfico, "A repartição dos seres humanos é outro fato geográfico capital. Fazer depender a dispersão atual dos homens, apenas da geografia seria um erro" (pp. 75).

O que pretendia Brunhes propor, ao afirmar que a distribuição dos homens não poderia ser explicada apenas pela geografia? Apesar da dimensão humana dada no tratamento de sua geografia, os fatores físicos é que tinham importância?

Brunhes, por esta e outras manifestações em sua obra, considerava o fator geográfico como um produto da natureza física. Geográfico era sinônimo de não humano? Simons (1966) desperta nossa atenção para este aspecto de adjetivar o termo fator com a palavra geográfico, lembrando que ele foi e continua a ser utilizado como sinônimo de aspecto físico:

"such terms imply a crudely determinis
tic explanation of a location's given
atribute, since "geographical" frequen
tly appears to be synonymous with "phisi
cal" (pp. 170)

Reafirmando a importância que dava às condições am
bientais, Brunhes, prosseguia em sua análise:

"Sem dúvida, há relações entre o mapa
geral das chuvas e o mapa geral dos ho
mens. De modo que se quisermos não somen
te aproximá-los, mas também permitir sua
comparação pela superposição de uma a ou
tra; mais do que isso: o estudo que fare
mos das zonas vegetais, em relação com
as zonas climáticas, como prefácio ao e
xame de algumas culturas, definirá ainda
mais essas conexões. Entretanto, esses
dois conjuntos de fatos, chuvas e povoa-
mento aqui serão considerados como propi
ciadores dos fatos fundamentais básicos
quase brutais do jogo infinitamente vari
ado de causas e efeitos que leva a reves
tir a superfície do nosso globo de uma
multidão de traços e de sinais humanos"
(pp. 77-78)

Estas idéias de Brunhes, embora não devam ser acei
tas em seu todo, devem entretanto ser consideradas com bas
tante equilíbrio e cuidado. Zelinsky (1969:51), ao conside -
rar a questão do meio ambiente na distribuição da população,
ênfatiza que o geógrafo que estuda uma população deve reco
nhecer a existência de um meio ambiente efetivo. Assim, o
meio físico atua direta ou indiretamente sobre uma população
e é por ela modificado. O problema real está em saber a ex
tensão de como isso se dá, pois não se pode separar o "animal

homem" do "homem cultural". Temos assim uma diferença de grau em que o fenômeno é considerado e, por isto, as explicações deverão ser acentuadamente diversas.

A contribuição de Brunhes à geografia da população pode ser considerada insignificante. Apesar de ter introduzido uma certa ordem e classificação dos fatos de geografia humana, e dentre eles, o da população distribuída na face da terra, não foi além disto. Se, ele se propunha a estudar o homem em geografia, acabou estudando apenas a geografia da ação humana.

Vidal de La Blache, também de certa maneira foi influenciado por Ratzel, através de quem conheceu as obras de Ecologia cujas idéias estão referidas em seus trabalhos. Soube, entretanto, de maneira adequada, contestar muitas das idéias propostas por ele, especialmente as referentes ao ambientalismo. Este posicionamento de Vidal deve muito à sua formação em História, que o auxiliou na obtenção de um elevado grau de espírito crítico em relação à humanidade.

Seus posicionamentos no campo dos estudos de população são mais nítidos do que os de Brunhes. A avaliação de toda a sua contribuição, para o estudo da população em geografia, leva-nos a uma série de artigos (i) que evidenciam bem o posicionamento de Vidal quanto aos estudos de população.

Sem ter escrito realmente, no sentido mais amplo do termo, uma Geografia Humana geral, procurou entretanto ,

---

(i) 1- Le principe de la géographie générale - in Annales de Géographie, vol. V, 1896, pp. 129-149.

2- Les caractères distinctifs de la géographie - in Annales de Géographie, vol. XXII, 1913, pp. 289-299.

3- Les genres de vie dans la géographie humaine - in Annales de géographie, vol. XX, pp. 193-212 e 289-304.

4- La repartition des hommes sur le globe - in Annales de géographie, vol. XXVI, pp. 81-93 e 241-254.

reunir o que era necessário para fazer um bom estudo do homem, dentro de sua geografia. A maior prova desta sua disposição está no seu trabalho principal, os "PRINCÍPIOS". Nesta obra, embora não a tenha concluído, consagrou sua maior parte aos estudos de população. Mais de cinquenta por cento de la destinou aos temas referentes à distribuição dos homens no globo.

Logo ao início dos seus "PRINCÍPIOS" temos um destaque a fazer sobre o significado do homem, nos estudos de geografia humana:

"Do velho tronco da geografia brotaram recentemente alguns ramos; um destes foi a geografia humana. Quanto a este, senão passara de mais um capítulo, nada seria menos novo, pois o elemento humano é essencial em toda a geografia. A geografia humana não se opõe portanto, à uma geografia que não se preocupa com o elemento humano; aliás, tal idéia só poderá ter germinado no espírito de alguns especialistas intolerantes" (pp. 27).

Assim, o fator população, para a época da análise Vidaliana, foi adequadamente explorada. Em sua análise ele demonstrou: 1- estar informado de maneira mais correta sobre a distribuição da espécie humana na terra; 2- em que proporção numérica o homem ocupava as suas diversas partes; 3- conhecer a existência da mobilidade que presidia as relações de todos os seres vivos, considerando em seu dinamismo a população como um fenômeno em marcha; 4- que o conceito de densidade de população representava relações entre o homem e as condições físicas; 5- que havia diferenciações quanto à distribuição populacional em diferentes áreas de um país, constatando que os homens se distribuíam não como "nódoas de azeite" mas primitivamente a maneira de "corais" (p. 38).

Estas suas preocupações básicas mostravam já implí

citadas várias questões que atualmente presidem os estudos da geografia da população como: as distribuições populacionais, técnicas de mensuração do fenômeno população, modalidades de dinâmica. Vidal não escreveu uma geografia da população e nem mesmo utilizou-se da expressão; entretanto, a profundidade de suas reflexões tornaram sua obra a primeira em contribuição para o verdadeiro estudo de população em geografia.

Referimo-nos às influências do ambientalismo em Vidal e sua obra. Isto transparece quando, apesar de no estudo das distribuições de população considerar que áreas semelhantes (fisicamente) não apresentam a mesma densidade, chega a questionar o significado dos grandes valores populacionais nas áreas mais favoráveis da Ásia das Monções, e os vazios existentes nas áreas mais agressivas dos desertos (1922:54 - 55).

Ele chega a propor uma forma de abordar população em geografia:

"Seja qual for a importância do grupo de que faz parte, o homem não age nem vale geograficamente senão por grupos. É por grupos que ele actua na superfície terrestre" (pp. 69).

A dinâmica migratória sob o título - "movimentos dos povos e migrações", deu à ele a oportunidade de análise dos conceitos de densidade. Introduziu o termo recalcamento (p. 78), resultante da expulsão de povos e de densidade por concentração (p. 80), em áreas onde as facilidades encontradas eram focos de atração. A partir dessas premissas ele propõe dois aspectos que, muitas vezes, têm sido ignorados pelos atuais estudos de população: a noção de superpovoamento e a das consequências das diferentes modalidades dele.

Em seus processos explanatórios, Vidal se aproxima de Brunhes quanto a forma mais ou menos equívoca de utilizar a expressão causas geográficas. Assim, referindo-se a diminuição de população na Irlanda entre 1846 e 1861 explicou:

"Desta mistura e deste entrecruzamento perpétuo dos factos sociais e dos factos geográficos resultam bem mais complexidades e vicissitudes do que em regra se imagina..... é sobretudo, a propósito da população que pode dizer-se que as causas geográficas não agem sobre o homem se não por intermédio dos factos sociais" (p. 150).

Qual o entendimento que Vidal possuía para "factos geográficos" e "causas geográficas" como explicadoras do tamanho e da dinâmica de distribuição da população?

A segunda parte de seu estudo de população ele a consagra às aglomerações demográficas, compondo um estudo regional de população, seguindo os princípios desenvolvidos no seu trabalho elaborado conjuntamente com Comena D'Almeida (1877), "La France", onde define o que entendia por região.

Apesar da dimensão que deu ao estudo do homem em sua principal obra, Vidal deixou-a inacabada. Ele não chegou a colocar a geografia como uma ciência social, apesar das contribuições efetuadas com os estudos de gêneros de vida. Ele permaneceu muito mais ligado a análise das ações humanas do que aos próprios homens. Febvre, citado por Claval (1974) traz ao nosso conhecimento uma afirmativa de Vidal confirmando este posicionamento:

"É pelos estabelecimentos que cria na superfície do solo, pela ação que exerce no curso dos rios, nas formas de relevo, na flora e na fauna e todo o equilíbrio do mundo vivente, pelo que o homem pertence a geografia" (p. 72).

Para os nossos propósitos, Vidal além de ter apresentado uma análise histórica das conexões entre sociedades humanas e os meios geográficos, pode ser considerado o que

primeiro elaborou amplos estudos em geografia da população, sem contudo utilizar estes termos, aliás, como ocorreu com um outro, o possibilismo.

O último dos grandes tratados a ser aqui analisado, efetivamente o mais amplo, consiste na contribuição de Sorre propondo os fundamentos de uma geografia humana.

Constituída de quatro volumes, inicia com uma definição e descrição do mundo habitado, embora o tenha feito de maneira menos extensiva. Introduziu o estudo da Socioecologia, onde propõe os princípios de uma classificação sistêmica dos fatos geográficos. Dedicou o primeiro volume ao estudo dos fundamentos biológicos da geografia humana, o segundo aos fundamentos técnicos e o terceiro ao estudo do habitat, tanto urbano quanto rural, precedido pelo estudo dos gêneros de vida.

No conjunto de sua contribuição, percebe-se como aspecto fundamental, a obtenção de uma geografia do homem animal, de suas atividades e formas de vida, a partir de uma geografia natural. O estudo mais amplo, dentro de todo o conjunto, está no aspecto, homem ativo, procurando modificar as condições do meio físico.

Claval (1974) afirma que Sorre, diferentemente de Vidal, não pretendeu escrever uma geografia geral profunda no sentido do termo e que por isto deu ao seu livro o título "FUNDAMENTOS". Na obra, o próprio autor manifesta que ela não era nem um Tratado e nem um Manual, mas sim um discurso das relações do homem e de seu envoltório, considerado sob o ângulo da geografia. Para ele, o principal papel da geografia humana consistia no estudo do homem, considerado como um organismo vivo, submetido às condições determinadas de existência e reagindo às excitações recebidas do meio natural (p. 6 Tomo I).

A maneira como Sorre se manifesta na abertura da coleção, dá bem a medida exata da geografia humana proposta por ele, a qual desenvolveu ao longo dos seus quatro volumes:

"Je veux inscrire aux premières lignes de ce livre les noms de Paul Vidal de La Blache et de Charles Flahault. Les entretiens et les conseils de ces maitres ont orienté mon esprit vers les problèmes de la géographie humaine en liaison avec la biologie. Depuis qu'ils ont disparu, les sciences biologiques ont fait d'importantes acquisitions" (p. 5, tomo I).

Os estudos de população em Sorre, ao contrário da contribuição de Vidal, estão dispersos nas várias partes de que se compõem a obra. Não há um estudo ordenado sobre população, embora a obra seja uma das mais abrangentes quanto aos temas tratados em geografia humana.

As primeiras contribuições sobre o tema estão no primeiro capítulo da primeira parte do tomo II, onde Sorre, estudando os fundamentos da atividade social e sua importância geográfica, avalia a questão de massa e de densidade dos grupos humanos. Mas, ainda assim, o crescimento da população é visto como fator importante, não em si mesmo, mas para o estudo das origens das técnicas da vida social.

Quanto ao aspecto densidades demográficas, ele faz uma análise crítica, apresentando os conceitos de densidades simples e comparando-os com a densidade fisiológica, mostrando assim as diferenças de significado e os resultados na interpretação.

O outro tema populacional que mereceu sua atenção foi o das migrações, especialmente as referentes aos trabalhadores. Este aspecto foi incluído no capítulo - "Problemas geográficos atuais do trabalho humano". Embora o tema tenha sido tratado de maneira insignificante, provoca alguma reflexão sobre as grandes migrações dos trabalhadores e os aspectos de ocorrência de mão de obra.

A distribuição espacial da população é vista no contexto mais geral de distribuição do Ecúmeno. As dife -

rentes áreas populacionais são vistas sob a perspectiva de descontinuidade apresentando, o autor, uma carta de repartição dos homens na superfície da terra (pp. 88-89, Tomo I). No plano explanatório, o estudo distributivo da população está acentuadamente ligado aos aspectos somáticos como cor da pele, estatura, forma da cabeça, etc.. Associado também ao estudo temos a questão do aclimatação das populações, com uma ampla análise dos tipos étnicos e as influências do meio sobre as raças.

O estudo das cidades, brevemente abordados por Brunhes (1910) e Vidal (1922), é aqui amplamente desenvolvido. A cidade é vista como uma das modalidades de habitat. Em caráter de detalhe, são apresentados os conceitos de cidade (p. 175, tomo III), análise de áreas metropolitanas (p. 291, tomo III) e a urbanização do mundo (pp. 191 e 290, tomo III). Não há análises sobre populações urbanas em perspectiva de micro-escala.

Embora de maneira menos didática do que Vidal, Sorre avançou nos estudos dos tópicos de uma geografia da população. A ele devemos a primeira grande síntese sobre os problemas e as originalidades da geografia humana, após o desaparecimento de Vidal, mesmo em se considerando outras contribuições como as de Demangeon (1942), e Le Lannou (1944).

Os estudos de população, vistos neste três tratados, constituem-se, embora de forma diferenciada, os primórdios de uma geografia da população com as limitações já indicadas. A partir delas é que poderemos avaliar o grau de desenvolvimento a que se chegou neste campo de estudo da geografia atual.

Brunhes enfatizou as evidências visíveis da ocupação e do uso do espaço físico. Ele não estabeleceu uma classificação para os fatores que estudou. Enfatizou mais o relacionamento entre populações e as condições físicas. Preocupou-se menos com os espaços de população e de povoamento do que com as formas e tipos de habitações. Apesar de ter destacado a importância do estudo da população para a geografia,

desenvolveu o tema de forma não satisfatória.

Vidal reconheceu, de maneira mais precisa, a importância dos estudos de população dentro da geografia. Dedicou uma parte, a maior, de seus "PRINCÍPIOS", ao seu estudo, realçando a questão da distribuição da população, quer de maneira geral, quer de maneira regional. Deu ao tema um tratamento diferente e superior ao dado por Brunhes, embora, não tenha reconhecido a geografia da população como um campo distinto, em caráter e método, nos estudos de sua geografia humana. Contribui, entretanto, para que mais tarde Trewartha (1953) refletisse sobre estes problemas.

Desenvolvendo de maneira demasiadamente ampla sua geografia humana, Sorre procurou estabelecer relações do homem com o seu meio ambiente e, em sendo extensivo, não dedicou maior atenção e profundidade à análise dos temas classificados dentro de uma geografia da população. Seu esforço maior esteve em caracterizar a geografia como a "ciência das paisagens" e como estas paisagens humanas se ordenaram segundo as várias diretrizes da história. Nota-se também com ele, maior preocupação com o produto da ação humana do que com o agente produtor: a população. Isto ficou bastante evidente, mesmo em uma de suas últimas obras, "L'homme sur la terre" (1961), quando retoma suas idéias de ecúmeno e de meio ambiente.

Obtida uma idéia ampla sobre a geografia humana e suas relações com o tema população, já se torna possível avaliar as contribuições denominadas geografia da população. Analisaremos, agora, o período de instituição da geografia da população.

Os estudos clássicos e seus problemas

O grau de significância de um estudo não pode ser

medido se considerarmos o mesmo isoladamente. Acabamos de efetuar uma avaliação, de forma suscinta, sobre as contribuições de Vidal, Sorre e Brunhes para a geografia da população. A ação de evidenciar estas contribuições teve significado dentro de um contexto que procurou mostrar as épocas em que cada um viveu, as relações com outros campos científicos e com outros geógrafos com os quais conviveram. Enfim, a necessidade da análise num conjunto e não isoladamente. Isto reflete a maneira da geografia encarar seus estudos: ela não é a ciência das singularidades mas das pluralidades. O grau de relevância de uma contribuição tem um caráter conjuntural na ciência. É relativo ao tempo e muda de significado de um espaço para o outro.

A partir dos grandes tratados, tivemos aquilo que Meynier (1969) chama de "De temps des craquements:1939-1969" na geografia desenvolvida na França. Temas os mais diversos surgem como geografia econômica, geografia social, geografia rural, urbana e a geografia da população. A partir de Vidal e Sorre quais as direções tomadas pelos estudos de população em geografia? Como se apresentam hoje?

Chisholm (1979) enfatizou a necessidade de se estabelecer um elo entre o passado e o futuro. Para ele, os focos de atenção da geografia estão em mudança e, de seus estudos, esperamos obter não respostas definitivas mas, pelo menos, orientação para a busca das respostas procuradas e necessárias. Insatisfeitos em explicar o que é, os geógrafos buscam contribuir diretamente com o que poderá ser. Quem sabe indaga ele: "a grande mudança neste assunto chamado geo-grafia, seja a consciência do futuro a ser moldado contra um passado a ser explicado" (p. 150).

Ao iniciarmos a análise dos geógrafos da população, desejamos saber o papel de cada um no conjunto da ciência e o valor das suas contribuições para os estudos populacionais. Vai se tentar ver hoje o que se fez ontem. A tarefa continua árdua porque analisar, com os "olhos de hoje", aquilo que é produto de "ações e decisões de ontem", pode ser perigoso para a própria interpretação embora seja indispensável para a

busca de uma coerência na ciência.

Todo o exercício aqui proposto de interpretação do que foi feito, não pode constituir-se apenas na ação de refazer uma trajetória, uma história da geografia, no caso a da população em geografia. É, na verdade, uma busca minuciosa de alguma unidade num conjunto essencialmente múltiplo. É o esforço para evidenciar alguma coerência onde, para muitos, pode parecer acentuada incoerência. É a contraposição do valor ou do desvalor do que foi feito, face a maturidade e avanço, contra a imaturidade e retrocesso.

Wooldridge e East (1967) realçaram bem este tipo de preocupação com a partilha da geografia, ou do conhecimento geográfico, mostrando a trajetória de cada parte dentro do todo:

"É especialmente importante observar que, em certo sentido, a geografia iniciou-se de um modo falso e prematuro. Humboldt e Ritter eram avançados em face de sua época e não dispunham de dados para a realização de seus grandes projetos. Os sucessores deles é que teriam de enfrentar, necessariamente, as dificuldades criadas pelos rápidos e triunfantes progressos das Ciências Especializadas. Para nos valernos de uma metáfora, no sentido de esclarecer o assunto, ela própria de caráter geográfico, podemos afirmar que a vanguarda intelectual da humanidade, enfrentando pela primeira vez as encostas de uma eminência Pisgah, divisou um panorama sinótico das ciências naturais e percebeu sua unidade ou inteireza. Mas, ao descer por essas fraldas a fim de penetrar na terra prometida, dividiu-se em grupos distintos, cada qual a prosseguir

ao longo de vales tortuosos e divergentes, e a avistar, com clareza e definição, apenas um aspecto da paisagem inteira" (p. 21).

Não é nosso objetivo, nesta análise, cometer o equívoco de ver apenas um aspecto, como pode aparentar o título, de um estudo sobre população urbana. Ao contrário, é um esforço pela busca de uma unidade, mesmo que não analisando a totalidade a qual se apresenta multifacetada pelos diferentes atributos que caracterizam as populações.

Do ponto de vista histórico, o marco do aparecimento dos termos "geografia da população", no âmbito da ciência geográfica, deve ser buscado em Pierre George. Em 1951 publicou um texto onde efetua um inventário evolutivo, apenas do ponto de vista econômico das populações, e aborda também, de maneira muito simplificada, a questão da regionalização das mesmas, em escala mundial. Se outro não fosse o mérito da obra, não poderíamos deixar de registrar que, pela primeira vez, de maneira ordenada, surgia um título para um texto rotulado de geografia da população.

A geografia da população, que até então tinha se constituído num campo indefinido dentro da ciência, e confundido com estudos meramente demográficos, inicia por se afirmar. Entretanto, verificando a bibliografia metodológica apresentada por George (1951: 281), constata-se que ele ainda necessitou utilizar, em caráter predominante, senão exclusivo, contribuições dos demógrafos e com grande realce Alfred Sauvy. Anteriormente a esta contribuição de Pierre George só poderemos citar uma referência: o pequeno texto de Chevalier intitulado "Demographie et Géographie" que estabelece relações entre a ciência geográfica e a demográfica. Isto seria feito mais tarde, com maior propriedade, por Ackerman (1959).

A década de 50 marca o início do crescimento e da significância dos estudos de população em geografia. Aumenta

o número dos textos, artigos de revistas, trabalhos de pesquisa e teses de doutorado, especialmente nos Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia. A propósito desta verdadeira eclosão da geografia da população, Clarke (1971) afirmou:

"Over de past few years more and more geographers have turned their attention to the study of population. Their interest as geographers has been primarily directed toward the analysis of areal variations in distribution composition, migrations and growth of population and the way in wich these relate to the nature of places" (p. 1).

Inicia-se no conjunto da geografia, estudos cujo objetivo era o de definir, identificar e analisar problemas de população que tivessem uma significância geográfica. A análise, que faremos das principais contribuições, abrange os estudos efetuados por Zelinsky (1966), Trewartha (1969), Beajeu-Garnier (1967), George (1967) e Clarke (1971). Contudo, os textos utilizados efetivamente na pesquisa são as versões nacionais das mesmas obras, exceto para o caso de Clarke (1971), utilizado em sua versão original.

Nossa análise envolve, apenas nesta fase, os textos básicos. Não podemos entretanto deixar de fazer referência à contribuição de Trewartha (1953), que apresenta um substancial trabalho abordando muitos dos problemas teóricos e metodológicos da investigação em geografia da população - "The case for population geography". Ele confirma o que afirma-mos aqui: Os estudos de população foram marginalizados em geografia e parece que só passaram a ser considerados quando o volume demográfico e a expressão espacial da turbulência dos números não mais permitiram esta marginalização do estudo. Na abertura de seu artigo Trewartha reclamou:

"My thesis for your consideration may be

very simply stated: the geography of population has been, and continues to be neglected"... (p.71).

As contribuições desta época eram elaboradas por demógrafos, ou sociólogos, que introduziram na geografia seus trabalhos, preenchendo desta forma o vazio que a própria geografia deixava. Assim, neste 26 anos desde os marcos deixados por Trewartha (1953) e George (1951) o campo da geografia da população ampliou-se em quantidade e em qualidade. A ampliação foi uma decorrência não só do aumento dos valores populacionais em todo o mundo, mas também das enormes mudanças nas localizações das populações, que provocaram, em contrapartida, mudanças nas características espaciais. Consideramos que a própria falta de estudos no campo, já se constituía numa boa razão para que ele fosse desenvolvido.

A questão inicial a ser considerada é a da conceituação da geografia da população. Sendo um campo de estudo bastante novo, é, de certa forma, compreensível a ausência de muitos conceitos e menos comum ainda trabalhos que cuidem da análise dos mesmos. Segundo Zelinsky (1969), o desenvolvimento relativamente tardio da geografia da população pode ser explicado pela carência de estatísticas, mapas e outros dados necessários para a consecução de tal estudo, e pela posição ambígua da demografia como ciência afim. A isto acrescenta-se que a geografia, enquanto procurou ordenar os seus estudos em geografias regionais, política, comercial, etc., nada fez no sentido do estudo das populações.

Os problemas da não colocação do homem de maneira adequada nos estudos de geografia, já mencionados para os criadores da geografia humana, continuou a persistir. Sobre isto Mikesell (1969) observou:

"O crescimento da geografia da população, viu-se também frustrado pela tendência persistente dos geógrafos humanos em considerar mais a obras do homem, do que o

homem em si mesmo, como objetivo principal de sua preocupação" (p.158).

Também a longa história da "separação" da geografia em física e humana teria sido a responsável pela exclusão do homem da primeira e sua colocação indevida na segunda. Aliás, as geografias humanas se esforçaram em provar que eram humanas através do estudo da ação humana e nunca do agente da ação. Isto foi um grave erro, pois a ordenação do espaço físico só faz sentido se conhecermos a população que vai utilizá-lo, enquanto a ação humana só pode ser entendida adequadamente se formos capazes de caracterizar que tipo de homem foi o seu produtor.

Como cada autor considerado caracterizou a Geografia da População? Que geografia da população produziram, com base em seus conceitos? A partir dos textos analisados é que foram selecionados os conceitos necessários, exceto para Pierre George, que, em sua geografia da população, não apresentou nenhuma reflexão sobre o campo, colocando o leitor em contato diretamente com os fatos. Para ele, excepcionalmente, fomos buscar o conceito em uma outra obra - "Les méthodes de la Géographie".

Eis os conceitos extraídos de cada um:

- 1- "Le vieux rêve des géographes en matière de géographie de la pòpulation est d'exprimer didactiquement et cartographiquement um rapport d'application universelle entre les effectifs humains et le suport physique de la population" (George, 70:80).
- 2- "Mesmo, para uma simples descrição, e, certamente, para estudos mais adiantados, o geógrafo recorre ao estatístico. Os números são a chave instituível de precisão e das comparações que constituem elementos para a classificação; pode se dizer que a população é densa ou dispersa,

que uma cidade é grande ou pequena, mas não podemos ir além sem estatísticas relativas ao presente e ao passado, que mostram a evolução no tempo e no espaço. Tudo que auxilie a explicar a geografia de nossos dias faz parte do campo de estudo do geógrafo. O estudo geográfico da população assume, portanto, três aspectos: a distribuição dos povos pelo globo, a evolução das sociedades humanas e o grau de êxito por eles atingido". (Beajeu-Garnier, 1971: 20).

- 3- "Se houvesse acordo unânime sobre o campo e os métodos da geografia geral, a definição da geografia da população seria problema menor. Mas o grau de acordo chega apenas ao conceito de que a geografia geral está essencialmente ligada à distribuição espacial das coisas na superfície terrestre e leva-nos a denominar de geografia da população, o estudo da variação espacial da população humana. Naturalmente, isto envolve não somente números, mas também, as características populacionais, bem como o seu crescimento e mobilidade". (Trewartha, 1974: 11-12).
- 4- "A geografia da população pode ser definida com precisão como a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos de população que varia no interior dele através do tempo e do espaço, na medida em que seguem suas próprias leis de comportamento, agindo uns sobre os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não demográficos". (Zelinsky, 1969: 17).
- 5- "Geographers must no longer be content to examine the patterns of population distribution of developing countries an their relationship to

the physical environment. We must study also the patterns of population dynamics. As well as their causes and consequences, for the dynamics are radically altering the distributions".

(Clarke 1971: 48).

O que é comum ou diverso entre estes diferentes autores quanto a conceituação de geografia da população? O quadro organizado a seguir, seleciona alguns elementos necessários a esta reflexão.

Autor	Objetivo principal do estudo de população	Elementos considerados na conceituação
George	- avaliação de relações. - expressão cartográfica do fato populacional.	- os efetivos humanos. - o espaço físico que suporta as populações.
Beajeu-Garnier	- auxílio para a explicação da geografia em sentido geral.	- os valores da distribuição. - evolução dos valores. - medidas de ajuste das populações e seu sucesso.
Trewartha	- variação espacial dos números demográficos.	- valores demográficos e a dinâmica do crescimento. - os atributos de população. - valores da mobilidade e da distribuição.

Autor	Objetivo principal do estudo de população	Elementos considerados na conceituação
Zelinsky	- avaliação das características dos lugares através dos fenômenos de população.	- variação espacial temporal dos fenômenos de população. - verificação das leis de comportamento da população. - significância dos fenômenos não demográficos face aos demográficos.
Clarke	- definição dos padrões de distribuição da população e suas relações com o arranjo físico.	- as causas da dinâmica de população. - as consequências da dinâmica de população.

Os elementos conceituais aqui selecionados, possibilitaram alguma reflexão sobre a questão: o que entender por geografia da população? Nenhum deles foi preciso e esta é a característica mais marcante evidenciada por todos. Na verdade muito pouco revelaram sobre a forma como se deve estudar a geografia da população, exceto Zelinsky.

Entretanto, através de alguns destaques, procuraremos estabelecer alguma compreensão sobre os componentes do quadro. Em princípio, alguns autores apresentam apenas o que poderia ser considerado como um ponto de vista do que julgam ser a geografia da população, outros apresentam conceitos per

feitamente delineados.

Beajeu-Garnier, nos oferece um ponto de vista bastante amplo, ou seja, o realce das relações da geografia da população face a ciência geográfica em geral. Não dimensiona, entretanto, a geografia da população para que se possa saber quais as relações e como se faria a contribuição. George , propõe uma geografia da população preocupada com a expressão espacial do fato populacional, não considerando, entretanto, que populações numericamente iguais têm significado diverso e, portanto, o mapa de população nem sempre expressa alguma coisa correta. Os mapas de população têm pesos diferentes. A geografia da população não pode ser reduzida a arte de elaborar mapas demográficos e estabelecer relações com o espaço físico. Clarke, apesar de insistir nas relações com o arranjo físico, indica que a geografia da população volta-se para o estabelecimento de padrões de distribuição e para os padrões da dinâmica de população.

Os dois restantes, Trewartha e Zelinsky, apresentam conceitos estruturados sobre geografia da população. Enquanto Trewartha reconhece que este é um problema não resolvido para a geografia em seu todo e, portanto, também para a geografia da população, Zelinsky é o único a referir-se explicitamente sobre uma definição com uma certa precisão sobre o tema. Ele preocupa-se com o fenômeno população uma vez que é ela que caracteriza os lugares. Vai mais além, enfatizando a importância de leis do desenvolvimento das populações. Não menciona relação da população com o meio físico, mas indica a importância das relações dos fenômenos demográficos e não demográficos.

O conceito que cada autor apresentou, como caracterização do tema geografia da população, transparece nas obras que elaboraram. George (1967) concentra seu estudo em dois temas: o tema da repartição e o do crescimento. No estudo da repartição, enfatiza como razões explicadoras das desigualdades as condições naturais das diferentes áreas (especialmente o relevo e o clima). O estudo das repartições é deta

lhado em termos de distribuições, desde características étnicas até os referentes as atividades de trabalho. Na segunda parte, analisando o crescimento natural, estuda a diversificação espacial das ocorrências vitais: mortalidade e natalidade, bem como a mobilidade espacial - as migrações. Percebe-se que a preocupação com a expressão cartográfica dos fatos de população, levou o autor não só a incluir numeroso elenco de mapas mas, também, a apresentar minuciosa descrição dos fatos que estudou. A exposição do autor pode ser considerada como verdadeiros mapas verbais das diferentes áreas referidas por ele.

Beajeu-Garnier (1956), com uma obra mais ambiciosa, tanto na extensão quanto nos temas e seus detalhes, ao contrário de George, inicia sua contribuição com uma parte que denominou de "Introdução". Nela expõe suas idéias sobre o que entende por geografia da população e os aspectos referentes às fontes de dados demográficos. Nesta parte, guardadas as diferenças em profundidade de análise, ela se assemelha a Zelinsky. Após esta introdução analisa a distribuição da população pelo espaço, as taxas de natalidade e mortalidade e a mobilidade. No estudo das taxas tanto de natalidade quanto de mortalidade, fica evidente sua preocupação com a resposta à questão onde? mais do que por que ali e não em outro lugar? Seu detalhamento na distribuição espacial da população guarda muita semelhança nos detalhes com o texto de George. Sua preocupação, estudando população, foi com os números, aspecto este evidenciado na abertura do trabalho:

"mesmo para uma simples descrição e, certamente, para estudos mais adiantados, o geógrafo recorre ao estatístico. Os números são a chave insubstituível de precisão e das comparações que constituem elementos para a classificação". (p.19).

Para ela, os valores numéricos são a chave para as classificações. Mas, não especifica se as classificações a

que se refere são as dos espaços marcados por determinadas classes de população, ou se apenas deseja agrupar os números, repetindo aqui um trabalho de demografia.

Trewartha (1969), considerando a geografia da população como a compreensão das diferenças regionais de terras cobertas por população, enfatiza a idéia do único, apesar da expressão - padrão mundial constar como um subtítulo de sua obra. Seu estudo sobre população está fundamentado em dois aspectos. Um primeiro sobre a distribuição da população mundial, vista como um produto de processos históricos. Com esta diretriz ele analisa a população desde a antiguidade até o período contemporâneo, fornecendo uma visão histórica não só sobre o crescimento como também sobre as alterações nas distribuições espaciais. Um segundo, analisando a distribuição de diferentes características da população como raça, sexo, estrutura etária, educação, composição econômica. Ele deixa claro, em sua exposição, que a população é o ponto de referência a partir do qual todos os outros elementos geográficos são observados e, a partir do qual, todos eles, quer de maneira isolada, quer coletivamente, obtêm significação e entendimento.

Zelinsky (1969) identificou três grandes questões como ponto de partida para a geografia da população: a simples descrição da localização dos números e de suas características, respondendo assim a questão, onde?; a explicação dos arranjos espaciais destes números, caracterizando a busca da resposta à questão, o que onde?; finalmente a análise geográfica do fenômeno população.

Estruturalmente sua obra divide-se em três grandes conjuntos:

1- a delimitação do que estuda o geógrafo da população. Considere-se que Zelinsky foi, dentre os autores analisados, o que contemplou aspectos teóricos metodológicos sobre população com maior amplitude. Deu ênfase tanto a delimitação do que é geografia da população, como a questão da

manipulação de dados e da pesquisa;

2- a distribuição da população mundial e de suas características. A preocupação dele esteve mais na explanação do que na descrição dos fatos. Diversamente das demais contribuições não encontramos em caráter sequencial temas como: distribuição da população na Europa, Ásia, África, etc.;

3- o estabelecimento de uma tipologia de regiões populacionais no mundo.

Assim, apesar de ainda, em sua obra, encontrarmos muito de preocupação com as diferenciações de áreas, temos, paralelamente à análise dos processos que levam a regularidade ou não, a dos padrões espaciais de população.

Finalmente com Clarke (1965), temos a primeira contribuição sobre geografia da população em língua inglesa, já que as de Zelinsky e de Trewartha surgiram em 1966 e 1967 respectivamente. Após uma breve introdução, onde avalia a questão da geografia da população e sua amplitude de estudo, o tema população é proposto numa visão regional, através de capítulos destinados a estudos da América Latina, África e sul, leste, sudoeste e sudeste da Ásia. Para cada uma dessas áreas as questões do tamanho da população, crescimento, distribuição, diversidade étnica, urbanização, migração, crescimento vegetativo, etc., são analisadas. Isto dá um caráter bastante descritivo ao texto.

Todas as obras, de maneira diferenciada, serviram para estabelecer os primeiros passos básicos para o estudo da população em geografia. Não encontramos contudo, em nenhuma delas, uma verdadeira plataforma geral, na qual a relevância deste tipo de pesquisa para a solução dos problemas de realidades diversas, tenha sido introduzida, demonstrada ou referida. Isto, apesar da população, ser o ponto de referência, em relação ao qual outros elementos são observados e a partir do qual eles derivam, quer isolada quer coletivamente, em sua significância.

Tendências atuais nos estudos da população e a
orientação desta pesquisa.

As questões, onde? ou o que onde? propostas por Zelinsky em 1966, não estão superadas nos estudos da geografia da população. Entretanto, este tema tem apresentado acentuados avanços nas orientações de estudo.

Uma das razões para este avanço pode ser localizada no fato de que muitos dos espaços demandados pelas populações estão se tornando progressivamente escassos como os de lazer, de água de boa qualidade, de ar puro, etc. Estamos em nossa época assistindo a uma incidência de concentração das mudanças nas populações e nos espaços, e não ocorrências distribuídas uniformemente. Acreditamos que aqui estaria a razão do sucesso dos estudos dos ecólogos, economistas e de planejadores nesta segunda metade do século XX.

Os geógrafos, começam não mais ver como seu objeto de investigação a questão da distribuição da população, mas o da distribuição dos problemas espaciais, quer em caráter internacional, quer nacional, relacionados às questões de população. A mobilidade intensa da população nas áreas urbanas, a distribuição de populações marginais como os negros, ou os de baixa renda, o esvaziamento dos grandes espaços rurais, os desequilíbrios na distribuição da força de trabalho, as novas combinações ecológicas repulsivas das populações.

A geografia em sua análise da população não pode deter-se no estudo acadêmico contemplativo mas avançar para o das realidades espaciais. Assim, as obras tradicionais que enfatizaram a questão da distribuição da população, por outra preocupação, que não a de saber onde estavam as pessoas, ou que acrescentavam estudos sobre migrações, passam, de atualidade, a ser substituídas por estas novas diretrizes de pesquisa. Indicamos abaixo estudos que, fundamentados em temas tradicionais,

podem ser abordados de forma diversa da do passado:

- 1- estudo das fontes de dados não mais devem constituir-se numa análise descritiva da quantidade e da qualidade dos censos e de outros informes. Ao contrário, o estudo da documentação oferecida e disponível sobre população, muda de uso , passando a ser objeto de uma análise crítica. A contribuição está nas sugestões sobre formas de coleta de dados, de tal sorte que respondam às necessidades atuais. Problemas de comparações de dados, mesmo que em escalas regionais, tornam-se prementes. A rapidez das mudanças dos valores impõe alterações nos processos de mensuração e de tratamento;
- 2- os estudos sobre a divisão da população em rural e urbana perdem seu significado tradicional, não só em função das diferenças percebidas entre áreas rurais e urbanas entre si, como pelo reconhecimento de que as cidades são compostas de várias populações e não de uma população urbana. A análise de cidades, segundo os tamanhos populacionais e modelo demográfico de que são doadas, é uma nova orientação para o estudo. Contrapõem-se, assim, não a população rural e a urbana, mas a das pequenas cidades, das médias , das áreas metropolitanas e megalopolitanas;
- 3- as migrações internacionais perdem substancialmente suas significância como modalidade de dinâmica. Entretanto, os fluxos intensos a curta distância crescem de importância para a análise das populações. Os movimentos intra-urbanos e o fenômeno de exurbanização em escalas crescentes oferecem um novo campo de estudo;

- 4- os tradicionais estudos em nível macro-escalar de distribuição de características étnicas ou culturais como língua ou religião, cedem lugar aos problemas populacionais decorrentes da formação dos "ghetos" étnicos, linguísticos ou religiosos e os conflitos que estão gerando especialmente;
- 5- simples técnicas de mensuração dos valores absolutos ou relativos de populações são aperfeiçoados, e os valores obtidos passam a ser componentes de formulação de hipóteses gerais, construção de teorias (sobre distribuição espacial ou migrações, por exemplo), ou elaboração de novas técnicas de representação;
- 6- os espaços políticos que eram vistos apenas como áreas de referência para os valores demográficos são analisados sob a perspectiva do seu tamanho e dos aspectos de estrutura e de dinâmica de suas populações. Estabelecem-se relações entre a capacidade administrativa e de desenvolvimento e características populacionais;
- 7- a macro análise de populações, os tradicionais estudos de distribuição de população mundial, cedem lugar aos de nível micro, bem como aos modelos de comportamento espacial do homem;
- 8- a descrição e os estudos retrospectivos sobre as populações passam a ser propostos em termos de análises, projetivas espaciais.

Como se pode perceber, são mudanças significativas pois, apesar de em muitos casos o tema permanecer o mesmo (distribuição, migração, etc.) há mudança nas abordagens, uma vez que o fenômeno também mudou. Os resultados obtidos

nestas novas modalidades de análise são mais eficientes e com maior capacidade de auxiliar a explicação das realidades atuais.

As diversas contribuições analisadas na etapa anterior compreendem as obras clássicas em geografia da população surgidas até 1970. De maneira resumida, suas características podem ser identificadas em três ordens de fatos: a) todas estavam ainda preocupadas em encontrar um conceito para geografia da população; b) insistem em que as deficiências encontradas na geografia da população estão relacionadas com a ineficiência dos dados disponíveis; c) carecem de uma teoria espacial de população. Além disto, a maioria, de uma forma mais acentuada ou não, ainda considera geografia da população um estudo de diferenciação de áreas.

A partir da década de 70, multiplicam-se as pesquisas solicitadas aos geógrafos no campo da população e então passam a concorrer para o aumento do estudo, não mais apenas os trabalhos acadêmicos. São cada vez mais correntes os textos de periódicos cuidando de temas que acabamos de mencionar e novos livros surgem.

Dentre os livros produzidos nesta década, destacaremos três, fazendo entretanto referências mais detalhadas a dois deles apenas.

Em 1970 surgiu, sob a orientação de Demko e Rose, uma bem cuidada contribuição que consistiu na reedição de 35 artigos esparsos, de natureza teórica, metodológica e estudos de campo na área da geografia da população. Trata-se de uma reunião de contribuições interdisciplinares de geógrafos, sociólogos, demógrafos e economistas. Embora a maioria dos textos seja, no original, da década anterior ou mesmo do final da de 50, preenchem uma lacuna para todos aqueles que, se propondo a realizar estudos neste campo da geografia, não tinham disponibilidade de obter o elenco de textos divulgados. É uma contribuição original, reunindo em um só volume alguns dos mais sérios e contributivos estudos em população para uso de geógrafos.

A segunda contribuição consiste no livro dirigido por Zelinsky e Prothero (1970) denominado "Geography and a crowding world: a symposium on population pressures upon physical and social resources in the developing lands". O texto não é uma abordagem ampla dos vários aspectos que são estudados em geografia da população, mas sim um estudo vertical de um dos aspectos mais importantes da atualidade, o do crescimento de população e pressões exercidas sobre o espaço. Nele estão incluídas contribuições teóricas sobre estudos migratórios e uma ampla análise sobre pressões regionais de população na América Latina, Ásia, e África vistas de maneira interdisciplinar por ecólogos, historiadores, psicólogos, geógrafos, tecnólogos e outros. Para os geógrafos, a obra serve também para demonstrar que a geografia não comanda isoladamente nenhum conjunto especial de fenômenos, nem sobre um título específico ou técnicas definidas.

A terceira contribuição resultou da coordenação do prof. Kosiński e Prothero publica em 1975, "People on the move: studies on internal migration". Os trabalhos foram apresentados em um Simpósio sobre migrações internas, organizado pela Comissão de População da UGI em 1972. As migrações são reconhecidas aqui como uma das mais importantes áreas de pesquisa contemporânea em geografia da população. Isto em consequência de suas expressões espaciais e dos processos que as geram e pelo volume de população relocada que as envolvem.

O conjunto das 23 diferentes contribuições abordam quatro campos específicos: dos aportes teóricos sobre as migrações, dos dados, dos estudos experimentais comparativos e das migrações de grupos específicos. É interessante destacarmos aqui, a título de exemplos, estudos migratórios classificados no último grupo, para mostrar os novos rumos da pesquisa, aos quais nos referimos: migrações em áreas rurais em consequência de casamento, modelos espaço-temporais de mobilidade populacional de grupos multi-étnicos, migração por aposentadoria na França, migrações dos maori na Nova Zelândia, etc..

A obra, em seu conjunto, mostra a importância dos estudos empíricos, a necessidade de uma melhoria dos dados necessários à investigação, bem como a importância de serem ampliadas as teorias para, em conjunto, melhorar a compreensão da dimensão espacial e temporal dos movimentos de população e seus aspectos econômicos.

Ainda desta década, e em caráter mais recente, temos as contribuições de Jagielski de Varsóvia, "Population Geography" (1977) e a de John R. Weeks, "Population: an introduction to concepts and issues" (1978). Entretanto os dois textos ainda não estavam à nossa disposição quando da redação da tese, sendo assim impossível qualquer observação sobre a amplitude dos mesmos.

Após esta variada análise de contribuições, uma questão se coloca: Qual a orientação de nossa pesquisa sobre Marília? Alguns detalhes prévios já serviram de referências na introdução, e serão adequadamente tratados nos capítulos 3º e 4º.

Régistramos aqui apenas nossa reflexão bem ampla sobre a forma de conduzir o estudo. As tarefas do geógrafo da população transcendem muito os trabalhos simplificados de avaliação de meras distribuições de valores estatísticos, ou das mudanças "descontínuas", representadas por grossieiros totais de registros censitários. Num momento em que a geografia começa a ser aceita como uma ciência social todos os temas da geografia da população tornam-se relevantes. Afinal, são as populações que a tornam uma ciência social. Levemos reconhecer que já estamos atrasados, para uma ciência de mais de um século de tradição humana, em estudar o homem adequadamente em geografia. A população não é apenas uma das variáveis significantes para o estudo geográfico, ela é a variável de enquadramento dela como ciência social.

O conselho tão antigo de Estrabão de que o geógrafo deveria voltar-se ele próprio para aquilo que é importante na prática, continua válido. Nada tão válido na atualidade, para tornar prática a geografia, do que estudar a população que elabora o espaço que estuda.

Capítulo II - A Geografia da População Urbana

"Es indudable que las poblaciones se distribuyen de certo modo en el espacio, desplazandose en este de muchas maneras; en consecuencia, el sociologo y el planificador deben prestar particular atención a las observaciones del geografo". (Ledrut, 1968 - p. 24).

As cidades não representam um mosaico de ocorrências espaciais dispersas, mas são um campo organizado de forças diversas, muitas em desequilíbrio, que produzem as relações sócio-espaciais. Aproximadamente uma terça parte da população mundial vive em cidades com pelo menos 20.000 habitantes ou mais. Nos países desenvolvidos, bem como nos subdesenvolvidos, a proporção de população que vive nas cidades é alta e está aumentando a índices mais elevados que os de crescimento de cada um deles. A tabela abaixo fornece a dimensão da ocorrência, bem como a intensidade das mudanças (i):

<u>Áreas do mundo</u>	<u>1975</u>	<u>1988(ii)</u>
Total mundial	39	45
África	24	30
Am. do Norte	76	81
Am. Latina	60	67
Ásia Oriental	31	35
Restante da Ásia	23	27
Europa	67	72
Oceania	72	75
U.R.S.S.	60	68

Tabela 1 - População urbana e sua distribuição mundial, em %

(i) - dados obtidos de: Selected World Demographic Indicators by Countries:1950-2000-ESA/P.WP, 55pp. Division de Poblacion de Las Naciones Unidas, 1974.

(ii) - estimativa.

Uma observação, mesmo que rápida, das percentagens revela não só a significância de cada um em relação ao mundo em conjunto, bem como a tendência crescente que todas apresentam. Há, efetivamente, um fenômeno universal de urbanização que precisa ser entendido, guardadas as devidas precauções com o termo universal.

Berry (1973), ao analisar a questão da urbanização e de suas consequências no mundo atual, chama a atenção dos estudiosos do assunto para o fato de que a urbanização não é simplesmente um processo universal resultante da modernização não apresentando a mesma sequência de eventos em diferentes países. O termo urbanização é universal mas as características do fenômeno não.

O crescimento das cidades é um fenômeno em ascensão atraindo por isto a atenção de cientistas de variadas origens. No caso da geografia, conforme abordamos no capítulo inicial, a maioria dos seus estudos sobre população são ainda do tipo macro-analíticos, especialmente os de população mundial, continental ou nacional. Nestes casos, o nível de generalização dos valores demográficos é muito grande e impede mesmo que se procure estabelecer conclusões mais sérias sobre o problema.

As populações urbanas exigem, para sua compreensão, o desenvolvimento de estudos a nível micro, que apesar de apresentar maiores dificuldades como as referentes aos dados, técnicas de micro-análise, registros, etc., vêm tendo grande impulso nas duas últimas décadas. Isto, talvez, seja uma consequência do fato de muitos dos mais graves problemas da atualidade serem predominantemente encontrados nestas áreas. A área a que nos propusemos estudar apresenta estas características. Enquanto em 1950, a micro-região da Alta Paulista e o município de Marília apresentavam 1 habitante urbano para 2,1 rural e 1 para 1,1 rural, respectivamente, em 1970, a região, para cada 1 habitante rural possuía 1,5 urbano e o município de Marília 3,5 habitantes urbanos para cada 1 ru-

ral (i).

No capítulo anterior procuramos abordar o tema população como um fato espacial, sem qualquer modalidade de diferenciação. O objetivo então era o de posicionar os estudos de população na ciência, avaliando simultaneamente as modalidades diversas de contribuições. No capítulo presente, a reflexão se aprofunda e se detalha como uma proposta de estudo da geografia da população urbana, uma vez que não se pode negar que os estudos no campo da geografia da população são cada vez mais os de população urbana.

O tema, população urbana em geografia, será proposto, considerando-se os seguintes aspectos: população urbana como sub-tema da geografia da população, estudo da dinâmica populacional urbana e, finalmente, através da utilização de um amplo inventário efetuado em periódicos os diferentes tipos de temas, abordagens, métodos, técnicas e representação espacial.

População urbana como um sub-tema da geografia da população

Uma análise cuidadosa de diferentes estudos sobre geografia da população demonstrará, dentre outras, uma preocupação específica com a escala na qual os fenômenos são vistos. Nessa avaliação escalar são considerados tanto a dimensão da área que contém determinado número de população, como o volume populacional que ocorre em áreas específicas.

Os valores numéricos registrados nessas escalas, podem referir-se a bilhões de habitantes (população global da terra) ou milhões e mesmo milhares (no caso de países ou áreas urbanas). Milhões de Km² indicam a terra toda e algu -

mas dezenas de Km^2 , podem indicar as áreas das cidades. Dessas duas variáveis, a primeira é acentuadamente dinâmica, quer avaliada para diferentes áreas, ou em sua sucessão no tempo. Os números que indicam diferentes magnitudes de áreas são relativamente estáticos e sua ampliação relativa depende das qualidades dos valores populacionais que os ocupam.

Os espaços de que pode dispor cada grupo de população, regra geral, estão politicamente definidos. Na maioria das situações, apesar do caráter finito do espaço político, novas formas de percepção espacial podem criar novos arranjos e novas estruturas e, neste caso, o espaço não sofre do problema de inelasticidade. Entretanto, em outras áreas o espaço ocupado pode ser confundido com o espaço político disponível, produzindo relações intensas entre o homem e o recurso-espaço de suportaçãõ.

Como a geografia procura analisar os fenômenos tais como eles ocorrem, ela é uma ciência observacional e não experimental, os espaços urbanos representam excelente laboratório que permite a observação e registro de todos os processos que envolvem um dada população. São eles os mais complexos, mas também, os mais completos locais de trabalho para os geógrafos da população. A concentração urbana não é um acidente. É um arranjo, cuja resultante é também um adensamento de questões definidas pela dimensão populacional.

Haggett (1972), ao analisar a questão da distribuição da população mundial, destaca de maneira acentuada este aspecto concentração:

"When we look at actual distributions of population, we find neither extreme concentration in a single location nor extreme dispersal into a myriad of small communes. Instead, we find a fascinating mixture: mammoth cities with millions of people, chains of smaller cities, towns, and villages, dense clusters of rural population, and millions of square kilometers without a single permanent settlement. Geographers are interested in unraveling the forces

that caused that pattern- and those that are now changing it. Why do population clusters and what keeps them from clustering even more strongly? What shapes land use in small rural communities and on the world level? Can the two levels be connected?" (p. 251).

Constatada esta realidade, a da concentração crescente das populações em áreas urbanas, verificamos na prática que pouco, ou muito pouco, se fez para o seu estudo. Tomando como referência os autores já analisados e que abordam geografia da população, Beajeu-Garnier (1965), Trewartha (1969), Zelinsky (1969) e George (1974), constatamos que ignoram o tema da população urbana e, a ele se referem, apenas quando tratam de migrações, abordando assim o aspecto das migrações do tipo rural-urbana.

Quanto aos autores que tratam de geografia urbana, alguns mencionam o assunto, como Carter (1972), embora outros enfatizem-no bastante como Berry e Horton (1970), Santos (1973) ou Johnson (1974). Assim, enquanto os geógrafos que tratam de população de maneira genérica avaliam o tema, de maneira predominante em escalas que vão da mundial à nacional, estes últimos dão ênfase a distribuição interna das populações nas cidades. É o caso de Berry e Horton, ou de Santos, destacando as características sócio-econômicas das populações urbanas.

A progressiva urbanização da humanidade acabou por produzir, em períodos recentes, os estudos de população urbana onde o tema pode ser analisado de maneira mais adequada em suas particularidades. Primeiramente sociólogos e economistas apresentaram suas contribuições e, mais tarde, demógrafos e geógrafos passaram a lhes fazer companhia. São desta natureza as contribuições de Ledrut (1968), Clark (1967), Hoyt (1962), Hauser (1969), Petersen (1961) e Kayser (1970).

O relativo descuido da ciência geográfica, se é que poderíamos chamar a isto de descuido, em relação a tal tipo de estudo, está ligado a duas situações básicas: 1- a deficiência das fontes de informações, bem como a da própria

qualidade dos dados obtidos; 2- a preocupação da ciência com os grandes espaços, geralmente confundidos com grandes unidades territoriais ou políticas: continentes, países, estados, etc. Vemos os limites como linhas de força, separando o intra do extra, quando na verdade elas são meras convenções que não têm validade suficiente para impedir que padrões populacionais se formem, de maneira semelhante, mesmo em unidades políticas independentes.

Em George (1961) cuja obra, segundo o autor, é endereçada aos geógrafos, sociólogos e urbanistas, temos, em duas partes, a formação dos quadros urbanos e um estudo das atividades urbanas. A cidade é vista como um centro de concentração econômica. Relacionado ao estudo da concentração econômica surge um outro sobre o trabalho urbano. Esta é a principal referência às populações urbanas.

Há, entretanto, nesta análise, alguns equívocos entre o que deve ser proposto como geografia da população urbana e demografia urbana. Efetivamente, o autor inicia o estudo numa perspectiva demográfica:

"Une ville est une unité démographique , qui doit être définie et analysée comme telle. L'avantage d'une démographique des villes ou des fractions d'agglomérations est de fournir des éléments de classification et de faire apparaître des données qui sont du plus haut intérêt pour l'analyse de la force de travail, du marché de consommation, des besoins d'équipement en services, etc."

O destaque é para o uso que o estudo da população urbana pode ter para o campo da demografia e da economia urbanas, não o estudo geográfico da população em si mesma.

Chabot e Beaujeu-Garnier (1963) que elaboraram uma obra destinada aos geógrafos e urbanistas, estudam as cidades de acordo com as diferentes áreas continentais e depois,

pelas funções urbanas. O trabalho é tipicamente pontual, as cidades são pontos distribuídos no mundo ou na região. Um pouco mais de cinquenta páginas são reservadas, numa obra de 493, ao estudo da população urbana.

Os textos mais recentes sobre geografia urbana como os de Berry e Horton, Carter e Johnson desenvolvem estudos sob a perspectiva dos modelos espaciais de organização humana e, por isto, analisando de maneira mais cuidadosa, as populações urbanas geradoras dos mesmos modelos. Carter, por exemplo, destacou a questão das áreas residenciais nas cidades; Berry os padrões e a dinâmica das densidades, bem como o conceito social de espaço e mobilidade intra-urbana.

Diferencialmente, o que se percebe entre estes autores é que os mais tradicionalistas vêem, como sua preocupação básica, a análise do espaço urbano segundo os fatos que contem e não pelos processos que neles ocorrem. Dentre eles, os populacionais são os mais significativos.

Dentre as razões que levam os autores franceses a se diferenciarem dos ingleses na análise da questão urbana, duas devem ser destacadas: 1) as deficiências de informações demográficas sobre áreas urbanas em um passado muito próximo. Esta é uma das razões que levou os primeiros autores a considerar as cidades sob a perspectiva apenas dos seus valores populacionais globais, deixando à margem de seus estudos toda uma característica distribucional interna, das mesmas bem como suas características sociais e econômicas; 2) as novas abordagens que a geografia passou a utilizar para estudar o tema. população urbana, associadas às novas técnicas, difundiu-se mais pelos países anglo-saxões do que nos demais, onde estudos de geografia urbana já eram desenvolvidos.

Considerando-se que os dois problemas estão sendo superados, fica evidente que os estudos de geografia urbana não podem principiar pela análise dos sítios, dos arranjos dos elementos físicos do espaço, mas sim pela variável que interfere nestes aspectos e em outros, isto é, a sua população. Em sentido genérico já está comprovado que na atualida

de, não são os sítios que determinam os valores demográficos de uma área urbana e nem a importância de uma cidade como forma de organização humana.

A maioria dos problemas das áreas urbanas decorrem de divergências entre diferentes grupos étnicos, das distâncias sentidas entre os lugares de trabalho e os de residência, da irregular distribuição espacial das rendas e das diferentes formas de apropriação do solo urbano. Estudar população urbana -é envolver-se com temas dessa natureza.

O maior cuidado que devemos ter, ao efetuar estudos sobre o tema da população urbana, é não nos equivocarmos com a suposição de que ela seja apenas uma partilha dos grandes espaços mundiais de população, apenas um valor numérico um pouco menor. Ao contrário, ela é uma associação de valores diversos e de explicação mais complexa que as de escalas nacionais, ou mesmo mundiais.

Considerando-se a geografia como uma ciência espacial, seriam justamente as peculiaridades dos atributos que permitiria adjetivar parcela de seu estudo como de população urbana. As evidências da dinâmica urbana é que efetivamente justificam este destaque. É preciso entendê-la em seus componentes para que uma geografia da população urbana possa ser elaborada.

A dinâmica urbana espacial

Os cientistas sociais têm procurado compreender os vários processos que dão origem às mudanças populacionais dentro dos espaços urbanos. Anteriormente, os estudos estiveram vinculados a uma descrição de situações, em seguida a uma comprovação da existência de padrões, sem contudo examinar cuidadosamente o desenvolvimento e as mudanças sequenciais nas populações de áreas urbanas. Na atualidade, com a

crescente preocupação preditiva das ciências sociais, este aspecto aumentou de importância.

A explanação da dinâmica espacial das áreas urbanas envolve, numa análise de processos, três diferentes níveis:

1- o da proveniência das quantidades populacionais;

2- o da decomposição destes valores nas diferentes qualidades, aqui entendidas como dinâmica demográfica, social e econômica;

3- o da projeção espacial das duas análises anteriormente consideradas.

Este último nível, embora dependente dos dois anteriores, é o mais importante para os estudos de geografia da população, enquanto os demais são também de interesse das outras ciências sociais.

A proveniência da população

No estudo das origens das populações, que são acrescentadas às áreas urbanas e reveladas por censos consecutivos, podem ser propostas várias hipóteses de explicação das alterações. Os números, em princípio, revelam que, geralmente, para as pequenas cidades, as variações são mínimas em sentido positivo ou mesmo negativo enquanto para as médias ou grandes as variações revelam-se positivas e mais acentuadas.

Numa análise nestes moldes, pode-se inclusive estabelecer uma relação entre a intensidade das variações negativas ou positivas e o próprio tamanho da cidade considerada. Há uma certa relação entre o tamanho e a posição da cidade quanto ao crescimento vegetativo ou migratório.

Três hipóteses básicas serão levantadas aqui, para

a análise destas variações:

1. supor que o crescimento vegetativo é o que responde pelo maior percentual do crescimento. Esta é a hipótese menos provável e que, na verdade, marca dominantemente as cidades de menor significância dentro dos estudos geográficos;

2. supor que ocorra um relativo equilíbrio entre o crescimento vegetativo e o crescimento migratório. Neste caso o equilíbrio, se encontrado, deverá representar apenas um estágio, uma vez que a população, do ponto de vista global deve, para aquela área, estar se alterando em função do crescimento vegetativo, ou do crescimento migratório. É preciso medir quais as forças que tendem a produzir maior crescimento: se as que forçam as migrações, ou se as que produzem um aumento da natalidade com diminuição da mortalidade;

3. supor que os movimentos migratórios, de maneira direta e indireta, são provocadores de intenso dinamismo populacional urbano. Nesta hipótese, devem ser colocados os espaços urbanos mais problemáticos. As grandes áreas metropolitanas apresentam uma dinâmica populacional resultante de processos intensos, classificáveis nesta categoria. As migrações, aspecto básico desta hipótese, devem ser consideradas não apenas como uma simples mobilidade numérica, mas também como desejo de ascensão social e profissional. As migrações não são apenas quantidades mas também qualidades em relação a uma mesma população.

As três hipóteses levantadas representam apenas uma simplificação do problema, pois deve-se reconhecer que elas são estágios de um único processo, o do crescimento populacional urbano. De início, temos um crescimento vegetativo dominante em cujo estágio muitas cidades podem permanecer. Posteriormente temos a combinação: crescimento vegetativo e saldos migratórios.

Ainda que os saldos migratórios possam inicialmente, representar pequeno volume, marcam a estrutura das qualidades da população alterando os seus valores básicos, bem como as tendências anteriormente apresentadas. Nesta situação, o volume do saldo migratório não só altera aspectos da qualidade biológica e sócio-cultural da população original mas, também, produz novas modalidades de projeções da população sobre o espaço. As razões que levam os migrantes a se localizarem em determinada área de uma cidade podem, provavelmente, não ser as mesmas que as que levam os residentes originais a escolha de seus locais de moradia. A complexidade da análise deste estágio é maior, pois é necessária uma avaliação do comportamento da população migrada, da população nativa e as interferências da primeira sobre a segunda.

Na terceira hipótese estariam enquadrados aqueles núcleos urbanos, cujo percentual de seu volume de crescimento estaria vinculado a saldos migratórios positivos. O estudo das taxas de crescimento global da população da área onde está o núcleo urbano, face as taxas de urbanização, revelam o grau de significância das migrações. Esses são os núcleos urbanos de maior intensidade de mudanças tanto quanto qualitativas. São também os de maior interesse para o estudo da dinâmica espacial urbana.

A hipótese do crescimento por saldos migratórios não afeta isoladamente um único espaço urbano. As mudanças não são isoladas mas em conjunto. Assim, considerando que não apenas um mas, vários centros urbanos podem ser afetados simultaneamente pelo processo migratório, poderemos distinguir tipologias de situações, segundo diferentes modalidades de crescimento e diferentes combinações das diversas modalidades:

a- crescimento da maioria dos núcleos urbanos da área ocorre de maneira proporcional e com diminuição da população rural. Dentro destas características, há um relativo equilíbrio nas forças que atuam sobre as migrações para as ci

dades. Neste momento, ainda não foi gerado o ponto centrípeto (centro de gravidade) da área sujeita às mudanças;

b- o crescimento de alguns núcleos com diminuição dos valores da população rural, bem como de outros de menor porte. É nesta fase que começam a definir-se as diferentes capacidades que cada núcleo tem de crescer e de atrair populações;

c- o crescimento de poucos núcleos com a diminuição dos demais, bem como a pequena significância das populações rurais e de seus movimentos migratórios. A migração passa então a situar-se na polarização urbana-urbana.

A relação entre o tamanho da cidade e a
incidência de seu crescimento

Nas investigações sobre valores populacionais é importante não só avaliar cada variável isoladamente mas, também, ser capaz de estabelecer relações entre elas. O estudo da relação entre a intensidade de crescimento urbano, face ao seu tamanho, é um exemplo.

Pode-se, para obter uma explanação correta e uma generalização mais válida, indagar se as cidades que mais crescem são justamente as maiores. Ou, se existiriam dentro de um crescimento populacional, momentos em que o mesmo estaria em desacordo com o próprio volume populacional que é ampliado.

Uma tentativa de representação gráfica, de caráter teórico, pode nos fornecer imagens alternativas para este tipo de análise:

- LEGENDA -

I = Intensidade de crescimento
(nº relativo)

T = Tamanho da população da
cidade considerada (nº absoluto)

ORG O S G
DES GILBERTO ~~DE~~ ~~ENTRADA~~

Gráfico nº 1 - Relações entre a intensidade de crescimento e o tamanho da população urbana

Nos gráficos elaborados, são propostas teoricamente algumas modalidades de relacionamento entre duas variáveis: nos eixos das ordenadas, a intensidade de crescimento e nos das abcissas os tamanhos das populações consideradas.

Das diferentes combinações resultaram: no gráfico A, uma covariação positiva entre a intensidade de crescimento e o tamanho da cidade considerada. Quanto maior a cidade, maior também a intensidade de crescimento. Esta situação não pode ser permanente, por indicar uma possível tendência para crescimento ao infinito. O gráfico B mostra uma situação de crescimento, a princípio mais intensa, tendendo por isto repetir a situação registrada em A. Entretanto, ao atingir determinado tamanho, passa a uma fase de crescimento absoluto da população com uma desaceleração da intensidade de cresci

mento, chegando mesmo a decrescer. O último gráfico, o C , mostra a situação de crescimento absoluto pequeno para os valores menores. A intensidade de crescimento é, às vezes, menor que o próprio volume da população da cidade. A partir de determinada categoria de cidade quanto ao total populacional, o crescimento se acelera. Esta última combinação fundamenta-se no princípio de que somente a partir de determinado tamanho é que uma cidade pode oferecer determinados serviços e, assim, só a partir deste momento ela passa a exercer maior papel como ponto de atração para a população.

Para que a análise adquira maior validade e possa servir à compreensão da dinâmica urbana, deve abranger vários períodos de tempo, áreas diversas e cidades de tamanhos diferentes, numa tentativa de verificação das tendências de cada um dos núcleos avaliados e sua evolução no conjunto.

A dinâmica da população urbana

Geograficamente pretendemos explicar um espaço, o urbano, onde um determinado volume de população se concentra, de maneira altamente desigual, seja quanto a quantidade, seja quanto a qualidade.

Numa análise simplesmente demográfica, duas cidades podem apresentar igualdade no número de seus habitantes e isto pode ser uma coincidência momentânea. No estudo espacial, no entanto, as duas poderiam ter uma distribuição de população totalmente diversas. Não há assim padrão de distribuição espacial de qualidades de população urbana para cidades de mesmo tamanho, e, às vezes, mesmo para as de tamanho diverso. A composição espacial, bem como sua distribuição, é de uma variedade desconcertante, exigindo, em função disto, muito cuidado na análise e interpretação dos valores observados.

A explicação fica, assim, por conta de uma interdisciplinaridade. Da mesma forma que a explicação demográfica apresenta forte dose de características locacionais, também a explicação espacial acha-se marcada por características sociais, econômicas, políticas, etc..

Deve-se ainda considerar que o espaço urbano encontra-se em constantes mudanças, sendo pois necessário que a compreensão do mesmo envolva aspectos retrospectivos, ao mesmo tempo em que se propõe ser prospectivo. A questão não é apenas de explicar como se chegou ao que é mas, mais ainda, como poderá vir a ser, diante das várias alternativas que são observadas. É esta uma avaliação importante para o planejamento e tomadas de decisões destinadas à solução de problemas.

A explicação desta dinâmica deve partir da decomposição da dinâmica global, revelada através das características do espaço urbano. Como se apresentam diferenciadas as taxas de crescimento segundo determinados bairros de uma cidade? Como populações étnicamente semelhantes se atraem, gerando aglomerados relativamente homogêneos, no espaço urbano? Onde estão os lugares de residência e os de trabalho? Três questões, três modalidades de dinâmica, todas projetadas no espaço urbano.

A análise dos aspectos aventados, nas questões mencionadas, envolve estudos por parte de ciências diversas como a demografia, sociologia, economia, psicologia e geografia. Há, entretanto, uma diferença quanto ao fato das quatro primeiras interessarem-se por atributos do próprio homem e, a última, interrelacionar estas múltiplas características para poder explicar o dinamismo do espaço.

O fluxograma abaixo mostra, de maneira esquemática, como isto se processa no espaço urbano.

Gráfico na 2 - A decomposição da dinâmica espacial urbano.

Efetivamente, a dinâmica espacial objeto de análise se por parte da geografia, é um produto que não pode ser substituído pelas análises parciais, mas delas depende. Assim, cada traço da dinâmica populacional pode, para uma melhor compreensão, ser analisado isoladamente.

A dinâmica demográfica

Uma perfeita compreensão da dinâmica demográfica urbana, conforme já nos referimos, depende de uma adequada avaliação dos números do crescimento vegetativo, bem como os do saldo migratório na área. A dinâmica do conjunto é o ponto de partida da análise.

Quais as semelhanças entre o comportamento demográ

fico da população analisada, face à da área na qual está colocada? Qual o seu desvio de comportamento em relação ao todo populacional? Qual a modalidade de dinâmica do comportamento interno desta mesma população?

As questões acima propostas evidenciam duas direções que podem ser escolhidas pelos pesquisadores do assunto: avaliação do balanço de crescimento natural da população da área dentro do conjunto em que está situada e a interferência dela sobre a população urbana; avaliação da interferência das populações urbanas nos padrões gerais da população da área. Em caráter de síntese deseja-se saber em que medida as mudanças da população da área estão refletidas nas populações urbanas e vice-versa. Desde que seja possível medir os níveis de interferências indicadas será mais fácil delinear as fases de crescimento, de mudanças e as tendências poderão ser previstas.

Numa análise do conjunto, é possível através de orientação pré-fixada, estabelecer grupos de cidades cujo critério de classificação obedeça, em princípio, as diferenciações dos valores absolutos das populações rurais e urbanas, bem como a maneira como estes números estão variando.

Considerando-se simultaneamente os números absolutos observados, tanto para as populações rurais como para as populações urbanas, associados à maneira diversificada das variações, poderemos identificar os seguintes tipos de espaços onde:

1- a população rural é maior do que a urbana e seu crescimento também o é;

2- a população rural é maior do que a urbana mas, seu crescimento começa a ser menor;

3- a população rural é menor do que a urbana mas, seu crescimento é maior;

4- a população rural é menor do que a urbana e seu crescimento é também menor.

	<u>População</u>			<u>Crescimento</u>		
	Rural	-	Urbana	Rural	-	Urbana
I	R	>	U	R	>	U
II	R	>	U	R	<	U
III	R	<	U	R	>	U
IV	R	<	U	R	<	U

Tabela 1 - Combinação dos valores absolutos com a modalidade relativa de crescimento das populações rurais e urbanas.

Estas diferentes combinações podem ser visualizadas de maneira adequada, através dos quatro gráficos abaixo apresentados. Embora todas elas possam ser encontradas em diferentes espaços, os casos I e IV são os que apresentam uma dinâmica particular mais marcante quanto aos sinais deixados na organização espacial.

Gráfico na 3 - Relação entre volume populacional e comportamento de crescimento em população rural e urbana.

O último estágio, o IV, é o responsável pela macrocefalia urbana e pelo caráter complexo dos espaços destas áreas com tais características.

Em cada uma destas situações, a análise da estrutura etária, composição por sexo, índices de natalidade e mortalidade vão apresentar acentuadas diferenciações, gerando as várias alternativas da dinâmica demográfica.

A análise proposta nestas bases tem grande significado prático porque, em primeiro lugar, não se pode elaborar planos quanto à ocupação ou reocupação de determinado território, se não dispusermos de uma conveniente avaliação de todos estes dados. Além disto, as características que marcam determinados espaços também são resultantes, em larga escala

de toda a dinâmica populacional da área, acrescidas de certas particularidades que permitem constatar diferenças.

A melhor forma de avaliar as relações entre a população local e a de uma área maior consiste na elaboração de um confronto dos mesmos atributos, avaliados na área de maior dimensão em relação a menor, a cidade. A adequação ou não de determinados números aos outros, indicará a convergência ou a divergência das populações consideradas.

Quanto à análise interna da população urbana poderse-á, utilizando do mesmo processo, registrar as variações numéricas e as das taxas de crescimento de um bairro para outro, ou entre o centro e a periferia. O resultado da análise permitirá classificar a cidade numa das categorias citadas.

A dinâmica sócio-econômica

A dinâmica social das populações urbanas envolve um conjunto de características consubstanciadas em desejos, aspirações, preferências, comportamentos, etc., os quais traduzidos efetivamente em mudanças, tomam parte nas tarefas de explicação da dinâmica global da população.

Estudos sobre as características sociais de uma população urbana podem permitir, em escala de generalização, o estabelecimento de uma verdadeira regionalização social da mesma.

Nesta classe de análise, múltiplos aspectos podem ser avaliados para uma determinada população: status social e familiar, agrupamentos étnicos, linguísticos, religiosos, etc.. Populações dotadas de similitude quanto a estas características podem ser levadas à um processo de agrupamento espacial por razões da própria semelhança, de fortalecimento do grupo, de obtenção de auxílios, de convivência, etc.. Produzido o agrupamento, cria-se uma dinâmica social peculiar e

diversa de outras áreas da mesma cidade, surgindo então ca racterísticas demográficas diferenciadas e formas diversas de arranjos espaciais.

Apesar de reconhecermos que existem inúmeras difi culdades para a obtenção de dados específicos relativos a es tas características, elas não devem ser marginalizadas, uma vez que sua omissão impediria a compreensão correta da dinâ mica da população urbana.

Quanto às características econômicas, as popula ções urbanas podem também apresentar acentuada diversifica ção e, as de maior crescimento, mais ainda. População ativa e não ativa, divisão social do trabalho, populações terciá - rias face às secundárias e primárias, mobilidade ocupacional, elevação dos níveis de renda e de empregos, são atributos que, como os demais, são inerentes às populações urbanas e que afetam todo o seu dinamismo. Estas características econô micas influem nas estruturas demográficas ao mesmo tempo que sobre o espaço, daí fazerem parte dos estudos fundamentais para a explicação da dinâmica populacional urbana.

As diferentes maneiras como a população urbana pro cura "ganhar a vida" e a forma como efetivamente o consegue, são fatores básicos para a compreensão da economia urbana e, por consequência, dos arranjos espaciais delas decorrentes.

A dinâmica espacial

Os geógrafos não estão interessados na dinâmica de mográfica, social ou econômica, mas sim na dinâmica espacial que, entretanto, é elaborada a partir destas diferentes dinâ micas. Os números das populações combinados com os diferen tes atributos das mesmas (sociais, econômicos e demográficos) projetam-se no espaço, de maneira integrada, e nele deixam suas marcas, resultantes das formas como as combinações se

produziram.

A ciência geográfica, mais do que nas características das populações, está interessada na maneira pela qual as mesmas produzem determinadas organizações do espaço. A análise espacial da população deve então ser decomposta para oferecer as respostas às questões que se quer explicar. Uma modalidade de decomposição poderia considerar as seguintes e tapas:

1- avaliação da distribuição espacial da população num dado momento, ou período, inclusive de suas principais características demográficas, sociais e econômicas.

2- avaliação do processo que gerou aquela distribuição e das forças que lhes deu origem;

3- avaliação das forças atuais que agem, conservando as tendências anteriores, ou, ao contrário, inovando e alterando a população.

As etapas 2 e 3 incluem, em sua avaliação, o papel do componente migratório para a cidade. As relações entre crescimento demográfico urbano e migrações devem ser avaliados com cuidado e sem cometer-se exageros. Abler & Gould (1972) contestam, em parte, a afirmação de que o crescimento exagerado das cidades estaria vinculado aos movimentos migratórios:

"But not all urbanization is attributable to movements of people from rural areas to the city. Urbanization is more a change produced by natural growth within cities themselves... We emphasize this point because urbanization is sometimes referred to as an agglomeration process, and one conjures up an image of horders of people migrating from rural areas to the cities" (p. 552).

Há uma ressalva que deve ser feita às opiniões citadas. A partir de determinados momentos dos processos migratórios, o crescimento vegetativo produzido pela população migrante pode ser superior ao seu próprio número, e este é um crescimento dito natural mas é importado.

Os componentes demográficos de que são dotadas as populações migrantes, suas características econômicas e sociais em conjunto projetam-se no espaço das cidades, criando semelhanças ou diversidades, e interferindo nos valores globais da população pré-existentes e em suas características.

Além das migrações devem também ser considerados, para a interpretação da dinâmica espacial das áreas urbanas, os movimentos da população. Devem ser destacados distintamente os movimentos diários, os mais importantes, os semanais, sazonais, etc., tanto para a cidade como dentro dela.

Os movimentos diários são mais caracterizadores das áreas internas das cidades ou no caso, de regiões metropolitanas, entre cidades contíguas e complementares. Os movimentos sazonais ou semanais geralmente são para fora da cidade, e para distâncias maiores, como os casos dos movimentos para a busca de lazer. Suas consequências são também diversas, pois enquanto dos movimentos diários decorrem problemas para a rede de transportes, nos movimentos sazonais há também uma busca de residência mesmo que provisória e com isto as consequências espaciais são diferentes.

Do ponto de vista da dinâmica espacial verifica-se que são diversas as consequências resultantes dos movimentos internos de população, daquelas decorrentes das migrações intra-urbanas. Estas exigem alterações que podem situar-se na transformação de espaços rurais ou semi-rurais, em urbanos, como também na extensão de vias de circulação, abastecimento de água, energia, etc. Aquelles, exercendo pressões sobre determinados pontos da cidade, especialmente áreas centrais ou de localização de indústrias, requerem toda uma estrutura de sistema de transportes, bem como de arranjos capazes de suportar populações muito mais numerosas do que aquelas que re

sidem nestas áreas, em caráter permanente.

Os estudos da dinâmica populacional urbana correspondem a avaliação de um microcosmo. A dinâmica, considerada tanto do ponto de vista das quantidades como no das qualidades, é um produto do interrelacionamento de outras dinâmicas: sociais, demográficas, econômicas, etc. que, em conjunto, geram os espaços urbanos, objeto da preocupação geográfica.

Entretanto, se o tema é importante, a análise da literatura correspondente revela ainda uma relativa pobreza. Para a geografia este é um novo campo que se abre às suas pesquisas como uma proposta de construção do futuro da ciência. Urge que sejam melhorados os padrões e a qualidade de vida urbana, uma vez que as populações destas áreas, especialmente as das grandes, estão ficando impacientes com os problemas com os quais se defrontam. O geógrafo pode e deve contribuir para esta ordem de problemas.

As formas de abordagem da população urbana
numa análise de periódicos

A análise de população em geografia tem sido efetuada, predominantemente, em macro escala. Isto pode ser constatado na maior quantidade de estudos, mesmo que descritivos, sobre distribuições de população em níveis internacionais ou nacionais. Quase nada sobre populações regionais e menos ainda urbanas. As migrações são ainda focalizadas como sendo do tipo internacional ou mesmo nacional, à longa distância, ignorando-se as migrações à curta distância especialmente as do tipo urbano-urbano e as intra-urbanas.

A impressão que fica ao analista de qualquer conjunto de contribuições é a de que, considerada a proposição da geografia como ciência espacial, só os grandes espaços justificam estudos, só através deles é possível explicar as

realidades quando, na verdade, são nos micro-espacos que as feições das populações assumem características mais significativas para estudo.

É propósito nosso, nesta segunda parte do capítulo, analisar os estudos micro efetuados no campo da população urbana. Ao contrário do estudo elaborado no capítulo anterior, baseado em alguns textos completos em geografia humana ou da população, aqui a análise será um pouco mais difícil porque está baseada em um material mais atomizado, os artigos dos periódicos, uma vez que foram neles que pudemos encontrar as mais significativas contribuições no campo de estudo de população urbana em geografia.

Prosseguimos na reflexão sobre as diferentes formas pelas quais se vem pensando e construindo o interminável edifício da ciência geográfica, avaliando o significado qualitativo do que já foi feito. Não apenas para realçar nomes ou volumes de pesquisas existentes mas, principalmente, para avaliar o grau de relevância de cada contribuição, seu posicionamento no conjunto, seu caráter de concordância ou de discordância. É a avaliação do conjunto que deve servir para mostrar a parcela do edifício já construído, suas características e seu grau de coesão e solidez. A partir de uma análise deste tipo é que provavelmente poder-se-á indicar o que deva ser acrescentado no futuro, com que intensidade e disposição.

Neste capítulo, o que se pretende é justamente isto, refletir como ocorrências populacionais, com endereçamento urbano, podem ser ou foram vistas no conjunto da ciência.

Ao contrário do que foi afirmado sobre o trabalho de Estrabão, de que não dispunha de muitos dados para refletir, dispomos, agora, até de excessos "relativos", mesmo que apenas em quantidades e não em qualidade. Esta condição, aumenta o desafio na busca de uma resposta objetiva.

"Com Estrabão, a geografia antiga alcançou sua plena maturidade. Porém, seus

princípios transcenderam seus poderes de aplicação. A falta de dados exatos e o estado embrionário das ciências cognatas constituíram a constante desvantagem de le, tendo continuado a frustrar seus sucessores até bem recentemente". (Lebon - 1966 : 13-14).

A análise das contribuições no campo dos estudos de população urbana deixa assim, de ser um simples inventário e passa a condição de um estudo das tendências, das eficiências e das lacunas. As tendências marcadas pelo caráter repetitivo de determinados conjuntos de conteúdos, de abordagens e de técnicas; as eficiências pela qualidade das respostas obtidas e pelas soluções encontradas para os problemas propostos; as lacunas por tudo aquilo que deixou de ser percebido, ou o foi erroneamente, e que deva ser retomado.

Qualquer um destes aspectos, adequadamente analisado, pode contribuir para o futuro da geografia e isto sintetiza nosso ponto de vista sobre os objetivos que devem ser considerados num estudo de tal natureza. Os conteúdos espaciais se alteram, ao lado das mudanças na ciência que os analisa: a geografia. Necessitamos permanecer num constante estado de insatisfação científica, se desejamos o progresso de qualquer ciência.

"The nature of human geography has been a subject of almost continual debate over recent decade, and no one statement of the discipline's aims, contents and methods has apparently satisfied a majority of its practitioners". (Johnson , 1972: 78).

Avaliar as tendências, medir as eficiências, destacar as lacunas de estudos conhecidos são as tarefas por

realizar. A princípio, elas parecem não acrescentar nada substantivamente mas certamente devem contribuir para adjetiva-lá um pouco melhor, mesmo que não se chegue a resultados definitivos.

Um estudo desta natureza exige que o analista considere primeiramente os diferentes níveis de dificuldades encontradas. Segundo os objetivos desta nossa análise, procuramos categorizar em duas, as dificuldades encontradas:

1- as de caráter vertical ou histórica que são as que envolvem a escolha do período analisado (1960-75), no qual os dados disponíveis começaram a se tornar melhores , tanto na qualidade como na quantidade. As alterações ocorridas no conceito mais abrangente de geografia da população é também um outro elemento desta dificuldade vertical;

2- as de caráter horizontal que envolvem o aspecto da escala areal, na qual o fenômeno foi analisado (da micro a macro escala), as analogias dos conteúdos e as formas como os mesmos foram abordados simultaneamente.

A intersecção entre estes dois conjuntos, dá certa mente a medida das dificuldades encontradas e, simultâneamen te, a da importância do estudo, população urbana, no conjun to maior da geografia da população.

Não poderíamos, de imediato, passar ao processo de análise das contribuições feitas no campo da geografia da po pulação urbana. Antes é necessário considerar um aspecto bá sico à análise: o termo urbana tem como a sua própria ampli tudo. Alguns trabalhos efetuados e inventários de população de outros já nos permitiram compreender a outra dimensão da expressão, ou seja, geografia da população.

Mesmo que em caráter geral, algumas obras vêm apre sentando este tipo de contribuição. Com estas característi cas, podem ser destacadas as de James (1954), Meynier (1969), James (1972) e Claval (1974). Outros autores, de maneira mais específica, realizaram excelentes contribuições sobre o

tema população. Dentre elas destacaremos três como mais significativos: a primeira elaborada em 1940, por Hans Dornis , compreendendo um estudo mais de "geografia do povoamento" do que da população - "Siedlungs und Bevolkerungs Geographie" - avaliando artigos publicados entre 1908 e 1939. Trata-se de uma bibliografia extensa, cuidadosamente anotada e detalhada a propósito do tema. A segunda é a de Wilbur Zelinsky, publicada em 1962 na série "Research Paper" do Departamento de Geografia da Universidade de Chicago - U.S.A.: "A bibliographic guide to population Geography". Nela, o autor elaborou uma extensa lista de consulta, a qual se apresenta organizada pelas diferentes regiões, e temas de todos os trabalhos de significância para os estudos da geografia da população, até 1961. Com uma série de explicações, um índice de autores, a obra consta de 2.588 ítems. É um subsídio indispensável aos que pretendem desenvolver estudos no campo da geografia da população em geral.

Tendo a geografia da população, e a demografia, acentuados contatos interdisciplinares merece destaque de nossa parte, uma obra dita demográfica. Julio Morales Vergara em 1975, através do Centro Latino Americano de Demografia em Santiago do Chile, publicou: "Bibliography of population subjects in specialized journals". A obra, apesar de preocuparse com temas caracteristicamente demográficos (embora a distinção entre as duas ciências seja mais resultado de uma tradição acadêmica) tem grande interesse para o trabalho do geógrafo da população. Nas explicações dos valores demográficos esse autor inventariou, para o período de 1960-1969, cinco diferentes revistas de estudos demográficos: Demografia Y Economia (México, D.F.), Demography (Ann Arbor, Michigan) , Population (Paris), Population Index (Princeton, N.Y.), Population Review (Madras) e Population Studies (Londres).

Além destas contribuições, algumas revistas especializadas e de periodicidade mais regular, têm apresentado um rol dos vários artigos publicados, abrangendo também o campo da geografia da população.

Metodologicamente alguns trabalhos de inventários de produção científica em geografia, mesmo que em campo diverso do aqui proposto, serviram em muitos aspectos de modelo para esta análise. Os trabalhos aos quais nos referimos são:

1- Lavalle, Placido; Harold McConnell and Robert G. Brown - Certain aspects of the expansion of quantitative methodology in american geography. In Annals of Association of American Geographers, 1967, 57(2): 423-436.

2- Donald, James R. - Publications trends in a major French Geographies Journal. In Annals of Association of American Geographers, 1965, 55(1): 126-140.

3- Trlin, A. D.-Patterns of people: a review of four recent population studies. In New Zealand Geographer , 1973, 29: 75-84.

4- Desbarate, J.M. - Contemporary trends in French Geography - In The Professional Geographer, 1975, 27 (1): 7-14.

5- Brown, L. - A bibligraphy on spatial difusion- Department of Geography, Northwestern University- Discussion Paper, 1965 (5).

6- Rubio, Angel - Bibliografia de Geografia Urbana de America, 1961. - Coleção Geografia Urbana - I.R.G.H.

As reflexões sobre o que vem sendo publicado sobre geografia da população urbana permite que se avalie não apenas conteúdos, quantidades e procedências das publicações, mas, também, os aspectos teóricos e metodológicos que os mesmos contêm. Em razão disso, a pesquisa aqui apresentada permitirá que os futuros estudiosos possam contar com uma fonte bibliográfica para investigações, quer quanto aos assuntos, ou áreas abrangidas, mas, especialmente, quanto à maneir

ra como a população urbana está sendo vista e tratada pelos geógrafos, em diferentes áreas, escolas e períodos. É, em resumo, subsídio para estudos de dinâmica populacional, especialmente os das áreas urbanas, campo no qual se concentra.

O outro aspecto a que fizemos destaque, como de necessária compreensão é o termo urbana, referindo-se às populações das cidades. Constata-se aqui, que as mesmas contro - versias existentes nos estudos conceituais sobre geografia da população são encontrados naqueles que abordam o que se entende por urbano.

Como as populações urbanas são o nosso objeto de estudo, procuraremos destacar alguns aspectos quanto a esta forma de concentração.

O processo da urbanização é um processo finito e é concomitante ao das mudanças de uma sociedade agrária para a industrial ou não. Toda a população não pode ser urbana, por isto o processo é finito e concomitante ao da transformação sócio-econômica, por ser uma transferência populacional marcada pela mudança da atividade exercida.

"The urban phenomenon is, without doubt, one of the most striking features of contemporary civilisation". Beajeu - Garnier & Chabot - 1967:1)

O estudo de populações urbanas deve ser precedido por um cuidado necessário quanto à eficiência e objetividade dos estudos: o tema tem um conceito ambíguo. Toda uma vasta bibliografia, constituída de artigos de revistas, bem como inúmeras obras sobre estudos urbanos testemunha esta ambigui - dade e que, por isto, não pode ser ignorada no tratamento do tema. Sociólogos, economistas e geógrafos tiveram, e têm ainda, problemas com o conceito de urbano.

A utilização frequente das expressões - urbano e rural, para qualificar o local de distribuição das popula - ções parece, à primeira vista, de fácil identificação e com-

preensão. Mas, os dois termos vistos num contexto mais rigoroso torna bastante difícil a diferenciação.

No - Handbook of population census methods (ONU) encontramos a seguinte afirmativa que não deixa dúvidas sobre a natureza deste problema:

"The basic meaning of the terms urban and rural is fairly clear, the former referring to the city and the latter to the country or to areas outside the city ... But the terms themselves have taken on overtones and added meaning whereby they have come to refer to ways of life, cultural patterns, attitudes, value systems, etc" (United Nations - 1959: 65).

O difícil problema que decorre de uma análise de população urbana, definidas nestes termos, está na impossibilidade de precisão das comparações tanto no tempo quanto no espaço, de tal maneira que possa permitir generalizações. É preciso a necessária cautela para não acabar produzindo o estudo de uma larga quantidade de casos únicos, mesmo quando a investigação relacione-se a vários lugares urbanos.

Para evidenciar as ambiguidades e as dificuldades encontradas, nos estudos de população urbana, pode-se começar por considerar, por exemplo, os vários censos nacionais efetuados em diversos países do mundo.. Aqui, o conceito urbano é operacionalizado por meio de definições detalhadas das unidades consideradas urbanas e construídas especificamente para cada caso. Uma aparente unidade, numa enorme diversidade.

Fica demonstrado que o conceito de cidade, para uma perfeita compreensão, deve originar-se um confronto que envolva a origem, o crescimento, as organizações sociais e econômicas. Só assim será possível chegar-se a uma caracterização melhor do que é urbano e do que não é.

Uma segunda ambiguidade existente no estudo urbano, diz respeito à sua população. Fala-se na população urbana , no seu estudo e na análise de suas ações e reações espaciais. Entretanto, evidências espaciais demonstram que devemos ser mais precisos, pois o que mais caracteriza as cidades são suas populações e não uma população.

População tomada em sentido restrito como conjunto de indivíduos que apresentam determinados atributos ou conjunto deles, não pode ser generalizado nas áreas urbanas. O total de populações ativas ou não ativas, as diferentes faixas etárias, as minorias étnicas e a complexa combinação seletiva destas variáveis, apenas como exemplo, demonstram o caráter múltiplo e não único desta população. Isto é que foi revelado em toda a análise dos textos inventariados.

O lugar urbano não é de fácil definição e varia muito de país para país. Em razão disto ele é um componente de valor duvidoso para os estudos dos geógrafos. Contudo , longe destas ambiguidades e dificuldades significarem um grande obstáculo para estes estudos, servem de estímulo para a melhoria das investigações.

A busca das fontes

Antes de iniciarmos o estudo das diferentes maneiras pelas quais as populações urbanas vêm sendo abordadas em geografia, convém efetuar uma visão panorâmica do que consiste um estudo desta natureza em termos de pesquisa.

O trabalho de inventariar publicações em geografia, de uma maneira geral, não é fácil. As dificuldades decorrem do fato de que as mesmas tem editoração variada, muitas vezes subsidiadas pela coragem de poucos pioneiros, fazendo com que apresentem maior ou menor regularidade na circulação. A irregularidade na publicação, dificulta, pelo menos de ma

neira relativa, os exercícios de comparação. O surgimento de novas publicações (e o número de títulos em geografia tem crescido acentuadamente) bem como o desaparecimento de algumas, fazem parte das dificuldades com que se depara o pesquisador.

As investigações nos levaram a cinco diferentes bibliotecas (i), sendo três delas estaduais, uma federal e apenas uma de associação de geógrafos. Acresce ainda registrar que a multiplicidade das fontes consultadas relacionam-se ao fato de que muitos dos periódicos existem em apenas uma delas, enquanto outros, mesmo existindo em mais de uma, apresentam-se incompletos em suas coleções.

Apesar do inventário dos periódicos ter permitido identificar 561 títulos, em geografia da população, a análise abrangerá apenas 271 (conforme anexo II) referentes a estudos teóricos e aplicados sobre dinâmica de população urbana, temas que são centrais no desenvolvimento desta tese.

A responsabilidade na editoração dos periódicos, evidentemente, interfere não só em seus aspectos quantitativos mas também nos qualitativos. Publicações submetidas à orientação oficial, ou à associações científicas de geografia, certamente apresentam direcionamento diversos. É importante pois, numa primeira etapa da análise, classificar as publicações quanto a este aspecto:

(i) Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação de Marília (UNESP); Instituto de Geociências e de Ciências Exatas de Rio Claro (UNESP); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Universidade de S. Paulo; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Rio de Janeiro e Associação dos Geógrafos Brasileiros, S. Paulo.

<u>Responsabilidade</u> <u>Editorial</u>	<u>nº absoluto de</u> <u>Periódicos</u>	<u>nº relativo</u> <u>em%</u>
associações de geógrafos	23	66
Universidades e Institutos de Pesquisa	8	23
Organismos Ofi- ciais	4	11
Total	35	100%

**Tabela 2 - Distribuição dos periódicos pela respon-
sabilidade editorial.**

Com base neste princípio as publicações foram agrupadas em três categorias: 1- as que estão vinculadas às diferentes associações científicas de geógrafos. Estas constituem a maior parte, encontrando-se aqui, importantes periódicos como: Annals of the Association of American Geographers, The Australian Geographer, Bulletin de l'Association de Géographes Français, etc.; 2- as originadas de universidades ou de institutos de pesquisas, como são os casos de: Economic Geography, Journal of Regional Science, etc.; 3- as de responsabilidade direta de órgãos governamentais de diferentes países como: Boletim Geográfico e Revista Brasileira de Geografia no Brasil; Population, na França, etc.

Estes valores dão uma demonstração da grande importância que tem, na atualidade, as Associações de Geógrafos na divulgação de trabalhos científicos produzidos, bem como a grande dependência dos pesquisadores em relação a estas fontes.

Gráfico nº 4 - Percentagem de publicações segundo a responsabilidade editorial.

Apesar da investigação ter sido desenvolvida nas cinco bibliotecas mencionadas, houve ainda a necessidade de contatos diretos com os editores de publicações, as quais se apresentavam com coleções sensivelmente incompletas em qualquer biblioteca no Brasil. Este é o caso da *Acta Geographica*, publicada em Helsinque (Finlândia), *New Zealand Journal of Geography* em Cristchurch, etc.. Só assim foi possível uma análise que se aproximasse da realidade total.

Além da variada responsabilidade pela editoração, o rol dos periódicos inventariados demonstra a grande variação de origem. Isto decorre do fato de, na escolha dos meios, ter-se optado por um estudo que oferecesse como amostras, diversidade de editores, diferentes países, vários idiomas e formas de pensamento geográfico variado. Só assim a análise seria mais válida e completa, uma vez que possibilitou um estudo comparativo sobre os vários aspectos indicados.

A simples variação do país de origem da publicação não é uma diversidade apenas locacional. Na verdade, esta origem marca a orientação apresentada no periódico. Assim é que as originárias dos Estados Unidos apresentam orientação metodológica bastante diversa daquelas provenientes da França. No Canadá, o periódico com maior influência de língua inglesa é também diverso do de predominância de língua francesa. Quanto a este aspecto, o conjunto revelou a seguinte distribuição:

<u>País</u>	<u>nº de periódicos</u>	<u>participação</u> <u>percentual</u>
1- Austrália	1	2,9
2- Índia	1	2,9
3- Finlândia	1	2,9
4- Canadá	2	5,7
5- Inglaterra	2	5,7
6- N. Zelândia	2	5,7
7- Suécia	1	2,9
8- México	3	8,5
9- U.S.A.	7	20,0
10- França	7	20,0
11- Brasil	8	22,9
	35	100,0%

Tabela 3 - Distribuição dos periódicos segundo os diferentes países.

A origem das publicações nem sempre traduz o idioma no qual os artigos são divulgados. Várias das publicações avaliadas apresentam um caráter bilingue ou plurilingue, como é o caso da Revista Geográfica do I.P.G.H..

Apesar do caráter exaustivo da análise efetuada :

15 anos e 569 títulos, a intensidade da frequência dos mes mos deve ser vista com uma certa precaução, uma vez que, pe los diferentes países, alguns periódicos considerados são al tamente irregulares. Nesta situação devem ser incluídos os brasileiros, onde se percebe grande irregularidade na circula-
ção, com exceção dos dois de editoração oficial. A investi-
gação revelou que na geografia brasileira, os trabalhos so bre população são insignificantes em quantidade. A posição do Brasil mostra uma grande defasagem entre a nossa geogra-
fia e a da maioria de países da América do Norte, Ásia, Oceâ-
nia.

DRG 0.8.8.

DES GILBERTO L. HENRIQUE

Gráfico nº 5 - Participação percentual dos estudos brasileiros sobre população em específico sobre população urbana.

Tamanho da amostra: (271).

A ênfase dada ao Brasil deve ser justificada de duas formas: primeiro pela maior acessibilidade do investiga-
dor a todos os periódicos de geografia publicados no país e, em segundo lugar, porque pretendemos demonstrar aqui a inci-
piente posição que temos nos estudos de geografia da popula-
ção.

Um país de população crescente, com sérios proble

mas de distribuição espacial e com um acelerado processo de concentração demográfica em áreas urbanas, é, em si mesmo um campo fértil para os estudiosos da geografia. A própria deficiência dos estudos de geografia da população no Brasil é razão suficiente para o encorajamento de pesquisas neste campo. Uma vez desenvolvidas, muito poderão contribuir para as tarefas de análise e de prescrição, à propósito da organização espacial do país.

Nesta ênfase de análise dada ao Brasil, tivemos e eventualmente um confronto relativamente heterogêneo, uma vez que, enquanto para os demais países foram analisadas as tendências nas contribuições, no caso brasileiro há uma busca de avaliação a mais completa possível.

As influências que se operam através do tempo, em determinadas direções e orientações de pesquisas, podem frequentemente, ser identificadas através da análise das publicações. O volume de determinados artigos, surgidos em um certo período, pode indicar quanto ao assunto principal, sua organização e metodologia, permanências ou mudanças nas tendências observadas em períodos anteriores.

Considerando quanto ao espaço, os estudos de população agrupados em: estudos de população urbana e os de população não urbanas, pode-se avaliar a contribuição elaborada para cada grupo, dentro do período considerado:

<u>Periódico</u>	<u>Art. sobre pop. urb.</u>	<u>Art. sobre pop. não urb.</u>
1- Acta Geographica (Helsinque)	6	4
2- Acta Geographica - Paris	2	2
3- Annales de Geographie	15	13
4- Annals of As. of Am. Geographers	21	23
5- Anuário de Geografia - México	2	6
6- The Australian Geographer	4	3
7- Boletim del Inst. de Geografia	2	3
8- Bombay Geographical Magazine	3	8
9- Bull. de L'Assoc. de Geog. Franç.	15	11
10- Cahiers de Géographie de Quebec	9	13
11- Cahiers d'Outre Mer	8	14
12- Economic Geography	27	22
13- Geographical Journal	4	8
14- Geographical Review	21	24
15- Geografiska Annaler	8	23
16- Hommes et Terres du Nord	4	15
17- L'information Geographique	2	13
18- Journal of Regional Science	16	14
19- New Zealand Geographer	15	11
20- New Zealand Journal of Geography	0	2
21- Population	9	0
22- The Professional Geographer	31	15
23- Revista Geográfica IPGH	7	10
24- Revue Can. de Geographie/Rev. de Geographie de Montreal	18	4
25- The Scottish Geographical Magazine	6	10
26- Soviet Geog. Review & Translation	8	12
27- World Cartography	1	0
Sub-Totais	254	283
28- Boletim Baiano de Geografia	2	1
29- Anais da Assoc. dos Geog. Bras.	0	1
30- Bolet. Carioca de Geografia	1	1
31- Bolet. de Geografia Teorética	1	0
32- Boletim Geográfico - IBGE	7	8
33- Bolet. Paulista de Geografia	0	1
34- Boletim Mineiro de Geografia	0	0
35- Rev. Brasileira de Geografia- IBGE	6	3
Sub-totais e Total-Geral	17	15
	271	298

Tabela 4 - Distribuição dos artigos sobre população urbana e não urbana segundo as diferentes publicações.

Uma simples observação dos valores quantitativos da tabela permite verificar que apenas 7 periódicos (20%) respondem por 61% dos artigos sobre população urbana, enquanto no caso das populações não urbanas, 10 periódicos (28,5 % do total) perfazem 63% dos artigos publicados. Isto demonstra o grau de concentração dos estudos sobre população e mais ainda com relação aos estudos de população urbana.

No caso do Brasil, a relação revela uma pobreza acentuada onde, apenas uma publicação, o Boletim Geográfico, que representa 12,5% do total delas, responde por 47% dos estudos sobre população urbana e por 50% das populações não urbanas.

O estudo da frequência dos artigos sobre população, através do tempo é também significativo para este tipo de inventário. Esta análise permitiu avaliar os períodos de maior produtividade bem como a intensidade das variações no volume de publicações. A tabela e o gráfico apresentam, em seguida, a intensidade destas variações:

<u>Ano</u>	<u>Pop. Urbana</u>	<u>Pop. não Urbana</u>	<u>Total</u>
1960	9	10	19
1961	5	17	22
1962	10	19	21
1963	10	25	35
1964	7	16	23
1965	20	16	36
1966	14	13	27
1967	16	27	43
1968	14	19	33
1969	13	19	32
1970	15	16	23
1971	22	23	38
1972	35	23	58
1973	30	16	46
1974	24	21	45
1975	27	23	50
	271	298	569

Tabela 5 - Distribuição dos trabalhos sobre população em geral e população urbana entre 1960 - 1975.

Uma simples observação do gráfico permitirá ao leitor avaliar o caráter crescente, não só em números absolutos mas também em números relativos dos estudos que envolvem as populações urbanas. Este crescimento contínuo dos estudos de população urbana é uma resposta às razões que inicialmente o ferecemos para a aceleração desta categoria de pesquisa, a partir da década de 60

O crescimento das cidades e o papel das mesmas na organização espacial tornam, para o geógrafo, todos os estudos que envolvem as áreas urbanas e dentre eles o da população, indispensáveis à explanação do sistema espacial.

O elenco de títulos constantes do anexo II, revela uma grande variação da temática estudada dentro do campo da população urbana. Assim, enquanto os estudos de população não urbana aparecem relacionados a estudos agrários, do habitat, da colonização, etc., aqueles sobre população urbana procuram interpretar aspectos significativos para a ordenação espacial através do planejamento, considerando tanto os seus

aspectos sociais quanto os econômicos.

Por razões práticas e teóricas, o estudo concen -
trar-se-á na análise dos conteúdos das populações urbanas. A
intensidade do fenômeno, dada a sua frequência, bem como sua
importância como fonte orientadora para os estudos da cidade
de Marília, torna o mesmo necessário.

O que tem sido feito de semelhante e de diverso em
relação aos 271 títulos sobre população urbana aqui cataloga
dos? Qual a temática mais frequente? Quais as possibilidades
de reaplicação das técnicas utilizadas a novos estudos? Quais
os problemas e as dificuldades que se apresentam para o estu
do de populações concentradas em áreas urbanas?

O estudo que se segue tem como objetivo ordenar e
sistematizar um conjunto de textos, esparsamente divulgados,
em diferentes periódicos, dando a eles um tratamento que per
mita uma visão de conjunto. Operacionalmente desejamos obter:

1- a apresentação de um inventário de 31 (i) dife
rentes periódicos, para um período de 15 anos, quanto aos es
tudos no campo de população urbana;

2- uma listagem organizada do material disponível
para reflexão e, com isto, contribuir para futuros pesquisa
dores;

3- a identificação de tendências tipológicas dos
diferentes estudos de população urbana em geografia;

4- uma avaliação da eficiência dos métodos e técn
icas aplicadas;

5- uma verificação das possibilidades de reaplica
ção dos estudos feitos, segundo os diferentes conteúdos, bem
como pelos métodos utilizados, às novas investigações.

(i) - Foram deduzidos os periódicos que, embora selecionados,
não continham nenhum artigo sobre população urbana.

Isto tudo pode, a muitos, parecer pretencioso. Respeitamos este ponto de vista mas isto não invalida o estudo, como uma exercício de investigação. A geografia para progredir necessita, e muito, de tarefas desta natureza.

Os textos numa caracterização geral

Os 271 textos submetidos à análise apresentam diversidades. Algumas menos significativas, como a da extensão, da origem das populações onde estão incluídos, das datas, dos autores, etc.. Outras, altamente relevantes, como os tipos de espaços, compreendendo-se, aqui, não só as áreas nominalmente mencionadas, mas, espaços em suas diferentes categorias, as técnicas utilizadas, etc..

Incluem-se, também, nesta análise, as reflexões teóricas a propósito do tema população em geografia e os estudos sobre técnicas específicas, destinadas a obter uma maior eficiência nos estudos dos valores populacionais, espacialmente projetados.

Aparentemente, a gama de assuntos é bastante variada, mas, não chega a produzir 271 individualidades. O uso de critérios determinados permitiu um agrupamento mais ordenado, tornando mais eficiente o aproveitamento do até aqui pesquisado mas, profundamente disperso.

A diversidade dos conteúdos, as variações nas técnicas e nas abordagens permitiram o agrupamento de muitos dos estudos. A escala de área adotada, o caráter repetitivo dos conteúdos, e as técnicas de análises utilizadas foram também alguns dos critérios que permitiram estabelecer uma classificação dos textos.

Resumidamente procurou-se organizar a temática de população urbana de forma a avaliá-la em conjuntos que, ao lado da facilidade do estudo, permitissem a tarefa de rela -

cionamento com o restante da ciência. Procuramos fazer o que propôs Zelinsky (1966):

"There is no escaping the thesis that the pursuit any significant question in population geography inevitably familiarizes the student with every aspect of geography and its neighboring fields" (p. 53).

Todos os aspectos acima considerados conduziram o processo de classificação, estabelecendo-se, em decorrência, as seguintes categorias de temas:

- 1- Estudo das variações dos dados populacionais para conjuntos de cidades.

Trata-se de estudo das alterações dos valores populacionais urbanos num processo confrontativo quer espacial quer temporal. Esta modalidade de análise é indispensável à compreensão dos estudos das variações de uma única cidade. Neste caso, ela deve ser vista no conjunto onde está situada.

Não temos dúvidas de que estudos desta natureza padecem de inúmeras deficiências intrínsecas e extrínsecas e dentre elas, as mais graves são as impossibilidades das comparações dos dados de forma correta e as deficiências na espacialização dos valores. Existiriam igualdades entre populações de duas cidades de idênticas dimensões? As diversidades entre as populações de duas cidades estão centradas nas diferenças dos valores absolutos de suas populações? Para ambos os casos, a resposta é não. Isto porque como indicamos à página 99, as diferenças espaciais da população guardam mais relação com a quantidade das qualidades do que apenas com a quantidade (valores absolutos) em si mesmos.

- 2- Estudo dos valores populacionais individualizados.

O estudo das variações dos valores populacionais em cada unidade urbana envolve preocupações mais restritivas

Enquanto na categoria anterior o foco estava no sistema urbano, aqui o interesse é por casos particulares, mesmo que o estudo tenha sido desenvolvido de maneira a contribuir para a generalização.

Dependendo da modalidade de desenvolvimento imprimida à esta categoria de estudo, ela passa a ter grande significância para a avaliação, não só dos valores absolutos de população mas, também, em relação aos estudos sobre o controle do meio ambiente, do desenvolvimento técnico e da organização social das cidades. Todas as cidades em crescimento necessitam de estudos especializados quanto a estas características. O sucesso ou o insucesso do crescimento urbano está relacionado à correção dos desvios percebidos, e isto depende de uma perfeita compreensão da estrutura e funcionamento de sua população.

A análise dos estudos populacionais urbanos aqui categorizados revelou um caráter repetitivo para determinados temas. Isto permitiu distinguir os seguintes sub-tipos:

2.1 - Estudo das variações dos valores populacionais numa abordagem predominantemente cronológica, quer considerando uma cidade, ou um conjunto delas desde que contíguas. As variáveis básicas consideradas foram: natalidade, fecundidade, mobilidade.

2.2 - Estudos das distribuições espaciais da população urbana e de suas características. Este tipo de estudo avalia os padrões gerados pelas diferentes formas de distribuição das diferentes populações dentro do espaço, as razões geradoras e a permanência ou não de determinadas tendências. Como a quantidade de atributos que pode caracterizar uma dada população é altamente variada, o volume e a diversificação dos trabalhos são também acen -

tuados.

2.3 - Estudo específico sobre densidades demográficas.

As densidades são resultantes de diferentes distribuições espaciais das populações sobre o espaço. As diferentes formas de avaliar o relacionamento, população versus espaço de suportação, associadas às técnicas utilizadas, permitiu que se fizesse um destaque em relação a esta categoria de estudo. Em caráter preditivo, o estudo, principalmente sobre tipos de densidades desejadas ou possíveis para determinados espaços, interfere profundamente em todo o processo de planejamento.

2.4 - Estudo das migrações interurbanas e intraurbanas.

É a avaliação do volume, tendência, forças, etc. que atuam na redistribuição das populações. Todos estes aspectos são significativos para a explanação da estrutura e funcionamento do espaço urbano, tanto o atual como o futuro.

2.5 - Estudo dos movimentos de população.

A maior evidência da crescente importância da mobilidade das populações sem a transferência de seus respectivos centros de gravidade, as residências, está na intensidade crescente da mesma. A massa populacional envolvida, a direção, duração e tempo dos movimentos são os aspectos mais significativos para a explanação desta mobilidade.

3 - Estudos complementares: teóricos e técnicos.

Embora não pertencendo às mesmas categorias dos anteriores, a eles se relacionam, quer pelas reflexões a propósito do tema geografia da população, quer pelas técnicas aplicadas aos valores demográficos visando sua compreensão.

Não se pretende, com o estudo, apenas buscar originalidade mas sim, novas orientações nas pesquisas neste campo. Estariam ocorrendo mudanças nos estudos sobre população dentro da geografia? Quais são eles? Quais as direções das mudanças? Por que?

A figura abaixo sintetiza o volume produzido segundo as diferentes categorias. Simultaneamente fornece uma noção da hierarquia nos estudos. Aqueles que abordam os movimentos, bem como aqueles que avaliam as densidades das populações urbanas, compõem o ápice do triângulo. São temas recentes, em geografia da população, pouco estudados e, portanto, numericamente muito diversos daqueles voltados para o simples crescimento.

ESCALA 1 Cm = 3 ARTIGOS

ORG. O. S. G.
DES. GILBERTO D. HENRIQUE

Gráfico nº 7 - Distribuição dos temas dos periódicos inventariados segundo a classificação.

Quais as características básicas de cada um? Qual é sua importância e volume no conjunto dos estudos populacionais urbanos? As respostas a estas questões serão analisadas a seguir, através de um estudo detalhado para cada uma das categorias propostas.

Estudo das variações populacionais
para conjuntos de cidades

Um elenco de 36 diferentes textos compõe este setor do estudo. A característica básica desta categoria está na preocupação com o que está ocorrendo, com os valores urbanos, em grande escala espacial. É inquestionável o valor destes estudos para o geógrafo da população, menos pelas variações dos números em si mesmos, mas pelos tipos de mudanças provocadas e pelos arranjos que acabam por produzir.

Os geógrafos estão sendo forçados por circunstâncias predominantemente econômicas, a preocupar-se com as aplicações de sua disciplina na resolução dos problemas do mundo real. Alguns destes problemas tem um caráter particular de determinadas áreas, enquanto outros são de ocorrências mais generalizadas e, neste último, enquadra-se o estudo da urbanização em qualquer área, ou do mundo em conjunto. Isto é o que refletem estes textos através de seus conteúdos.

Sob esta aparente unidade, crescimento dos valores populacionais urbanos, esconde-se uma gama muito grande de temas e problemas para o estudo. Agrupamos em dois conjuntos os diferentes tipos de problemas:

a- deficiências quantitativas dos inventários oficiais das populações urbanas. Esta deficiência se acentua mais ainda sempre que as unidades estudadas sejam de espaços diferentes;

b- dificuldades qualitativas dos mesmos dados, pois critérios diversos quanto à conceituação de cidade impedem que os estudos sejam comparativos.

Ao lado destas duas dificuldades básicas, inúmeras outras existem, embora de caráter menos amplo. Assim poderiam ser acrescidas as formas de abordagem de um mesmo conteúdo, técnicas aplicadas, etc.. Nesta análise avaliamos as contribuições quanto à escala espacial, aos conteúdos e as formas diversas de abordá-los.

A análise em escala mundial foi a menos privilegiada nesta categoria. Estudos em escala mundial, de variações dos valores populacionais urbanos, são raros. O que temos, em regra geral, é a apresentação destes valores sobre as várias áreas do mundo, mas isto não permite rotular estes trabalhos de geográficos. Razões já destacadas de mudanças de critério para classificar o urbano e o não urbano são um obstáculo, embora não intransponível.

Dos estudos apresentados neste trabalho, apenas o de Gibbs (1961) é que efetuou simultaneamente uma análise sobre 906 áreas metropolitanas do mundo. Entretanto, trata-se de um estudo que efetua destaque apenas para uma categoria de cidade: as das áreas metropolitanas. O espaço é o mundial, mas o fenômeno é a excessão.

A totalidade restante dos estudos cuida da análise das variações urbanas dentro de cada país do mundo, dentro de regiões de um mesmo país, ou mesmo em sub-regiões, embora os dois últimos sejam mais raros no conjunto.

Nominalmente, os Estados Unidos, a U.R.S.S. e a França são, respectivamente, os três principais países mais investigados. Isto pode ser explicado, em parte, pela maior eficiência censitária de cada um, bem como os avanços ocorridos nos estudos de população. A investigação mostrou que os principais trabalhos no campo de geografia da população têm, nesses países, suas origens.

Inúmeros estudos isolados sobre o Congo, a Tangâni

ca, o Egito, et., na África, quase sempre representam pesquisas efetuadas por autores alienígenos. Raros são os estudos de autores locais.

A principal razão observada para o desenvolvimento deste tipo de estudo está ligada a uma maior homogeneidade interna, dentro de cada país, quanto à classificação dos lugares urbanos, associada à acessibilidade de estudos em espaços nacionais. Além disto, as tentativas de elaboração de modelos de desenvolvimento econômico marca a maioria dos países menos desenvolvidos. Uma das variáveis a considerar nestes modelos é a demografia urbana.

Um conjunto de estudos assim tão dispersos não permite, entretanto, uma visão global do fenômeno urbano no mundo. Isto, mesmo que a totalidade das áreas tivesse sido beneficiada com estudos desta natureza.

Seria necessário que as pesquisas pudessem ser agregadas em escala crescente: país, continente e mundo. Tal orientação se faz necessária quando se pensa no uso prático da ciência pois, embora divergentes, os critérios de definição urbana, há toda uma convergência de problemas da mesma natureza nestas áreas. Pensando na eficiência dos estudos, esta convergência deve prevalecer sobre aquelas divergências.

Quando se procura analisar as variações dos valores populacionais em um estudo comparativo, é necessário que se comece pelo inventário das quantidades das mudanças. Um grande grupo de textos inventariados pode ser mencionado neste tipo de análise. Os trabalhos de King (1967), Carvalho (1961), Pailhé (1973) ou Harris (1971) seguem esta linha de desenvolvimento em seus estudos. O primeiro utiliza da técnica de análise discriminante para estudar o crescimento urbano, enquanto os três últimos desenvolvem seus estudos, sobre crescimento de cidades, no Brasil (estado da Bahia), na França e na U.R.S.S.

Embora este tipo de análise seja indispensável a qualquer outro estudo de população urbana, não deve constituir-se num fim em si mesmo, mas sim, numa etapa. Vem em nosso

apoio o fato de que, nos estudos de população urbana, valores semelhantes, num determinado momento, podem, na verdade, ser resultantes de fatores diversos. Apenas momentaneamente eles são coincidentes e isto deve ser preocupação do geógrafo da população, se deseja entender o processo e não apenas o fato.

Os estudos desenvolvidos dentro desta orientação facilitam os trabalhos de explanação das razões das mudanças, pois, avaliando os processos ter-se-á que considerar não apenas as alterações dos valores brutos, mas, também, as alterações nas qualidades.

As populações urbanas indicadas pelos levantamentos censitários representam um número bruto que precisa ser detalhado para que possa ser reconhecida sua diversidade. A variação de características de uma população e o caráter repetitivo de alguns textos, permitiram que alguns autores tivessem preocupações, a nível de detalhe, com "determinadas populações" dentro do volume global nas diferentes áreas urbanas. Marcam estes tipos de estudos trabalhos associados às questões sociais.

Hart (1960), estudando a evolução da distribuição numérica de negros nas cidades americanas, Rose (1965) com estudo de idêntica natureza, ou Kiang (1963) avaliando a contribuição das migrações para metropolização das cidades americanas.

As preocupações com os atributos econômicos das populações vistas nesta escala foram quase inexistentes. Todavia, o estudo da força de trabalho dentro das áreas urbanas tem, não só um caráter prioritário, para qualquer finalidade prática do estudo, como também apresenta marcante caráter interdisciplinar. Chaline (1967) foi o único a oferecer exemplo de estudos onde variações temporais de atributos econômicos são consideradas em maior detalhe.

Também não deixou de ser contemplado, nestes estudos, o papel das mudanças históricas e políticas nas questões do crescimento ou redistribuição das populações urbanas. Nes

tes casos, a preocupação é a de avaliar os efeitos dessas ocorrências sobre tendências gerais e especiais das populações em determinadas áreas. É certo que guerras, revoluções, independência política, etc., exercem influência nos valores populacionais. Dois textos, dentre os inúmeros aqui relacionados, merecem destaque: Venetier (1962) estudando a urbanização no Congo, suas consequências e, especialmente, as diferenças verificadas entre os períodos pré-colonial e pós-colonial. Ao lado dele, Guttierrez (1961) estabelecendo relações entre as modalidades de crescimento populacional no México e suas correlações com as fases da revolução mexicana.

Ainda no campo dos estudos sobre variações populacionais, para conjuntos de cidades, merecem destaque os inúmeros trabalhos cujo objetivo fundamental não foi o de estudar determinada cidade. Este aspecto foi secundariamente analisado, quando o fim básico era testar a eficiência de técnicas específicas de valores demográficos. O que pudemos analisar, mostrou quanto a este aspecto, as seguintes características:

1- o caráter recente desta orientação. Quanto mais antigo os textos, menores são as probabilidades de se caracterizarem desta forma. Isto é uma consequência não só da evolução da geografia, mas das ciências sociais em geral. É interessante observar que enquanto os trabalhos mais antigos classificam núcleos urbanos em função de sua gênese, ou da localização, minimizando a variável populacional, os mais recentes estabelecem classificações a partir de análises multivariadas das populações;

2- a larga predominância de uma literatura americana, australiana ou soviética, em detrimento de autores de outras áreas. Assim é que temos Harris (1971) abordando as múltiplas relações entre revolução urbana e revolução demográfica, Aldskogins (1970) com a aplicação de técnica estatística multivariada no estudo da população, Moockherges (1969) e Fow

ler (1972) estudando a questão do "rank-size", dão bem a unidade de medida da importância desta categoria.

Foram as técnicas adequadamente escolhidas e corretamente aplicadas que permitiram certos agrupamentos nos estudos. Não pretendemos esgotar, aqui, este assunto. O rol dos textos inventariados, bem como as sugestões aqui apontadas, permitirão novas reflexões e ordenações para estes mesmos textos, a partir de critérios diversos dos aqui utilizados.

Estudos sobre variações de cidades isoladas ou de regiões metropolitanas

Confrontando-se o conjunto de textos passíveis de análise nesta categoria com os da anterior percebe-se, como já foi mencionado, que estamos diante de uma questão de variações de escalas geográficas: variações nas escalas de áreas e variações nas escalas de volume de população.

Quanto a este aspecto, os geógrafos frequentemente determinam suas próprias escalas e asseguram que mediram aquilo que disseram que iam medir. Na ciência geográfica, escala significa mensuração e, poderíamos acrescentar, que deve significar precisão de mensuração. Mede-se um mundo real através de observações para obter em seguida hipóteses e teorias. Os estudos de populações urbanas em caráter isolado só terão validade se forem conduzidos dentro destas perspectivas.

Como foi possível deduzir do inventário efetuado, a maioria, realmente, mais de 80% dos casos, foi efetuada à pequena escala areal. Nosso propósito é o de examinar os estudos efetuados nesta escala.

A importância deste tipo de estudo é primeiramente dada pelo volume de textos com esta característica. Deles,...

154 procuram estudar características individuais da população de uma cidade ou no máximo, de um conjunto metropolitano. Em qualquer dos casos as distâncias são minimizadas, especialmente para os segundos.

Estes estudos são justificados não só pela acessibilidade do pesquisador, às unidades urbanas, como também pela emergência de problemas específicos em cada cidade em particular. Assim, o problema do crescimento urbano é universal mas o do "commuting" não o é. A taxa de declinante de mortalidade urbana é um dado genérico, mas a concentração de negros em parcela destes espaços não. Desse modo, é válida a elaboração de estudos de população urbana, tanto a nível macro (conjunto de cidades) como a micro (cidade isolada ou no máximo comunidade metropolizada). Eles se completam.

Em função do volume de estudos e das variações dos temas, bem como da predominância de alguns, classificamos em cinco grupos:

- a- as variações dos números;
- b- distribuição espacial dos atributos das populações urbanas;
- c- estudo específico sobre densidades demográficas;
- d- migração inter e intra-urbana;
- e- movimentos intra-urbanos.

As variações dos números

O estudo das variações dos valores das populações urbanas pode, como já analisamos, ser efetuado em conjunto ou individualizado.

A variação dos valores populacionais globais das áreas urbanas é a base de toda a avaliação posterior sobre

as modalidades de mudanças, bem como sobre as variações específicas de certas características particulares desta mesma população. Segundo Hauser (1976),

"o tamanho da população constitui fator essencial do desenvolvimento urbano, pois é indispensável à existência de qualquer aglomeração de seres humanos, um número mínimo de habitantes para que a vida em grupo possa ser sustentada e para se atingir grandes agregações urbanas, relativamente grandes populações globais são requeridas. Da mesma forma, o ambiente deve ser passível de controle, no sentido de que ofereça pelo menos um mínimo de condições à vida gregária" (p. 1).

Dois aspectos devem ser destacados da afirmação: o estudo do desenvolvimento urbano está vinculado ao tamanho de sua população e à necessidade de controle do ambiente. Em síntese, as variações dos números e suas interrelações com a organização e funcionamento do sistema ambiental.

As áreas urbanas constituem-se, para o mundo todo, a menor divisão civil e política de registro de valores censitários. O fato da análise envolver apenas uma unidade urbana, não significa, a priori, simplificação do problema. A questão da comparabilidade de dados repete-se aqui, como no caso dos estudos dos sistemas urbanos. As diferenças que dificultam a comparabilidade podem ser fundamentadas nas seguintes características: variação de nomenclatura; definição e demarcação dos limites da cidade e critério ou valor do critério para considerar uma unidade no "status" de urbano ou não.

Do inventário efetuado, 22 diferentes textos são classificáveis nesta categoria. Embora predomine a análise de cidades européias, algumas poucas norte-americanas e ra-

ras asiáticas e sul-americanas, foi possível estabelecer -se uma certa identidade entre as diferentes contribuições.

Uma característica comum destes estudos está na utilização dos registros censitários para a avaliação das variações dos números. Contudo, deficiências em determinadas fontes de informação ou interesse por períodos de crescimentos mais agudos fizeram com que diferentes autores tivessem preocupações que raramente ultrapassaram mais de uma ou duas décadas. Excessão se faz para o trabalho sobre a comunidade de Sainghin-en-Melants na França, abrangendo o período de 1665 até 1851, elaborado por Deniel e outro (1965). Trata-se de uma análise inteiramente retrospectiva.

Neste tipo de estudo a dimensão temporal é importante, pois, é através dela, que poderemos ver revelados os comportamentos passados dos números e indagar sobre suas futuras tendências. Acresce-se ainda o fato de que diante da forma como os dados de população chegam à geografia, são estes os estudos relativamente mais fáceis de elaboração.

A avaliação das tendências mais recentes, na maioria dos textos, está ligada não só a caracterização de atualidade do estudo, bem como no uso imediato deles para as soluções de problemas urbanos. Neste caso, encontram-se os estudos sobre Nápoles efetuados por Coquery (1963) comparando aspectos do crescimento populacional e taxas de emprego; Jeans (1961) avaliando as mudanças na distribuição da população em Sidney, Austrália, em função da demanda de terras, bens e serviços; e Commons (1974) fazendo um estudo comparativo entre as diferentes parcelas nas quais a cidade do México está dividida censitariamente.

Como os estudos foram efetuados comumente em cidades em crescimento rápido, associa-se a eles a questão migratória. A quase totalidade das investigações aqui analisadas aborda a questão migratória como variável indispensável à explanação do crescimento.

Alguns avaliam apenas a relação diferencial do cres

cimento entre o aumento vegetativo e o social, como Massahau e Kyushu (1968). Outros atingiram níveis mais detalhados ainda. Variando de país para país, estes estudos são muitas vezes mais imprecisos, pois envolvem registros migratórios deficientes, ou às vezes nem mesmo disponíveis para os pesquisadores. Como consequência, surgem trabalhos que, reconhecendo estas deficiências, propõem alguma metodologia destinada a eliminar, pelo menos em parte, os problemas decorrentes das fontes de informação.

Vários autores deram importância à estrutura sócio econômica que resultam nas variações populacionais. Importa não avaliar apenas o quanto diminui ou aumentou, mas mais ainda, verificar as alterações no comportamento social e econômico de uma população. Este tipo de análise quase sempre conduz a resultados desconcertantes, pois, o aumento da população global não é acompanhado proporcionalmente pelas alterações nas características sociais ou na estrutura da força de trabalho.

Esta situação serve para comprovar a significância dos estudos migratórios para a compreensão do crescimento urbano. Certamente as características seriam diversas, se a única força atuante fosse a do crescimento vegetativo.

Como exemplos mais raros de pesquisas sobre a evolução da população urbana, temos os estudos que procuram estabelecer uma correlação entre o tamanho da população urbana e o tamanho do espaço urbano. Estes estudos são importantes para as questões de uso e desuso de tais espaços. Como conclusão de alguns deles, ficou registrado que nem sempre o crescimento populacional implicou na correspondente expansão do espaço urbano.

Geralmente este tipo de pesquisa teve desenvolvimento sob a orientação de geógrafos preocupados com a aplicação das investigações que efetuaram. Há exemplos de contribuições de geógrafos americanos, ingleses, suécos ou canadenses: Ajo (1968) estudando a população das franjas peri-urbanas em Minnesota - USA, e Thomas (1960) o crescimento dife -

rencial e área urbana de Chicago.

Apesar da relativa variação dos tipos de estudos preocupados com as oscilações dos números urbanos, não foi possível constatar, paralelamente, um desenvolvimento de técnicas mais eficientes para estas análises numéricas. Regra geral, as afirmações são fundamentadas nas variações absolutas dos valores populacionais considerados.

Não há, muitas vezes, preocupações mais profundas em delimitar o ritmo de crescimento, em correlacionar o ritmo com os tamanhos populacionais urbanos, ou com as velocidades de crescimento. Todos eles passíveis de estudos a partir dos números inicialmente utilizados.

Como técnicas mais comuns temos as cartas de densidades de população urbana de Nápoles, Sidney e cidade do México efetuadas por Coquery (1963), Jeans (1961), Commons (1974), até as mais raras como os estudos de medidas de dispersão populacional, Ajo (1968), cartas de correlação entre níveis de renda e distribuição de população não branca em Lancaster, Levy (1973).

A contribuição de Racine (1967) ultrapassa os limites da descrição e utiliza técnicas especiais para mostrar as tendências de urbanização em Montreal e a participação de sua população no conjunto regional. Belanger (1972) estudando também a área perimetropolitana de Montreal utiliza a análise fatorial para estabelecer uma classificação da participação de cada unidade no conjunto elaborando, com os resultados, uma série de cartas para mostrar o que chamou de "vagas de expansão".

Como conclusão poderemos afirmar que os trabalhos aqui analisados apresentam grande variação que oscila entre um descritivismo clássico, ou seja, a avaliação da sucessão de valores fornecidos pelo censo, até uma minoria que procura evidenciar técnicas mais eficientes para abordar o assunto.

Distribuição espacial dos números de
população urbana e de seus atributos

Sob este título vamos encontrar grande parcela de estudos dentro do campo da população urbana. O montante destas contribuições revela que, nas tarefas de compreensão das estruturas e evoluções urbanas, é indispensável compreender-se as modalidades de distribuição dos valores populacionais, associados aos atributos destes valores.

As alterações apresentadas pelos espaços urbanos estão vinculadas à estas duas formas de distribuição. A dicotomia é apenas didática. Alguns autores preocupam-se com a simples distribuição dos números populacionais por unidades de espaço das áreas urbanas, os bairros, centro, etc. Outros, na tentativa de explicar as distribuições, procuram verificar os atributos associados aos números absolutos. Assim, por exemplo, onde estão nas áreas urbanas as populações proprietárias de suas residências? Certamente, esta será uma área menos sujeita ao processo migratório intra-urbano.

Temos, deste modo, dois pontos básicos para encerrar este grupo de estudos: primeiro a distribuição dos valores sem, necessariamente, uma avaliação das suas qualidades, e, segundo, a caracterização ou qualificação destes valores distribuídos de acordo com diferentes atributos que possuam.

Quando procuramos avaliar a distribuição da população em área urbana, tanto poderemos considerar a distribuição dos números em si mesmos, como a dos números qualificados pelos atributos populacionais. Neste caso, considera-se não a distribuição da população total, mas da população economicamente ativa, da população infantil, das que apresentem altos níveis de renda, etc..

No caso da distribuição dos números absolutos, temos uma maneira exageradamente "democrática" de ver as ocorrências. Todos os números têm o mesmo peso. Como consequên -

cia, a explicação das distribuições nunca será correta, pois, os atributos populacionais são indissociáveis dos valores brutos.

Das contribuições inventariadas neste título, estabelecemos alguns agrupamentos:

a- distribuição da população tendo em vista a estrutura residencial,

b- distribuição da população segundo as estruturas etárias,

c- distribuição populacional resultante de processos migratórios extra urbanos intensos,

d- distribuição da população segundo características étnicas,

e- distribuição de ocorrências de natureza social ,

f- distribuição populacional segundo classes de atividades exercidas,

A estes acrescentaríamos mais um indiretamente aqui classificado:

g- distribuição dos espaços segundo as diferentes formas de atuação das populações.

Embora sem contemplar todos os possíveis atributos das populações urbanas, os trabalhos deram uma boa amostra da variabilidade das características, bem como da importância e da dominância de alguns. A ordem, aqui estabelecida, não obedece a um critério de quantidade de contribuições em cada grupo, mas sim a uma hierarquia de atributos que vão desde a estrutura residencial até a análise de distribuições envolvendo grupos populacionais, segundo as atividades econômicas exercidas.

A questão da estrutura residencial é essencialmente complexa, uma vez que a cidade é hoje o habitat predominante. Um dos problemas mais críticos com os quais se defrontam os

habitantes da cidade, bem como os que a pesquisam, é o que envolve os padrões de residência. Com base nesta consideração é que nos propusemos a analisar o tema em caráter prioritário.

As residências devem ser vistas num sistema de escolha que ao fim, resulta do comportamento dos residentes responsáveis por ela. O surgimento de áreas residenciais é fruto de uma somatória e de um interrelacionamento entre estes diferentes comportamentos. A explanação dos padrões residenciais tanto se relaciona aos moradores como às residências. Ambos alteram-se em qualidade e quantidade. Só a compreensão de ambos permite ao pesquisador explicar os padrões resultantes.

A maioria dos textos considerados revelou que, de maneira mais ou menos homogênea, os autores consideram: 1ª) a decisão de agir, de mudar, de avaliar a qualidade da residência e dos moradores; 2ª) o volume populacional considerado em relação à quantidade de unidades residenciais; 3ª) as residências em si mesmas caracterizadas pelos seus desenhos, custos de construções, etc.. Nosso interesse volta-se, principalmente para o segundo aspecto, subsidiariamente o primeiro.

A análise das distribuições de residências dentro das cidades revela que, neste espaço, as contribuições destacam desde uma falta de uniformidade na qualidade residencial urbana, como demonstraram Fudis e Linze (1960), até os estudos de detalhe sobre padrões residenciais nas áreas periféricas, conforme contribuições de Brandt (1974) e Barke (1974).

Razoável número de contribuições volta-se para as questões das dificuldades existentes nos estudos de padrões de distribuição residencial. Hartshorn (1971) destacou adequadamente o problema da ausência de uma fundamentação correta para explicar a estrutura residencial e, por consequência, os padrões de distribuição das populações nas áreas urbanas. Dentro deste mesmo espectro, Brooks e Peach (1975) enfatizaram a importância da contribuição dos geógrafos para a compreensão do problema, mas ainda sem respostas que possam ser consideradas totalmente satisfatórias.

Avaliadas as distribuições globais das populações urbanas do ponto de vista residencial, deve-se complementar os estudos com as diferentes distribuições de suas características. Uma das características focalizadas nos estudos foi a da distribuição das estruturas etárias. Através desta análise, é possível avaliar quais áreas da cidade possuem uma pirâmide populacional de base estreita ou larga, ou onde os percentuais de crianças são mais elevados.

Para Coulson (1968), que efetuou detalhado estudo para a cidade de Kansas City (USA), pouca coisa é conhecida sobre estas distribuições etárias de população dentro das cidades. Isto, apesar das características de vizinhança e dos serviços da comunidade dependerem bastante do conhecimento destas estruturas e da dinâmica de suas alterações.

Técnicas de mensuração da homogeneidade ou não das populações urbanas, quanto a esta característica, foram apresentadas por Grenier (1974) ao estudar a preponderância da população infantil no centro da cidade de Quebec, bem como por Pruvot (1970), sugerindo um tipo de índice de mensuração de juventude para caracterizar a população de Montreal.

Devemos reconhecer que as contribuições neste campo, embora de grande valor prático, são bastante escassas. Uma das razões desta deficiência está na ausência de informes estatísticos de natureza detalhada e de boa qualidade que permitam aos geógrafos, bem como a outros cientistas, realizar estudos sobre o tema.

A geografia poderia efetivamente contribuir sugerindo, aos elaboradores dos censos em cada país, alternativas para medir populações urbanas, de tal maneira que, sem deixar de responder as questões censitárias fundamentais, permitisse maior flexibilidade de uso dos valores coletados e maior detalhe e eficiência nas interpretações.

Sob o título, aparentemente unitário, de contribuição de ocorrências sociais, temos, na verdade, um grande espectro de atributos populacionais, envolvendo características bem díspares. Um tema foi o dominante nas contribuições: a

questão da segregação racial e das concentrações de minorias étnicas, dentro de áreas urbanas, seus problemas e consequências.

O estudo sobre o significado destas minorias está ligado, principalmente, aos geógrafos norte-americanos. Os trabalhos de Rose (1970), Deskins (1972), Morrill (1965) e Zelder (1970) representam variada contribuição para a compreensão do problema dos "ghettos", suas características e distribuições espaciais nas cidades. A discussão envolve, geralmente, os padrões de relações entre as residências de brancos e não brancos, especialmente os negros, a questão da renda, tamanho e composição diferencial das famílias e estabilidade no emprego. O trabalho de Zelder (1970) vai além com um estudo sobre o mercado de residências e a desvalorização das propriedades com a instalação de "ghettos" em parcelas do espaço urbano.

Este tema tem grande importância em alguns países do mundo. Não se pode deixar de indicar que os processos de formação de "ghettos" sejam resultantes apenas da dicotomia entre população branca e não branca, mas, sim, de população dotada de outras características, especialmente de natureza econômica com grande grau de disparidade.

Paralelamente ao tema de distribuição de grupos étnicos, surgiram os estudos sobre a ocorrência de delinquência: Scott (1967) e principalmente Valter (1969) que elaborou uma análise espacializada da ocorrência de distúrbios na cidade de Miami em 7.8.68. Tendo em vista uma ação eficaz dos administradores e planejadores, uma geografia da turbulência social deve ser elaborada para as áreas das grandes cidades. Afinal, o crime e toda a sorte de violências apresentam intenso processo de difusão espacial nestes tipos de cidades, importando conhecer seus padrões para depois buscar alternativas de interferência nas suas causas.

Integrados, ainda neste sub-tipo, temos os vários estudos a propósito da "favelização" do espaço urbano como de ocorrência de seu crescimento acentuado. Morris (1971) e Paris

se (1969) efetuaram ampla análise sobre este processo, na cidade do Rio de Janeiro e Marchand (1966), efetuou o mesmo tipo de trabalho para a cidade de Caracas na Venezuela.

Os estudos a propósito das distribuições de população economicamente ativa permitiram classificar o conjunto em dois grupos:

1ª) avaliação dos locais de residência de determinadas categorias de trabalhadores. Tratam-se de estudos de distribuição espacial das residências segundo categorias de trabalho exercido pelos membros da família;

2ª) a distribuição dos empregos dentro do espaço urbano. É um tipo de estudo que permite a avaliação do índice de dispersão dos empregos e contribui para o estudo da mobilidade da população intra-urbana.

O primeiro grupo de estudos assume importante papel para a análise da dicotomia local de residência e local de trabalho e homogeneidade ou não das áreas residenciais. O segundo permite avaliar a intensidade e os padrões de distribuição das diferentes categorias de atividades e classes de emprego dentro do espaço urbano.

Apesar da grande importância que têm estes estudos, são ainda raros em geografia da população e mesmo em geografia econômica, campo correlato que vem, lenta mas de forma crescente, dando importância ao estudo das populações economicamente ativas.

Há constantemente uma preocupação com as atividades econômicas em si mesmas e não com o volume, qualidade e localização dos empregos por elas gerados. Um trabalho foi classificado neste grupo: o de Reddy (1969).

Por último alguns trabalhos procuram avaliar mais as resultantes espaciais da ação humana do que a especialização dos homens e seus atributos. São estudos voltados para o modo como vem ocorrendo a fragmentação do "tecido urbano" ,

com uma avaliação dos desenhos já gerados e das forças geradoras onde a população tem o papel principal e o quadro de transformações ocorrentes interessa ser explicado.

Pesquisas deste tipo representam o elo de ligação entre os que visam apenas as populações urbanas e aquelas voltadas para a elaboração de planos do uso do solo. A inclusão destes estudos aqui é justificada pela qualidade resultante das ações humanas diversificadas que estas áreas apresentam.

Chevalier (1964) oferece um interessante exemplo deste tipo de estudo, aplicado ao arranjo espacial da cidade de Paris. Segundo ele é preciso efetuar este tipo de análise se se deseja uma população nova, numa repartição nova e numa sociedade também nova.

A análise de todas estas características avaliadas nesta parte deve estar perfeitamente integrada num estudo de população urbana. Apenas circunstâncias específicas e determinados momentos podem permitir que uma delas seja objeto de destaque. Embora destacada, cada uma, não deixa de conter muitas das características das outras.

Uma cidade envolve uma complicada estrutura social e econômica. A avaliação desta estrutura exige um conhecimento dos indivíduos que a compõem da posição de cada um no conjunto e das relações entre aqueles que estão colocados em posições diferentes.

O estudo das densidades populacionais urbanas

O gráfico apresentado à página 7 demonstra que este tema em conjunto com o estudo dos movimentos e migrações intra-urbanas, é inovação no campo das investigações sobre populações urbanas.

Densidade demográfica é uma forma de avaliação bas-

tante antiga em geografia. É uma avaliação de caráter incompleto, pois constitui-se de uma relação simplesmente quantitativa entre área e população. Por isto não expressa efetivamente valores de síntese sobre as características das populações urbanas. A melhoria deste tipo de relação depende de uma avaliação qualitativa dos espaços, bem como das suas populações.

Neste sentido é que começaram a surgir pesquisas sobre densidades qualificadas de população. Na densidade qualificada, as medidas derivadas podem realmente servir de unidade de avaliação das diferentes formas de organização espacial das populações.

Se observarmos das primeiras às mais recentes cidades do mundo, constataremos uma grande variação de densidades nas quais o homem viveu e vive. Nestas áreas, em uma curta distância linear, as densidades de população variam de umas poucas pessoas por Km² até muitas centenas, ou mesmo milhares, pela mesma unidade de área.

Segundo Haggett (1972) as cidades ocupam poucos espaços, mas o impacto que nelas ocorre, como fruto da ação do homem, é enorme.

"Despite the fractional percentage of the earth's surface occupied by cities, these high-density patches are having a profound effect in inducing environmental change. Within the cities, the replacement of rural land by cities proceeds faster as the cities grow larger" (pp. 144 - 145).

Abandonando assim o velho conceito de densidade populacional, $D = \frac{P}{A}$, onde P é a população e A a área, passa-se agora a uma fase que visa buscar a solução para o problema de avaliação das densidades, especialmente do ponto de vista qualitativo. Através deste novo procedimento procura-se obter generalizações e estabelecer os modelos de densidades, bem co

mo modelos desejáveis para determinadas áreas. São, estes últimos, os modelos normativos.

As diversas contribuições avaliadas sob o título de densidade urbana permitiram observar as tentativas dos vários autores em apresentar simplesmente modelos de densidade, outros modelos de crescimento das densidades e outros ainda, a associação de uma coisa a outra.

Todas as formas de avaliação de densidade são importantes para o estudo do impacto do homem sobre a superfície, estando a ela diretamente relacionado. Quanto maior for a densidade, maior deverá ser o impacto. Embora, este deva ser correlacionado à tecnologia de que dispõe a população naquela área.

Os estudos sobre densidades de população urbana são variados, quer quanto a área (escala), quer quanto as técnicas de mensuração utilizadas. Pomashkin (1967), Smolski (1962) e Brush (1968) apresentaram idéias simplificadas sobre crescimento das populações de Moscou, cidades indianas e dos Estados Unidos, onde, ao lado da avaliação do crescimento absoluto, aspectos relativos às densidades foram abordados e elaborados os mapeamentos respectivos.

Os principais textos que tratam do assunto variaram da análise de critérios de estudos de densidade, gradientes de população até os modelos de densidades. Smolski (1962) elaborou interessante contribuição com o uso de técnicas de coeficientes de correlação de postos entre população urbana, posição da cidade pela sua população e densidade populacional, sem que ficasse comprovado uma correlação entre as três variáveis.

A primeira contribuição para o estudo de população urbana elaborada por Clark (1951), abordava a variação da densidade de população sob a forma de uma regra exponencial negativa. Segundo os vários autores analisados, até a época do término deste inventário, 1975, o tema permanecia um tanto esquecido, pelo menos no âmbito da geografia já que em economia ou planejamento, ele continuava a ser explorado.

O estudo de Newling (1969) faz referência a uma revisão no modelo proposto por Clark, indicando que a densidade de população urbana não variava na forma proposta por ele, mas sim, declinava exponencialmente com o quadrado da distância. Foi este o único texto a discutir e contraditar outro a propósito do assunto.

Ao abordarmos os estudos sobre densidades, não podemos esquecer de que eles não têm apenas a função de teorizar a questão das variações dos índices resultantes da relação entre população e área. Isto seria apenas um exercício teórico. Assim, os estudos de densidade podem contribuir para a solução da questão da alocação ótima da terra urbana, para uso de transportes e residência visando minimizar os custos sociais da congestão urbana.

Segundo Newling (1969) as densidades populacionais urbanas variam no tempo e arealmente, dentro de uma cidade. Assim, o centro da cidade pode ser não o "pico" mas, a "crateira". A partir deste centro são estabelecidos perfis de densidades urbanas em sucessivos cortes, segundo estágios de desenvolvimento. De acordo com estes perfis, as áreas urbanas podem ser classificadas como jovens, maduras, com um mínimo de declínio dos valores nas áreas centrais, ou velhas, onde a zona central tem valores muito baixos.

Estas fórmulas de avaliação de densidades segundo os valores brutos, exigem um aperfeiçoamento através de outros níveis de relações entre variáveis. Dentre estes aperfeiçoamentos propostos temos os estudos de densidade residencial (pessoas por unidade de área residencial), ou densidade por dimensão de habitação (pessoas por unidade de área das residências). O primeiro, com um grande traço de generalização, enquanto o segundo com nível de mais detalhes. Com estas reformulações propostas pode-se estabelecer padrões de densidades mais ajustados às realidades das áreas urbanas.

Ainda, a propósito de variações nas fórmulas de avaliação de densidades de população urbana, Smolski (1962) refutou a afirmação comum de que as maiores populações apresen-

tam sempre as maiores densidades e que as pequenas cidades apresentam pequenas densidades. Para refutar tais afirmações, o autor estabeleceu correlação entre o tamanho da cidade e a densidade da mesma. Todos os exemplos estudados mostraram, en tretanto, casos em que não há correlação significativa entre o tamanho da população e densidade e casos onde ocorria for te correlação.

O campo de estudo de densidades urbanas permanece ainda embrionário, seja quanto a quantidade de estudos efetuados, ou quanto às inovações apresentadas. A maioria dos textos analisa os modelos de densidade urbana de maneira pre dominantemente comum, sem inovações.

Como a densidade é um conceito resultante das rela ções de no mínimo duas variáveis mensuravelmente díspares, é necessário que novos estudos se voltem para o tema. Deve-se, por exemplo, explorar melhor a questão da acessibilidade na ge ração de densidades, o custo da terra urbana, percepção am biental e as diferentes modalidades de pressões populacionais.

Segundo pudemos observar, a todos os trabalhos po deríamos endereçar uma pergunta: há efetivamente correlação positiva entre tamanho da população urbana, área da cidade e sua respectiva densidade?

Mobilidade populacional e a dinâmica urbana espacial

As áreas urbanas, apesar do espaço pouco significa tivo que possuem, são dotadas de uma intensa mobilidade de população. A dinâmica do espaço urbano tem, nas diferentes formas de mobilidade, grande parcela de sua justificativa.

Era nosso propósito, ao analisar este aspecto, con siderar apenas as migrações que se processam dentro de uma cidade. Tal raciocínio apoiava-se, em parte, no conceito de migração de Trewartha (1974):

"O termo migração tem vários significados. Mais comumente ele é considerado no sentido de implicar em movimento de alguma extensão que resulte em mudança da residência permanente" (pp. 166).

A partir deste conceito foi possível esquematizar a idéia de migração e diferenciá-la da de movimento conforme nosso desenho abaixo:

- A
- 1- residência original dos pais
  - 2- nova residência após o casamento
  - 3- nova residência após mudança de trabalho
  - 4- nova residência após a obtenção da aposentadoria, ou do casamento dos filhos

- B
- 1- residência
  - 2- local de trabalho
  - 3- local de estudo
  - 4 e 5- locais de compras

As mudanças de residência permanente, objeto da presente análise, é fenômeno que ocorre dentro de uma área urbana desde as individuais até as metropolitanas. Entretanto, a marcada intersecção entre a variável migratória interurbana e a intraurbana obrigou-nos, sob pena de cometermos erros gross

seiros, a ampliar o conteúdo submetido a análise, embora dando ênfase à segunda forma migratória.

De uma maneira geral, os textos considerados levaram em conta, de uma forma ou de outra, a importância da compreensão dos processos que criam os padrões locais de distribuição de população. Todos, embora de maneira diversificada, consideraram o papel das migrações tanto inter quanto intra-urbana no desenvolvimento e nas mudanças das áreas residenciais das cidades.

O passado, o presente e o futuro do caráter residencial da área urbana depende principalmente das constantes migrações para as cidades, bem como daquelas que ocorrem dentro dela. Os estudos avaliados procuraram responder a um conjunto de questões: qual a localização dos migrantes recém-chegados à cidade? Como o estatus sócio-econômico interfere nas migrações intra-urbanas? Quais as principais correntes migratórias dentro de uma cidade? Qual a média de movimentos migratórios para uma unidade familiar urbana? A compreensão da redistribuição das populações urbanas depende de respostas adequadas a estas questões.

Todos os autores analisados indicaram que a variável migratória passa a ter importância para a cidade sempre que a fórmula básica do crescimento, $P_1 = P_0 + (N - M)$ necessita para a explicação, ser substituída pela . . . . .
 $P_1 = P_0 + (N - M) + (I - E)^{(i)}$ A intensidade da diferença entre os resultados da aplicação de uma ou outra fórmula fornece a medida de importância do estudo migratório, numa dada área urbana. No caso das migrações intra-urbanas é necessário obter avaliações censitárias por setores da cidade. Isto, embora seja difícil, não é impossível.

Podemos afirmar, de maneira mais ou menos generalizada, que todas as contribuições exibiram de forma explícita uma ou algumas das seguintes preocupações: 1- a escala utilizada (áreas metropolitanas, cidades isoladas, ou mesmo só de terminados bairros); 2- deficiência das informações e a neces-

(i) P_1 =pop.no tempo 1, P_0 = pop.inicial, N =natalidade, M =mortalidade, I =imigração e E =emigração.

sidade de pesquisas diretas, sempre que a área seja dimensionalmente pequena; 3- ausência de uma teorização, são raras as exceções., sobre processos migratórios e sobre as migrações intra-urbanas em particular.

Levando em conta os diferentes conteúdos, bem como os aspectos abordados acima, agrupamos as diferentes contribuições em: 1- estudo sobre migrações para as cidades, quer as de origem rural quer as de origem urbana; 2- estudos sobre migração intra-urbana; 3- estudos envolvendo o estabelecimento de teorização sobre migrações.

As migrações para as cidades

Uma série de estudos, predominantemente descritivos, forma este grupo. A preocupação fundamental de todos eles está na avaliação real das características da área de origem e de destino, como foi proposto por Sternstein (1974), Beaujeu-Garnier (1961), ou Duhén (1968). Duhén, em sua contribuição, destaca que o estudo dos movimentos migratórios para as cidades tornou-se o objetivo favorito das pesquisas dos demógrafos e dos economistas. Nem sempre, nos estudos apresentados, aparecem critérios para selecionar o que é relevante e, em alguns casos, não há possibilidade de generalização a partir de muitos deles.

Três contribuições, abordando as migrações para as cidades, possuem características indicativas de que vão além de uma simples descrição e explicação dos números referentes a mobilidade das populações. Keown (1971) referiu-se à constância com que muitos estudos sobre migrações relacionam-se aos elaborados por Ravenstein (1885) quanto as "leis de migrações". A partir daí, ele sugere que o fenômeno migratório entre as cidades seja visto como diretamente relacionado à uma hierarquia urbana, até atingir as grandes áreas metropolita

nas. Sua análise envolve os aspectos migratórios para Western Southland - Nova Zelândia.

Na segunda contribuição temos o estudo de Scipione (1973) sobre a origem das migrações de estudantes em busca de universidades. O trabalho foi desenvolvido com base num modelo matemático para poder predizer a migração estudantil. Ao considerar como variáveis intervenientes neste processo migratório: distância, programas, currículo oferecido, residência, características sócio-econômicas, etc. o autor individualiza bastante esta modalidade migratória face aquelas motivadas pela busca de trabalho.

Knight (1975) oferece a terceira contribuição. Análise particularmente os comportamentos que levam a difusão e expansão da população negra nos Estados Unidos. A avaliação envolve, simultaneamente, a mobilidade individual e os padrões de agregação espacial. Através da investigação foi possível chegar às características das populações negras móveis, face as não móveis.

As migrações intra-urbanas

O estudo das migrações intra-urbanas tem um desenvolvimento mais recente que a modalidade anterior. Por isto as contribuições são mais escassas e seletivas quanto a origem. Sobre este último aspecto, predominam as dos Estados Unidos e Austrália.

As migrações dentro das cidades estão relacionadas às transferências de população, geralmente a curtas distâncias. O estatus familiar (posição dos membros da família), qualidade da habitação (zonas deterioradas ou não), estatus econômico (níveis de renda), densidade residencial (procura de maiores espaços) e estatus etário (distribuição por faixas etárias) são as principais variáveis consideradas pelos diversos

autores nas suas investigações.

Analisadas em separado, ou conjuntamente, todas elas interferem nas migrações intra-urbanas. O grau de preponderância de uma ou outra é que produz as diferenças neste processo migratório.

Longbrake (1970) com um estudo sobre Cedar Rapids (Iowa- U.S.A.), Adans (1969) avaliando a situação em Mineápolis e Morgan (1973) ofereceram as melhores contribuições que se ajustam às características destacadas.

O trabalho de Morgan (1973) intitulado: "Why families move's: a re-examination", merece um destaque de nossa parte. Este estudo envolve aspectos da psicologia social que afeta a mobilidade residencial intra-urbana. Em sua análise a partir do caso de Philadélphia, concluiu que dentre os fatores psicológicos motivadores da migração dentro das cidades três têm maior significado: amenidades do lugar, idade do chefe da família e dimensão das facilidades encontradas no lugar de origem e de destino. Para ele as idades no conjunto da família e o seu respectivo tamanho afetam a mobilidade, porque são indicadores do estágio do "ciclo familiar", interferindo portanto nas necessidades residenciais de seus membros.

Após considerar o que existe, desenvolve também técnicas de predição desta mobilidade à qual denominou de "potencial de mobilidade". O texto - Por que as famílias se movem ? deve ser encarado como uma das mais fundamentais contribuições aos estudos de migração intra-urbana. Nota-se que os estudiosos dos processos migratórios geralmente têm dado pouca importância às influências das variáveis analisadas por Morgan não obtendo sucesso na explanação do processo.

Finalmente, no âmbito da questão migratória, um grupo de autores, embora minoritário, tem efetuado estudos de natureza teórica sobre este tipo de processo migratório. A maioria deles procura mostrar que, nos estudos das migrações, alguns levam em conta a questão das distâncias enquanto outros a questão das oportunidades, mas nenhum chegou ainda a uma resposta satisfatória para o problema. São apenas indicações

de caminhos a serem percorridos.

Qual a relação entre o volume de pessoas nas áreas de origem e de destino? Como o volume migratório é afetado pela variável distância? Como diferentes formas de organização espacial contribuem ou não para acelerar processos migratórios? As respostas são importantes pois contribuem para a compreensão dos modelos de estrutura urbana, muitos deles considerados mesmo como modelos de migração intra-urbana, como é o caso do de Burgess e Hoyt (Garner - 1975, pp. 154-173).

O tema das migrações em geral e das migrações urbanas em particular permanece aberto, à espera de novas contribuições que auxiliem no esclarecimento de muitas questões, ainda duvidosas. Nos dias atuais, aumenta o interesse na geografia humana pelo estudo do comportamento migratório do homem, para melhor explicar os problemas espaciais. A maioria desses problemas é resultante dos comportamentos migratórios. Para o caso particular dos estudos de população urbana é preciso, com certa urgência, passar-se de estudos que simplesmente descrevem as formas das cidades, para aqueles que procurem compreender as forças construtoras das formas avaliadas.

Os movimentos intra-urbanos de população

O estudo do comportamento da mobilidade espacial humana tem revelado que na medida em que os deslocamentos a grandes distâncias e para grandes grupos populacionais foram progressivamente diminuindo, os de curta distância, associados a volumes ainda maiores, aumentam acentuadamente. As questões em discussão na atualidade como: transportes de massa, congestionamento espacial, etc. demonstram a importância destes estudos.

A industrialização e a urbanização foram difundidas pelo mundo e a partir daí, geógrafos, economistas e sociólogos

gos têm aumentado seus interesses nas muitas ramificações do problema da mobilidade intra-urbana bem como na interurbana. Julgamos que o geógrafo deve estar interessado na dimensão espacial dos movimentos. As características do segmento populacional que se move, o seu volume, as pressões espaciais que exerce e as consequências produzidas são todas características de um só problema: a mobilidade das populações.

Face às migrações, o movimento pendular não pode ser considerado um fenômeno demográfico, uma vez que ele não afeta diretamente o nível e a estrutura de uma população. Entretanto, ele é um fenômeno geográfico. Ele pode mesmo ser considerado como um substitutivo das migrações, ou como uma característica prévia das mesmas, uma situação que pode gerar a migração.

Efetuamos seu agrupamento em 4 diferentes tipos: estudos teóricos sobre a mobilidade da população, mobilidades interurbanas, mobilidades para as áreas rurais e mobilidades intra-urbanas.

Os movimentos, embora a curta distância, tem grande significado não só para a compreensão da forma da cidade, mas também para as formas de pressão sobre os eixos de circulação ou em determinados pontos. Considerando-se a residência como o centro gravitacional dos movimentos de cada indivíduo poderemos reconhecer alguns tipos deles de acordo com o objetivo e as direções.

Segundo Bailly (1974) o comportamento espacial da população depende da avaliação que cada um faz do seu arranjo. A cidade é um espaço complexo constituído de sub-espacos: residenciais, de serviços, de lazer, de cultura, de trabalho, transportes, etc. O funcionamento adequado deste espaço depende da maneira como cada parcela equilibradamente se compõem no conjunto e como as populações a vêem.

Estudar o comportamento móvel do homem urbano é avaliar o uso e o desuso que os diferentes grupos populacionais fazem de cada parcela do espaço. As distâncias entre residência e os diferentes locais de que se utiliza, bem como

o meio de circulação utilizado devem então ser avaliados.

Para Johnston (1972), os movimentos intra- urbanos dependem do limitado mapa mental da cidade que cada um possui.

Dentre os tipos de motivações para os movimentos indicados, a locomoção para o trabalho é de maior volume e mais permanente. Envolve um maior número de pessoas e implica na criação de um sistema permanente de locomoção. As análises de envolvidas por Vance Jr. (1960), Deskins Jr. (1972) e Wheeler (1970), voltam-se para o tema da mobilidade para o trabalho.

Dada a importância das viagens para o trabalho, bem como sua intensidade, é preciso melhorar sua compreensão para que se transforme em auxiliar das tarefas de planejamento, facilitando o processo de regionalização de uma cidade. Com pequenas variações, os diversos analistas do tema indicaram a necessidade de se efetuar um estudo sobre a distribuição dos empregos pelas diferentes categorias de áreas urbanas, o tipo de veículo e as vias utilizadas na circulação.

A mobilidade residência-trabalho liga-se ao desejo ou necessidade de cada um separar o local de trabalho do de residência em função de níveis de renda, acessibilidade de transportes e a possibilidade de custeá-los. A partir dessas variáveis é possível definir-se os custos tanto para o indivíduo como para a coletividade, resultantes desta mobilidade. Nos espaços das grandes cidades estes custos têm grande importância social.

Nesta categoria de movimento para o trabalho existe, ainda, especialmente nas áreas subdesenvolvidas, uma locomoção de pessoas a partir da cidade para a zona rural. São os trabalhadores de residência urbana mas de atividade rural.

Embora a questão seja bastante comum, de acordo com o critério adotado, apenas uma contribuição se enquadra nesta categoria, o trabalho de Ojo (1973) analisando o deslocamento para Yoru Baland na Nigéria. Para o caso brasileiro seria de recomendar que mais estudos fossem efetuados neste sentido, pois o fenômeno se generaliza.

Como consequência de numa determinada área da cidade

existirem atividades e uso do solo diversos, ocorre uma hierarquização dentro dela. Determinados espaços são mais dependentes do que outros. Esta hierarquização gera uma irregularidade e uma especialização nos serviços de cada parcela do espaço. Um arranjo desta natureza também é fator gerador de movimentos intra-urbanos.

As contribuições de Gehlen (1971) para o Rio Grande do Sul no Brasil, Bruyelle (1973) sobre o norte da França e Paviani e Barbosa (1972) avaliando a questão da mobilidade para Brasília - DF, podem ser classificados nessa tipologia. De todos eles, apenas o primeiro tem nítida preocupação metodológica mais do que com as ocorrências.

Os movimentos para abastecimento, as áreas de atuação de feiras e armazéns de abastecimento, bem como aqueles voltados para as escolas de todos os níveis não merecem análise de nenhum autor. Isto não quer dizer que não sejam significativos para a compreensão dos arranjos espaciais urbanos. Ao contrário, indicam apenas que a geografia continua ainda um tanto apegada aos fatos mais do que aos processos; mais nas grandes ocorrências do que na sua geração.

A intensa mobilidade das populações nas áreas urbanas está exigindo que elas sejam estudadas de maneira mais conveniente. Que se procurem fórmulas de teorização a este propósito e que soluções alternativas sejam oferecidas para uma maior eficiência do uso do solo urbano e de uma melhor qualidade de vida.

Algumas conclusões gerais puderam ser obtidas sobre os problemas dos dados para este tipo de estudo, as relações entre as realidades estudadas e o corpo de conhecimento sobre o assunto e ainda a utilidade dos mesmos para a solução dos problemas espaciais.

Ao lado destes, estudos que envolveram variações numéricas das populações urbanas, distribuições espaciais de atributos, densidades demográficas, migrações e movimentos, um outro conjunto vem completar a análise. Trata-se de textos que, ou se preocupam especificamente com as técnicas aplica -

das a manipulação dos dados de população, ou aqueles que procuram refletir sobre população no âmbito da ciência geográfica. Analisaremos pois mais estes dois temas complementares para os quais inúmeras contribuições foram efetuadas.

Métodos e técnicas em investigação

Muitas mudanças tem tido lugar na ciência geográfica nos anos mais recentes. Muitas delas tem ocorrido no campo da metodologia, enquanto outras no das técnicas utilizadas. Nos dois casos as mudanças estão relacionadas ao processo de teorização que ora se desenvolve na ciência.

Para Frejka (1973), a maioria dos problemas mais cruciais com os quais a humanidade deverá fazer face e resolver entre agora e o final do século, está relacionados não só ao crescimento absoluto da população mundial mas também ao índice de crescimento em relação a um padrão particular de disposição das populações, representado pelo índice de crescimento e concentração nas áreas chamadas urbanas.

Os estudos desenvolvidos ou a desenvolver, dependem primeiramente da qualidade dos dados que foram ou serão utilizados. É possível, através de técnicas estatísticas, melhorá-los, mas não é possível torná-los mais corretos do que são na origem.

Os dados utilizados podem ser classificados em dados primários, quando obtidos sobre o controle dos especialistas da ciência e os dados secundários, que derivam de fontes fora do controle do geógrafo. Estes últimos compõem a maioria dos informes utilizados em qualquer campo de estudo da geografia.

Avaliar onde e sob que forma os problemas aparecem, quais os aspectos devem ser explorados, que resultados são desejados, que métodos de observação, coleta e análise são re

levantes, exige a utilização de todo um conjunto de técnicas específicas. Todas estas questões envolvem a manipulação de dados demográficos para fins de explicação geográfica.

As técnicas apresentadas, embora não ofereçam respostas a todas as questões acima indicadas, servem contudo para mostrar a variedade que já vem sendo utilizada com maior ou menor sucesso nos trabalhos de pesquisa. O tratamento e as representações gráficas ou cartográficas dos dados de população permitiram a classificação dos textos em: técnicas estatísticas, técnicas gráficas e técnicas cartográficas.

Em princípio precisamos reconhecer que apesar da importância do tema da população urbana e da urbanização, há uma grande falta de conhecimento sobre estes processos. A falta de conhecimento adequado relaciona-se por sua vez, à falta de dados básicos para os estudos. Mesmo quando existem há uma ausência de técnicas adequadas que possibilitem a obtenção das explicações necessárias à compreensão dos problemas.

O inventário quantitativo destas contribuições revela grande desequilíbrio. Dos 27 textos selecionados, apenas três cuidam da representação gráfica, sete de técnicas de mapeamento e dezessete de técnicas estatísticas variadas para a análise de populações. Sendo significativo para a geografia a espacialização dos valores populacionais, concluímos que ainda há muito por fazer.

As técnicas estatísticas, representações gráficas e cartográficas

No conjunto, a primeira característica que se destaca na análise destas contribuições está na grande preocupação dos demógrafos, sociólogos ou economistas com os estudos dos valores populacionais urbanos. A influência dos estudos destas ciências se faz sentir em geografia. Assim é que as técnicas

cas que permitem avaliação futura de população, das tendências da natalidade e mortalidade, etc. são as contribuições mais comuns nos trabalhos dos geógrafos. São, desta natureza, os trabalhos apresentados por Aguillar (1969), Bisson (1975), Greenberg (1972) utilizando técnicas projetivas.

Como contribuições técnicas para os estudos da população urbana destacamos os trabalhos de Deskins e Symill (1967) e Charbonneau (1970). Deskins efetuou um estudo sobre o crescimento alométrico das cidades, estabelecendo uma analogia com a lei biológica a qual afirma que o crescimento relativo de um órgão "A", é uma função constante do índice de crescimento relativo do organismo total "P". Esta análise estabeleceu uma correlação entre a área e a população, tendo em vista a importância prática da delimitação do crescimento urbano.

Charbonneau (1970), reconhecendo que a quantidade de variáveis populacionais que envolvem os estudos urbanos é muito grande, e que seria necessário tanto para a demografia como para as outras disciplinas um valor de síntese, desenvolveu seu estudo neste sentido. Os índices que representam síntese de múltiplas variáveis tem grande valor para a cartografia. O índice criado por ele relaciona-se aos níveis de juventude de uma população. Trata-se de uma correlação entre valores absolutos globais, valores de determinadas faixas etárias e grupos de sexo. Se bem que este índice tenha uma utilização limitada nos estudos geográficos, sugere contudo a necessidade de que os geógrafos criem outros que possam expressar diferenciações nas formas de pressão espacial em uma área urbana.

As representações gráficas, quaisquer que sejam elas, são comuns não só nos estudos de população mas também a outros temas que não população. Entretanto, um deles, o gráfico denominado pirâmide de idades, é específico dos estudos de população.

Seawall e Clemens (1964) e Heenan (1966) analisaram esta forma de representação demográfica. Tanto os primeiros como o segundo propuseram melhorias na sua elaboração, uma

vez que na forma como se apresenta é, segundo eles, "uma concha oca". Para melhorá-la propõem que se registre o excesso de população masculina sobre a feminina, aumentos percentuais de um censo sobre outro, de tal maneira que se torne uma representação mais eficiente. Geograficamente devemos considerar as possibilidades de projetar espacialmente esta representação populacional e, assim, identificar padrões espaciais a partir de características registradas.

Interessada que está nas diferentes formas de organização espacial, a geografia considera os mapas de população como uma técnica importante nos estudos das distribuições. Entretanto, os mapas de população até agora conhecidos padecem de uma série de deficiências, que os tornam menos eficientes para os fins a que se destinam.

As mudanças rápidas dos valores demográficos, as deficiências dos dados quanto aos valores, a localização exata, bem como o tratamento igualitário dado às populações diferentes são alguns dos problemas que eles apresentam.

Os mapas de população, para serem adequados, devem expressar tanto quanto possível, a relação entre as qualida - des do meio físico e as qualidades da população. As qualida - des da população podem variar dos aspectos referentes ao cres cimento vegetativo, às migrações, às populações economicamen - te ativas, etc. Cada uma destas características, de maneira isolada, produz um mapa. O importante é que se elaborem mapas de síntese, representando simultâneamente todas elas desde que efetivamente se relacionem.

As contribuições de Mac Gregor (1961), Godwin (1966) e Nordbek e Rysteatt (1972) apresentam uma série de questões a propósito de cartas de população. Os últimos analisam aspec - tos da confecção de cartas por ordenadores e processos compu - tacionais. Segundo eles, o mapeamento populacional urbano deve avaliar qual a percentagem de população que está vivendo dentro de uma certa área e em determinadas condições, ou onde um serviço pode ser localizado para obter a maior clientela possível. A aplicação dos estudos está presente na preocupa -

ção destes autores.

Outros autores como Sanches (1974), Pearson (1963) e Gordon (1975) contribuíram com estudos menos amplos, visando técnicas específicas para a representação de determinadas características de população ou para finalidades específicas.

Qualquer que seja a técnica considerada, a geografia da população necessita de todas elas pois deve melhorar os dados obtidos em caráter secundário, necessita dar tratamento a grande conjunto de variáveis simultaneamente, bem como deve espacializar de maneira a mais eficiente as relações que eles produzem. Só assim, as imagens reais produzidas pelas populações serão registradas com fidedignidade pela geografia.

Estudos teóricos a propósito do tema população em Geografia

As profundas mudanças sociais e econômicas dos dias atuais, tais como crescimento de novos sistemas políticos, países subdesenvolvidos, maior consumo de recursos naturais, deterioração do meio ambiente, etc., estão afetando todos os aspectos da vida das populações. É preciso refletir de maneira global ou particularizada, conforme o caso, sobre as características das populações pois representam uma variável básica para a compreensão da listagem de problemas mencionados.

Pensar sobre a melhor maneira de refletir sobre população é indispensável na ciência em geral e, em geografia, em particular. A partir desta reflexão torna-se mais fácil a compreensão de um conjunto complexo de diversificadas relações entre populações e atividades econômicas, meio ambiente e sociedade. Todas estas relações têm interesse geográfico e, por isto a ciência não pode pensar apenas incidentalmente nes

tes problemas. Ela precisa refletir ordenadamente, pois tem sob sua responsabilidade a análise dos dois maiores sistemas- o espacial e o ecológico.

É preciso estudar substantivamente questões como migrações, distribuição populacional, população economicamente ativa, movimentos de população, etc., mas, para estudar de forma eficiente estes aspectos, é preciso primeiro pensar como pensar sobre eles.

As contribuições aqui avaliadas não representam qualquer teorização sobre população urbana. Isto realmente não seria possível ainda, uma vez que o estudo das populações urbanas faz parte do conjunto da ciência geográfica e esta, ainda, ressen^{te}-se muito da falta de teorias.

O amplo texto de Trlin (1973) procura demonstrar a importância dos estudos de população em geografia. Esta importância é demonstrada através do estudo analítico-comparativo entre quatro obras sobre geografia da população:

- 1- Demko & Rose - "Population Geography a reader",
- 2- Trewartha, Glenn - "Geography of population",
- 3- Clarke, J. I. - "Population geography",
- 4- Zelinsky, W. e Prothero - "Geography and a crowding world".

Aspectos populacionais de grandes cidades foram objeto de estudo por parte de Gottman (1974) e Geiger (1973), avaliando, o primeiro, questões sobre a dinâmica dos estudos nos aspectos sócio-econômicos e, o segundo, estabelecendo indicações alternativas para estudos de áreas urbanas.

Os conceitos de espaço social e percepção espacial resultaram das contribuições de Buttner (1969) e Pocock (1972), respectivamente. As dimensões do espaço social foi um conceito desenvolvido através do diálogo entre geógrafos e sociólogos, e mostrado pela autora como significativo para as pesquisas urbanas. Pocock, abordou a questão da percepção espacial, o mapa mental das áreas urbanas e as propostas visan-

do obter o mapeamento das imagens que as populações possuem dos espaços urbanos.

De maneira mais específica, alguns textos abordaram questões referentes a alguns tipos de mobilidades das populações urbanas. Roseman (1971), apresentou algumas considerações sobre a maneira de encarar-se as diferentes categorias de migrações. Propõe que se aborde a migração numa perspectiva comportamentalista. Davies (1966), preocupando-se com a mobilidade populacional, ofereceu, numa visão sistêmica a forma da geografia encarar os fluxos populacionais. Bennett (1973) avalia a questão dos contatos interraciais em áreas urbanas, especialmente quanto às segregações.

Para o encerramento desta análise, consideraremos o trabalho que correlaciona a teoria de V. Thünen e as densidades populacionais elaborado por Muller e Diaz (1973). Este estudo envolve a questão do declínio da densidade a partir de um foco comum. Esta densidade, no dizer do autor, depende dos feitos de localização dos cinturões industriais e dos centros de serviços.

Didaticamente procuramos avaliar, mesmo que de maneira resumida, o que de principal se produziu no campo dos estudos de população urbana, neste período. Reconhecemos que as variações das características populacionais não são isoladas, mas compõem conjuntos variados.

Entretanto, cada autor, segundo sua forma de abordagem, sem perder de vista o conjunto, avaliou uma ou outra particularidade. Daí a grande variedade de títulos apresentados.

Esta grande diversificação comprova a multiplicidade dos aspectos que fazem parte das características de uma população os quais devem ser avaliados pelo geógrafo.

Todos os diferentes aspectos das populações urbanas têm interesse para a solução dos problemas espaciais. Como estes problemas vêm apresentando grande crescimento, os geógrafos estão sendo forçados a procurar aplicação para a sua disciplina. A busca de soluções para os problemas espaciais envolve, assim, um estudo profundo da população por parte de todos os cientistas sociais.

O elenco de textos, considerando-se o caráter recente dos estudos de população em geografia, é acentadamente grande. Sua ordenação, aqui apresentada, é também uma contribuição aos estudos de população. Sabemos ser uma contribuição in completa, cuja validade está em sugerir novos arranjos dos mesmos textos, novas formas de avaliá-los ou outras reflexões que não foram aqui apresentadas.

Do ponto de vista aplicado, a resenha de todos estes estudos foi um ponto de partida, de sugestões para novas investigações. Muito do que se analisou é reaplicável, podendo ter ampla gama de utilização. A difusão dos conteúdos e técnicas em geografia é fundamental para o seu próprio desenvolvimento.

Como observações finais desta análise, onde procuramos agrupar 271 diferentes textos sobre população, consideramos que:

- 1- há uma falta de dados básicos necessários para os estudos de população urbana, apesar dos resultados dos mesmos serem necessários para a solução destes problemas;
- 2- há um problema de diálogo provocado por diferentes valores estatísticos de países diversos e mesmo dentro de um só país. Ainda não foram obtidas boas análises sobre as questões das diferenças populacionais entre estas várias áreas;
- 3- a emergência dos estudos de população urbana está a exigir formas mais específica e aceleradas de obtenção de dados mais eficientes para a pesquisa. Há uma grande defasagem entre o crescimento dos problemas urbanos e a velocidade com que se pode obter dados quantitativos, de boa qualidade sobre os mesmos;
- 4- o conceito de urbano é ainda algo muito contro -

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.